



RELATÓRIO DE
GESTÃO
EXERCÍCIO 2021





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021
RELATO INTEGRADO**

Relatório de Gestão do exercício de 2021, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da DN TCU nº 187/2020 e da IN TCU nº 84/2020.

ASSESSORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Belém, 2022

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AGI – Assessoria de Gestão Institucional
AMAM - Associao de Municípios do Arquipélago do Marajó
AFRMM – Adicional do Frete para Renovao da Marinha Mercante
APL – Arranjos Produtivos Locais
BASA – Banco da Amazônia S/A
BCB – Banco Central do Brasil
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CAF – Coordenao de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
CCM – Coordenao de Convênios e Monitoramento
CETI - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informao e Comunicao
CGAVI – Coordenao-Geral de Avaliao de Fundos e Incentivos Fiscais
CGCOM – Coordenao-Geral de Convênios e Monitoramento
CGFIN – Coordenao-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
CGINF – Coordenao-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
CGRC – Comitê de Governança, Riscos e Controles
CGU – Controladoria-Geral da União
CIF – Coordenao de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
CLF – Coordenao de Liberao e Controle de Financiamento
CNA – Confederao da Indústria e Agropecuária
CNI – Confederao Nacional da Indústria
COF – Coordenao de Gestão Orçamentária e Financeira
CONDEL – Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

COGEP – Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais
COGID – Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicação
CPC – Coordenação de Prestação de Contas de Convênios – CPC
CT&I – Ciência, Tecnologia e Informação
DIRAD – Diretoria de Administração
DGFAI – Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos
DPLAN – Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LOA – Lei Orçamentária Anual
MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional
ME – Ministério da Economia
MIP – Matriz Insumo-Produto
MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
PAC – Plano Anual de Compras
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PC – Prestação de Contas
PLS – Plano de Logística Sustentável

PGC – Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
POSIC – Política de Segurança da Informação
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RP – Restos a Pagar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU – Tribunal de Contas da União
TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos
UF – Unidade Federativa
UJ – Unidade Jurisdicionada
UPC – Unidade Prestadora de Contas.
USP – Universidade de São Paulo
VA – Volume de Pleitos Atendidos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Organograma da Sudam
- Figura 2** - Legendas do Organograma da Sudam
- Figura 3** - Cadeia de Valor
- Figura 4** - Convênios celebrados pela Sudam em 2021
- Figura 5** - Convênios celebrados pela Sudam por Natureza Jurídica do Conveniente
- Figura 6** - Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)
- Figura 7** - Evolução da Força de Trabalho (2013-2021)
- Figura 8** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)
- Figura 9** - Modelo de governança CGA
- Figura 10** - Modelo de governança de TI
- Figura 11** - Fluxo modelo de governança de TI

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Dotação Orçamentária Sudam 2021 (R\$)
- Gráfico 2** - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206 (FDA) – 2016 a 2021
- Gráfico 3** - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: Sudam – 2016 a 2021
- Gráfico 4** - Dotação Orçamentária Despesas Obrigatórias - 2019 a 2021
- Gráfico 5** - Dotação Orçamentária Despesas Finalísticas - 2019 a 2021
- Gráfico 6** - Execução Orçamentária e Financeira - 2019 a 2021
- Gráfico 7** - Execução Orçamentária - 2019 a 2021
- Gráfico 8** - Execução Financeira - 2019 a 2021
- Gráfico 9** - Restos a Pagar (Administrativo Obrigatório) - 2019 a 2021
- Gráfico 10** - Restos a Pagar (Administrativo Discricionário) - 2019 a 2021
- Gráfico 11** - Restos a Pagar (Finalístico) - 2019 a 2021

- Gráfico 12** – Despesa com Pessoal Ativo - 2020 a 2021
- Gráfico 13** – Contratos de mão-de-obra, 2021
- Gráfico 14** - Participação de cada modalidade nas contratações, 2021
- Gráfico 15** – Planejado x Executado DIMP, 2021
- Gráfico 16** – Planejado x Executado SAD, 2021
- Gráfico 17** – Gestão das contratações (SPA), 2021.
- Gráfico 18** – Gestão das contratações (Gráfica), 2021
- Gráfico 19** – Consumo com impressão, 2021
- Gráfico 20** – Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) - 2017 a 2021
- Gráfico 21** - Resmas, Peso Bruto e Cartuchos 2018 – 2021
- Gráfico 22** - Consumo de copos descartáveis nos anos - 2020-2021

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Estruturas de Governança
- Quadro 2** – Composições Acionárias FDA
- Quadro 3** – Painel de Desempenho Estratégico da Sudam
- Quadro 4** – Metas Globais da Sudam em 2021
- Quadro 5** – Resumo das Ações Previstas na LOA em 2021
- Quadro 6** – Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2021 – Restos a Pagar (RP)
- Quadro 7** - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)
- Quadro 8** – Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2021
- Quadro 9** – Consultas prévias apresentadas e analisadas em 2021
- Quadro 10** – Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício
- Quadro 11** – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

- Quadro 12** – Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores
- Quadro 13** – Resumo Valores de Contratações 2021
- Quadro 14** - Capacidade de processamento de dados do Data Center
- Quadro 15** – Resultados na Área de TI em 2021

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2021 (R\$)
- Tabela 2** - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2021 (R\$)
- Tabela 3** - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam (R\$)
- Tabela 4** - Restos a Pagar – Emendas Sudam (R\$)
- Tabela 5** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ
- Tabela 6** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ
- Tabela 7** - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2021
- Tabela 8** - Incentivos Aprovados em 2021 (Laudos Constitutivos e Resoluções Emitidas)
- Tabela 9** – Convênios celebrados pela Sudam em 2021 por tipo de objeto e valor
- Tabela 10** – Convênios celebrados pela Sudam por Estado
- Tabela 11** – Convênios Concluídos em 2020 por tipo de objeto e valor
- Tabela 12** – Resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 anos
- Tabela 13** - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: FDA (R\$) – 2016 a 2021
- Tabela 14** - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: Sudam (R\$) – 2016 a 2021
- Tabela 15** – Efetivo Força de Trabalho
- Tabela 16** - Evolução da Força de Trabalho (2013-2021)
- Tabela 17** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)
- Tabela 18** – Despesa com Pessoal Ativo (2020-2021)

- Tabela 19** - Contratações Diretas 2021.
- Tabela 20** - Licitação Modalidade Pregão (valores e distribuição)
- Tabela 21** – Planejado x Executado DIMP 2021
- Tabela 22** – Planejado x Executado SAD 2021
- Tabela 23** – Gestão das contratações (SPA), 2021
- Tabela 24** – Gestão das contratações (Gráfica), 2021
- Tabela 25** – Recursos aplicados em TI, 2021
- Tabela 26** – Média Mensal de Consumo de Água 2020-2021 (m³)
- Tabela 27** - Quantitativo de Materiais Recicláveis coletados na Sudam em 2020 e 2021
- Tabela 28** – Resultado Patrimonial 2020-2021
- Tabela 29** - Resultado Orçamentário 2020-2021
- Tabela 30** - Resultado Financeiro 2020-2021
- Tabela 31** – Caixa e Equivalentes de Caixa 2020-2021
- Tabela 32** – Créditos a Curto Prazo 2020-2021
- Tabela 33** – Estoques 2020-2021
- Tabela 34** – Investimentos da Extinta Sudam 2020-2021
- Tabela 35** – Imobilizado Bens Móveis 2020-2021
- Tabela 36** – Imobilizado Bens Imóveis 2020-2021
- Tabela 37** – Intangível 2020-2021
- Tabela 38** – Passível Exigível 2020-2021
- Tabela 39** – Rendimentos de Aplicações Financeiras 2020-2021
- Tabela 40** – Receitas Realizadas 2020-2021
- Tabela 41** – Despesas Empenhadas 2020-2021
- Tabela 42** – Transferências Voluntárias Pagas 2020-2021

LISTA DE LINKS

Sítio Eletrônico da Sudam - <https://www.gov.br/sudam/pt-br>

Conselho Deliberativo - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>

Rol de Responsáveis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>

Governança, Integridade, Riscos e Controle - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>

Planejamento Estratégico - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>

Ouvidoria da Sudam - https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam

Carta de Serviços - <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia>

PRDA - <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/prda/publicacoes-institucionais/prda-2020-2023.pdf/view>

Carteira de Projetos PRDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/carteira-de-projetos-prda>

Convênios e Transferências Voluntárias - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>

Incentivos Fiscais - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>

FDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>

FNO - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>

Demonstrações Contábeis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>

Plano Anual de Contratações - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SUDAM 2019 A 2021

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA SUDAM.....	14
2. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO	16
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	29
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	33
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	117
ANEXOS.....	132

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA SUDAM



Louise Caroline Campos Löw
Superintendente

Mais um ano se passou e a Sudam também completou mais um ciclo. 2021 foi um marco para a história da Autarquia e da nossa população: a retomada do protagonismo na Amazônia – posto que havia perdido ao longo dos anos. De fato, enquanto paraense e amazônida que sou, essa constatação incomoda, especialmente diante dos desafios estruturantes de nossa região, aos quais os instrumentos da Sudam podem ser ferramentas transformadoras. Mas nesse ano, a mudança aconteceu. Com uma gestão mais técnica, transparente, dinâmica e com um olhar mais humano, a nova gestão acompanhada do time da Casa, retomamos (juntos e em tempo recorde) o papel de órgão que planeja, financia e articula os pilares do desenvolvimento incluyente e sustentável dos nove estados da Amazônia Legal. Fomentando políticas e ações para possibilitar o acesso do povo que aqui vive aos direitos fundamentais, recuperamos o lugar de órgão verdadeiramente promotor do desenvolvimento regional – nossa razão de ser.

Lançamo-nos para a Amazônia, literalmente. Percorremos os nove estados da Amazônia Legal, com o “Sudam nos Estados”, divulgando in loco nossos instrumentos e ouvindo os gestores, a comunidade, técnicos, academia, o setor produtivo. Retomamos as parcerias e em conjunto com outros atores, lançamos o projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável-ZDS Abunã-Madeira - projeto piloto e inovador, que será modelo em outras regiões da Amazônia e um pólo na geração de emprego e renda, alternativas sustentáveis à população.

Articulamos o maior quórum no Conselho Deliberativo da história da Sudam, aprovamos as vitorias virtuais, celebramos importantes acordos de cooperação técnica, capacitamos gestores, trouxemos de volta o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) que agora retoma suas operações em sua completude. Fortalecemos a parceria com o Banco da Amazônia, Abraçamos o Marajó, e já temos tantos outros projetos para 2022. Otimizando sempre nossos instrumentos, e traçando novos rumos quanto à governança, integridade e transparência.

Levamos o nome da Sudam para conhecimento de Brasília, que reconhece o papel da Superintendência como braço executivo e planejador das políticas do governo federal na Amazônia. Mais que isso, queremos ser um órgão de Estado, na origem, e na ponta um promotor efetivo da qualidade de vida da população. Voltamos a ter voz e vez nas discussões e fóruns sobre aquilo em que somos especialistas – o desenvolvimento incluyente e sustentável das diversas amazônias, expondo de dentro para fora a verdadeira fotografia desse universo mágico e instigante que nos circunda. A Amazônia é o nosso campo de vivências, por isso acreditamos que podemos – e devemos – cumprir plenamente nossa missão institucional.

O fomento ao desenvolvimento da Amazônia nunca foi fácil, obviamente por uma série de singularidades – históricas, socioeconômicas, estruturais. Essa missão torna-se ainda mais emergencial e inarredável no contexto de crise mundial, desde 2020 face à pandemia de Covid-19.

Por isso mesmo a Sudam se reinventou. Em esforço de toda a instituição - em seus diversos níveis - para enfrentar variados e imprevisíveis desafios, com muito trabalho, resiliência e criatividade, traçamos um novo caminho para a Autarquia e apresentamos uma visão que inclui além da Floresta, o povo da Amazônia – todo o seu povo. Os povos tradicionais e também as populações que vivem nas cidades e pequenos municípios.

Pessoas vulneráveis, gerações que aguardam por décadas o momento de se sentirem também incluídas e parte do desenvolvimento do País, vivendo na região que considero a mais rica do mundo, mas, paradoxalmente, a que possui os piores Índice(s) de Desenvolvimento Humano-IDH do Brasil.

Para incluir, integrar e desenvolver, a Sudam uniu cérebros e mãos – e corações – plantando sementes de ideias, de inovação e de projetos factíveis. O olhar está na efetividade de políticas públicas que deixam legado e trazem benefícios ao povo. Destacamos a importância de nossos parceiros regionais que, juntos e sinergicamente, nos ajudam a transmutar realidades.

Administrar uma autarquia do porte da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, cuja área de atuação abrange quase 60% do Brasil, é desafiador, instigante e apaixonante. Reconheço essa grande missão. Também reconheço que juntos é possível cumpri-la. E a Sudam está pronta para isso.

Boa leitura!

2. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO

2.1. Identificação da UPC e declaração de sua missão e visão

A Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja finalidade consiste em **promover o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional**. A Instituição possui **quatro macroprocessos**: Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros; Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; Convênios e Transferências Voluntárias; e Planos de Desenvolvimento.

Com base em seu Planejamento Estratégico, sua missão é “Promover o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal”. Possui, ainda, como visão de futuro “ser protagonista em ações voltadas para o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal”, com base nos valores de integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

A Sudam tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento norteador é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

Dentre as competências institucionais da Sudam, devidamente estabelecidas na Lei Complementar nº 124/2007, destacam-se:

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos parágrafos 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério da Economia na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;
- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social; capacitação de recursos humanos; inovação e difusão tecnológica; políticas sociais e culturais; e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;
- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação;
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

2.2. Principais normas direcionadoras de sua atuação

A Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007, institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991 e dá outras providências.

O Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam.

O Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, para fins dos benefícios de redução do imposto de renda, inclusive de reinvestimento.

O Decreto nº 10.053, de 9 de outubro de 2019, aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e revoga o Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012.

A Resolução nº 70, de 08 de maio de 2017, por sua vez, aprova o Regimento Interno da Autarquia.

A Sudam dispõe de portarias, manuais, normas, publicações e cartilhas que se relacionam as suas atividades internas ou mesmo nas relações institucionais. Dentre eles, destacam-se:

a) **Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia – PRDA** - aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudam por meio da Resolução nº 77, de 23 de maio de 2019, foi entregue no dia 30 de maio de 2019 à Presidência da República. O plano é um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional e a participação de diferentes atores da sociedade, através de Consulta Pública.

b) **Plano de Ação** – documento elaborado anualmente, balizador das ações institucionais para o exercício. O Plano envolve um leque de programas e ações convergentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e contempladas no Plano Plurianual da União - PPA 2020-2023.

c) **Cartilha de Ações Orçamentárias** – documento de orientação, elaborado anualmente, acerca dos programas e as ações orçamentárias passíveis de alocação de recursos ao orçamento da Sudam para o exercício.

d) **Síntese de Indicadores da Amazônia Legal** – documento contendo uma síntese dos principais indicadores da região amazônica e de cada estado pertencente a ela com o objetivo de formar um panorama geral sobre a situação socioeconômica da região.

e) **Cidades Intermediárias da Amazônia Legal** – documento que apresenta a caracterização geral das cidades intermediárias da Amazônia Legal, contendo algumas de suas características socioeconômicas e urbanas, assim como os principais municípios que estão sob sua área de influência.

f) **Resolução CONDEL nº 93, de 13 de agosto de 2021** – Regulamenta os Incentivos Fiscais administrados pela Sudam.

g) **Resolução CGRC nº 04, de 18 de fevereiro de 2019** – aprova a Declaração de Apetite a Risco, estabelecendo a tolerância ao risco exclusivamente nos níveis Baixo e Médio.

- h) **Portaria nº 310, de 17 de setembro de 2019** – institui o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles, no âmbito da Sudam, de caráter deliberativo.
- i) **Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos** – estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão a serem observados e seguidos nos planos estratégicos, programas, projetos e processos da Sudam.
- j) **Plano de Integridade** – estabelece as medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta que podem impedir a Sudam de alcançar seus objetivos.
- k) **Plano de Governança, Riscos e Controles** - estabelece as diretrizes, responsabilidades e procedimentos para gestão de riscos no âmbito da Sudam.
- l) **Cartilha do Programa de Integridade da Sudam** – contém informações gerais sobre o Plano de Integridade da Sudam.
- m) **Política de Segurança da Informação – POSIC** - estabelece mecanismos e controles para garantir a efetiva proteção dos dados, informações e conhecimentos gerados e a redução dos riscos de ocorrência de perdas, alterações e acessos indevidos, preservando a disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade das informações na Sudam.
- n) **Código de Ética Profissional dos Servidores da Sudam** - Prescreve os padrões de conduta profissional exigidos dos servidores da Sudam, estabelece deveres e vedações e disciplina a constituição e atuação da Comissão de Ética Profissional.
- o) **Carta de Serviços** – contém as informações sobre os serviços, inclusive os setores responsáveis, meios de contato, horários de funcionamento, entre outros dados necessários para atendimento.

2.2.1. Ambiente de atuação

O ambiente de atuação da Sudam, conforme definido na Lei Complementar que a institui, é a Amazônia Legal e fundamenta-se em promover o desenvolvimento de forma planejada, organizada e articulada, viabilizando a utilização dos instrumentos de ação da Sudam para acelerar o crescimento econômico da Região com distribuição de renda e responsabilidade sócio ambiental, em conformidade com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como marcos estratégicos das políticas públicas para a Amazônia.

A Amazônia Legal define-se por um recorte espacial e administrativo criado pelo Governo Federal para fins de planejamento e intervenção econômica. A região possui área aproximada de 5,1 milhões de km² e corresponde a cerca de 59,1% do território nacional. A Amazônia abrange, em sua totalidade, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão, a oeste do Meridiano 44°.

Do ponto de vista demográfico, a população total da região em 2018 chegou a pouco mais de 27 milhões de habitantes. Internamente, os estados amazônicos mais populosos, por ordem decrescente, são: Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso. Em termos absolutos, os estados que, em 2018, apresentaram menores contingentes populacionais, em ordem decrescente, foram: Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima.

No que se refere às suas características naturais, a região, por sua extensão territorial, apresenta uma diversidade de ecossistemas, traduzidos por diferentes tipos de vegetação, clima e solo. Tem como unidades fitogeográficas predominantes áreas de florestas (floresta ombrófila, floresta estacional) combinadas com cerrados e outros tipos de vegetação.

Desta forma, a Sudam atua em mais da metade do território nacional, considerando as riquezas naturais com diferentes biomas, a diversidade econômica, sociocultural, étnica e o potencial geopolítico e estratégico da região. Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades e instrumentos financiadores de projetos na região: FNO, Governos estaduais, prefeituras, convênios públicos e parcerias-público-privadas.

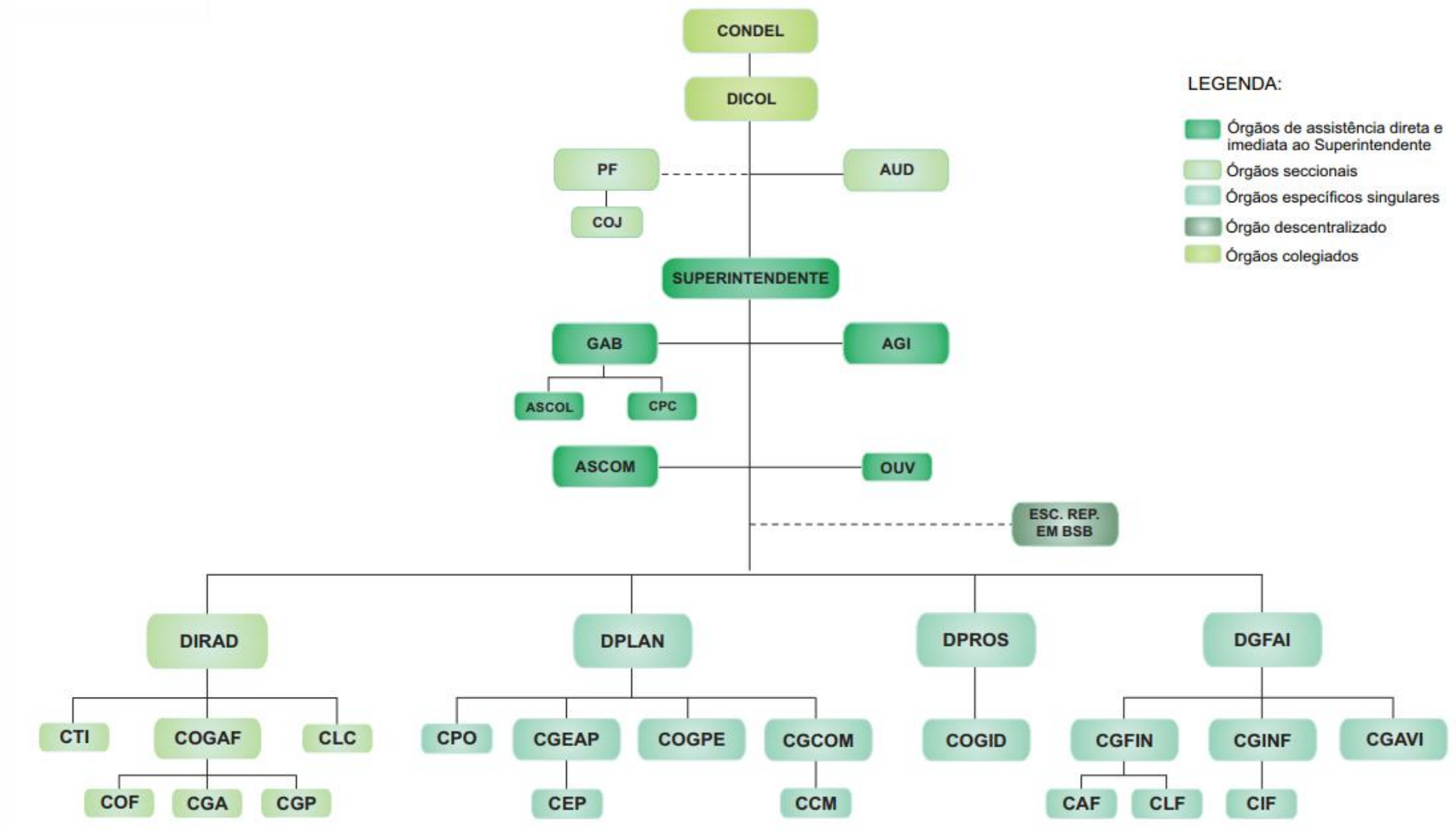
2.3. Estrutura organizacional e de governança

2.3.1. Organograma Funcional

A Sudam tem sua estrutura organizada da seguinte forma:

- **Órgãos colegiados:** Conselho Deliberativo – CONDEL e Diretoria Colegiada – DICOL;
- **Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente:** Gabinete; Assessoria de Gestão Institucional; Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional; e Ouvidoria;
- **Órgãos seccionais:** Procuradoria Federal vinculada à Procuradoria-Geral Federal, Auditoria-Geral, Diretoria de Administração e suas coordenações;
- **Órgãos específicos singulares:** Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas e suas coordenações; Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos.
- **Órgão descentralizado:** Escritório de Representação em Brasília;

Figura 1 – Organograma da Sudam



Fonte: Sítio Institucional da Sudam

Figura 2 – Legendas do Organograma da Sudam

ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONDEL - Conselho Deliberativo, que conta com Secretaria-Executiva; e
DICOL - DIRETORIA COLEGIADA;

ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO SUPERINTENDENTE

GAB - Gabinete:

ASCOL - Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

CPC - Coordenação de Prestação de Contas de Convênios

ASCOM - Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional

AGI - Assessoria de Gestão Institucional

OUV - Ouvidoria

ÓRGÃOS SECCIONAIS

PF - Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Procuradoria-Geral Federal

COJ - Coordenação Jurídica

AUD - Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada; e

DIRAD - Diretoria de Administração

CTI - Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação

COGAF- Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças

COF - Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira

CGA - Coordenação de Gestão Administrativa

CGP - Coordenação de Gestão de Pessoas

CLC - Coordenação de Licitações e Contratos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

DPLAN - Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

CPO - Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária

CGEAP - Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

CEP - Coordenação de Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento.

COGPE - Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais

CGCOM - Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento:

CCM - Coordenação de Convênios e Monitoramento

DPROS - Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

COGID - Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável.

DGFAI - Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos:

CGFIN - Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento:

CAF - Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

CLF - Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento

CGINF - Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

CIF - Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

CGAVI - Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais:

ÓRGÃO DESCENTRALIZADO

ESC. REP. EM BSB - Escritório de representação em Brasília

Fonte: Sítio institucional da Sudam

2.3.2. Diretoria Colegiada

O quadro de dirigentes da Sudam é composto pelo Superintendente e pelos diretores das áreas de Administração; Planejamento e Articulação de Políticas; Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos, conforme perfis abaixo:

Superintendente



Paraense, natural de Belém, **Louise Caroline Campos Löw** é formada em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal - UDF e em Jornalismo pela Universidade de Brasília - UnB, com Pós-Graduação MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e em Gestão Fiscal pela Faculdade Unyleya.

Desde 2004, é Auditora Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Economia. Professora e palestrante de temas relacionados à Administração e Execução Orçamentária e Financeira, Orçamento Público e Siafi, atuava como assessora técnica na Secretaria Especial de Relações Institucionais da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Em 2019, recebeu o Prêmio MAGIS de Excelência Profissional de Finanças Públicas, da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Economia.

Em 9 de setembro de 2020, foi nomeada Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam.

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DPLAN)



Paraense, natural de Belém, **André Carvalho de Azevedo Carioca** é militar da reserva do Exército Brasileiro, com mestrado em Ciências Militares e MBA Executivo com Ênfase em Projetos, pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Nos diversos postos de sua carreira profissional, dedicou-se às questões da Região Amazônica. Mais recentemente, a partir de 2015, como assessor no Comando Militar da Amazônia em Manaus/AM, empenhou-se em ações de planejamento estratégico e relacionamento institucional, voltados para a proteção e o desenvolvimento regional. Em 19 de junho de 2020, foi nomeado para o cargo de Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudam.

Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos (DGFAI)



Mineiro, natural de Ipatinga, **Róger Araújo Castro** é graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Administração e Finanças pela Universidade de Brasília – UnB e MBA em Gestão Financeira com Ênfase em Mercados de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas. Desde 2003, desenvolveu carreira na Secretaria Especial de Fazenda, com ampla experiência em gestão de passivos, no mercado de títulos públicos, mercado de câmbio e derivativos de renda fixa, além de avaliação das contas de Estados com foco em dívida e programa de ajuste fiscal e assessoramento no gabinete da Secretaria Especial de Fazenda. Em novembro de 2020, foi nomeado para atuar como Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos da Sudam.

Diretoria de Administração (DIRAD)



Baiano, natural de Salvador, **Rogério Matos dos Santos** é Coronel do Exército Brasileiro, graduado em Ciências Militares, Administração de Empresas e Educação Física, Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra, além de outros cursos e especializações civis militares.

De 2016 a 2017, participou do Planejamento e Execução das Operações de Segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio2016 e Plano Nacional de Segurança Pública – Fase I - Rio de Janeiro. De 2018 a 2020, foi o Subchefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, responsável pelo Planejamento e execução de operações de combate e apoio logístico na Amazônia Ocidental. Em 19 de junho de 2020, foi nomeado para o cargo de Diretor de Administração da Sudam.

A Sudam tem em sua atual estrutura de governança a Diretoria Colegiada, o Conselho Deliberativo, a unidade de Auditoria Interna, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação, o Sistema Nacional de Correição – cuja competência foi destinada à Diretoria de Administração, o Comitê de Governança, Riscos e Controles, a unidade de Ouvidoria, a Unidade de Gestão da Integridade e a Comissão de Ética.

O quadro a seguir descreve a base normativa na qual constam as atribuições e a forma de atuação de cada uma destas instâncias:

Quadro 1 – Estruturas de Governança

Estrutura	Normativo
Conselho Deliberativo	Decreto nº 8.275/2014 (art. 4º e 5º)
Diretoria Colegiada	Decreto nº 8.275/2014 (art. 6º, 7º e 8º)
Unidade de Auditoria Interna	Decreto nº 8.275/2014 (art. 14)
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	Portaria nº 154/2009
Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	Portaria nº 249/2016
Sistema Nacional de Correição	Decreto nº 8.275/2014 (art. 15, I)
Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles	Portaria nº 310/2019
Unidade de Ouvidoria	Decreto nº 8.275/2014 (art. 12)
Unidade de Gestão da Integridade	Ato Ad Referendum nº02/2020
Comissão de Ética	Portaria nº 113/2008

Fonte: AGI/SUDAM

2.4. Rol de Responsáveis

O rol de responsáveis pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>.

2.5. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da Sudam, em nível agregado, é um instrumento visual que objetiva dar melhor compreensão da relação entre vários macroprocessos de trabalho da instituição e a percepção da operacionalização dos mesmos, como fatores geradores dos benefícios à sociedade.

Na base da Cadeia de Valor, estão dispostas as funções de Governança, Gestão e Suporte, conjuntos de atividades comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Acima, estão as funções finalísticas, as quais correspondem às competências fundamentais da Sudam: Planejamento, Articulação e Fomento. Através da execução de tais funções, são gerados os benefícios tangíveis e/ou intangíveis direcionados à sociedade, a qual se constitui a maior beneficiária das ações da Sudam, culminando, assim, no alcance da missão institucional.

Figura 3 – Cadeia de Valor



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2024

2.6. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos

Os processos de trabalho e produtos entregues pela Sudam encontram-se detalhados na Carta de Serviços ao Usuário, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia>.

A seguir, elencamos resumidamente os principais processos de trabalho da Sudam, conforme sua Lei Complementar.

2.6.1. Transferências Voluntárias

No âmbito das transferências voluntárias, os convênios representam o compromisso da Sudam em investir em regime de mútua cooperação nos projetos apresentados pelos governos estaduais e municipais, com vistas a executar o Orçamento Geral da União, regulamentado por um conjunto de dispositivos constitucionais, legais e normativos, tais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº 424/2016.

Na figura de concedente, a Sudam celebra convênios para a execução de projetos que visem ao fortalecimento dos arranjos e cadeias produtivas, melhoramento da infraestrutura urbana e rural, oferta de serviços, entre outros. Os recursos aplicados nesses empreendimentos são previstos no Orçamento Geral da União, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), oriundos do orçamento próprio da Autarquia, bem como, em significativo volume, provenientes de emendas parlamentares.

Dentre os convênios celebrados com a Sudam, destacam-se os seguintes objetos: aquisição de máquinas e/ou equipamentos, eletrificação rural, pavimentação/construção de vias, construção/reforma de feiras e mercados e sistemas de abastecimento de água.

Maiores informações a respeito dos convênios e transferências voluntárias podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>.

2.6.2. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos cujas atividades são consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico regional da Amazônia Legal reduzindo a carga tributária e promovendo a melhoria da competitividade das empresas. Este instrumento beneficia a sociedade com a melhoria na competitividade empresarial na região, abrindo espaço para abertura e geração de emprego e renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica. Tem como público-alvo empresas situadas na Amazônia Legal.

Possuem três modalidades, sendo Redução de 75% do imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Isenção do IRPJ (destinado a atividades voltadas e incluídas no programa de inclusão digital do Governo Federal); e Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Além disso, possui como estratégia de implementação o enquadramento da empresa no atendimento dos requisitos legais do regulamento dos incentivos fiscais.

Maiores informações a respeito dos incentivos fiscais administrados pela Sudam podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>.

2.6.3. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, conforme Decreto nº 10.053 de 9 de outubro de 2019 e Resolução CONDEL/SUDAM nº 82, de 16 de dezembro de 2019, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Competindo ainda ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

O FDA é destinado a empreendimentos de interesse de pessoas jurídicas que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na Amazônia Legal, na área de atuação da Sudam.

Maiores informações a respeito do FDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>.

2.6.4. Fundo Constitucional do Norte - FNO

O FNO tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, através de programas de financiamento aos setores produtivos privados. Como instituição de desenvolvimento regional, a Sudam é responsável pela definição das diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do FNO, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. Os recursos do Fundo são administrados pelo Banco da Amazônia – BASA, responsável por fazer as aplicações através de programas já elaborados, anualmente, previstos pelo Plano Plurianual – PPA para a Amazônia, levando em consideração a realidade ambiental da região.

Este fundo tem como foco promover maior efetividade na aplicação dos recursos de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e contribuir para a melhoria da distribuição de renda, tendo como público-alvo os segmentos produtivos de menor porte; agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão de obra local e que produzam alimentos básicos para o consumo da população e projetos sustentáveis; além de estudantes do Programa de Financiamento Estudantil – FIES.

Maiores informações a respeito do FNO podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>.

2.6.5. Planejamento Regional

2.6.5.1. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA

O PRDA, elaborado para o período 2020-2023, conforme a Lei Complementar nº 124/2007, é um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais. Tem como fundamento o art. 3º da Constituição Federal, de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, com foco no desenvolvimento responsável com alto valor agregado, com coesão econômica e social.

Fruto da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, instituições públicas e sociedade civil, mediante Consulta Pública, o PRDA 2020-2023 intenta ser um catalizador em todas as esferas do poder público, dos agentes políticos e da sociedade civil organizada, compartilhando responsabilidades e recursos financeiros, além de organizar em torno de si, iniciativas de programas de diversos setores produtivos de forma transversal.

Maiores informações a respeito do PRDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/prda/publicacoes-institucionais/prda-2020-2023.pdf/view>.

2.7. Relação com ambiente externo e clientes

A Sudam tem por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável em sua área de atuação, bem como a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. É responsável pela execução de políticas públicas para redução de desigualdades regionais, com o propósito de minimizar os desníveis regionais, por meio de atração de investimentos, da implantação de projetos de investimentos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e ajustes.

Diante disso, necessita dispor de uma estrutura de governança, integridade, riscos e controles que possibilitem o desenvolvimento de ações e mecanismos de controle eficientes para lidar com as possíveis situações que possam prejudicar o alcance de seus objetivos.

Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades públicas financiadoras de projetos na região, a exemplo de outros bancos federais e estaduais, os quais também ofertam taxas inferiores às praticadas pelo mercado privado. No entanto, os fundos administrados pela Sudam (FNO e FDA) conseguem em algumas de suas modalidades disponibilizar recursos com taxas ainda menores, inferiores ao custo de captação do Tesouro, em função de serem instrumentos da PNDR e possuírem redutores regionais no cômputo da taxa final cobrada do mutuário.

A Sudam atua, ainda, na articulação com os stakeholders no nível federal, estadual e municipal, setor produtivo, instituições de pesquisa, instituições financeiras e a sociedade em geral para elaborar programas e projetos especiais prioritários estratégicos para o desenvolvimento regional, em conformidade com a PNDR e PRDA, bem como na produção de insumos voltados para a formulação de projetos de fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais APLs, de acordo com concepção das Rotas de Integração Nacional e no apoio aos estudos dos microeixos de transporte de cargas e passageiros nos estados da Amazônia Legal, que vêm identificando os projetos logísticos estratégicos e prioritários para investimentos, tendo como base a redução de custos de transporte, aumento de competitividade e contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região.

Ademais, a Sudam possui uma Ouvidoria, integrante da Rede Nacional de Ouvidorias, que recebe continuamente manifestações dos usuários através da Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, gerenciado e supervisionado pela Controladoria-Geral da União. Além dessa plataforma, a Ouvidoria está apta a receber demandas por outros meios de ingresso, como e-mail, caixas coletoras e telefone. As manifestações, também conhecidas como demandas, são classificadas como: acesso à informação, denúncia, reclamação, solicitação, sugestão, elogio e simplifique.

Maiores informações a respeito da Ouvidoria da Sudam podem ser consultadas no sítio eletrônico da instituição por meio do link: https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam.

Ressalta-se ainda a importância da Carta de Serviços ao usuário, ferramenta imprescindível para a divulgação dos serviços ofertados pela Sudam, na qual são discriminados os setores técnicos responsáveis, meios de contato, links, horário de funcionamento, dentre outras informações necessárias para o atendimento satisfatório do usuário cidadão.

2.8. Capital social e participação em outras sociedades

A Sudam não detém participação em outras sociedades.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA possui participações acionárias nas empresas Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. – LMTE – e Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. – LXTE.

As conversões de debêntures em ações foram aprovadas pelo agente operador Banco da Amazônia S.A. com a anuência da Sudam, conforme detalhado no quadro de demonstração das atuais composições acionárias.

Quadro 2 – Composições Acionárias FDA

Empresas	Acionistas	Capitais Sociais	Participações
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	Gemini Energy S.A.	R\$ <u>632.529.094,00</u>	83,33%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA		16,67%
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	Gemini Energy S.A.	R\$ <u>662.013.209,00</u>	85,04%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA		14,96%

Fonte: Parecer GERAC-COIND 2018/0138, de 07/10/2019 – Banco da Amazônia S.A.

Informa-se que foi alterada a denominação social da holding controladora das empresas LXTE S.A e LMTE S.A., antes IEP - Isolux Energia e Participações S.A., cuja nova razão passou a ser Gemini Energy S.A., conforme informado pela Starboard Asset à Sudam e ao Banco da Amazônia S.A., via Ofício de 14/02/2020.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A Sudam instituiu, por meio da Portaria nº 310/2019, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CGIRC, de caráter deliberativo e instância de governança estratégica, tendo como integrantes o Superintendente, que o preside e os titulares das Diretorias de (Planejamento e Articulação de Políticas; Administração; e Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos). A função do Comitê é, entre outras, aprovar a metodologia de gestão de riscos; avaliar, revisar e monitorar o processo de gestão de governança, integridade, riscos e controles.

Em 2020, foi aprovada pelo CGIRC a Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Sudam, que tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão a serem observados e seguidos nos planos estratégicos, programas, projetos e processos da autarquia.

Em seguida, ainda em 2020, foi aprovada pelo CGIRC a revisão do Plano de Governança, Riscos e Controles da Sudam. De acordo com o documento aprovado, a autarquia apresenta uma estrutura composta por 3 (três) linhas de defesa da Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos:

- **1ª Linha de Defesa:** Servidores e pelos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais em suas respectivas unidades;
- **2ª Linha de Defesa:** Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CGIRC, o Núcleo de Governança, Riscos e Controles - NGRC e a Unidade de Gestão da Integridade – UGI;
- **3ª Linha de Defesa:** Auditoria-Geral da Sudam, uma vez que é responsável por fornecer à alta administração avaliações abrangentes, baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, além de prover avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

Para consultar os demais documentos relacionados à Governança, Integridade, Riscos e Controle da Sudam, acessar o link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.

3.1. Principais riscos específicos identificados

- Cortes ou alterações orçamentárias;
- Deterioração da infraestrutura física da sede da Sudam;
- Alterações nos instrumentos de ação;
- Perda de gerência em relação aos instrumentos de ação.

Para lidar com esses riscos, a Alta Gestão da Sudam busca realizar parcerias com outras organizações públicas e privadas para inserir a instituição não apenas nas discussões afetas aos temas relacionados com sua missão institucional, mas também com vistas a otimizar seus instrumentos de maneira a executá-los e direcioná-los para que tenham maior efetividade junto à população que vive na Amazônia, seja por meio da revisão de seus projetos na carteira do PRDA, seja na proposição de novos projetos, ou ainda com a revisão de processos com vistas ao aprimoramento.

3.2. Principais oportunidades identificadas

- Articulação com as instituições parceiras;
- Novas parcerias com entes nacionais e subnacionais e instituições públicas e privadas;
- Reestruturação organizacional da Sudam;
- Revisão da estrutura de gestão de riscos da instituição;

- Revisão do Regimento Interno;
- Estabelecimento de mecanismos para potencializar os instrumentos de ação;
- Retomada do protagonismo e participação da Sudam nas discussões que envolvem a Amazônia Legal.

3.3. Fontes específicas de riscos e oportunidades

- Alta complexidade regional;
- Ausência de interesse de parlamentares em destinar recursos para projetos que tenham efetividade na região;
- Corte do orçamento;
- Alterações normativas no que diz respeito aos instrumentos de ação.

3.4. Avaliação da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito

a) Riscos

- Corte ou alterações orçamentárias: risco com alta probabilidade e de alto impacto;
- Deterioração da infraestrutura física da sede da Sudam: risco com alta probabilidade e de alto impacto, considerando que a ausência de reformas nos últimos anos e o cenário orçamentário em que se encontra, com recursos escassos para tal propósito;
- Alterações nos instrumentos de ação: risco com alta probabilidade e de alto impacto, considerando o cenário que vem se apresentando nos últimos anos;
- Perda de gerência da Sudam em relação aos instrumentos de ação: risco com moderada probabilidade e alto impacto. Houve a perda da gerência em relação ao FNO e há um movimento para criação de transferências fundo a fundo, tal como o modelo adotado no Ministério da Saúde (portaria n. 2587, de 25/09/2020).

b) Oportunidades:

- Articulação com as instituições parceiras: ministérios, superintendências, bancos públicos/privados, entes nacionais, subnacionais, outras instituições do setor público/privado, academia, e outros atores regionais, com vistas à fortalecer as instituições mutuamente e promover o desenvolvimento da Amazônia;
- Novas parcerias com entes nacionais, subnacionais, públicos e privados: por meio de ACTs com instituições de ensino e pesquisa; prefeituras; associações; bancos etc;

- Reestruturação organizacional da Sudam: no final de 2021, a Sudam iniciou as atividades para revisão e proposição de nova estrutura regimental, mais enxuta e otimizada;
- Revisão da estrutura de gestão de riscos da Sudam: Reestruturação organizacional da Sudam: no final de 2021, a Sudam iniciou as atividades para revisão e proposição de nova estrutura regimental, mais enxuta e otimizada;
- Revisão do Regimento Interno: para otimizar as atividades, atendendo à estrutura regimental da instituição disposta no Decreto nº 8275/2014, atualmente vigente;
- Estabelecimento de mecanismos para potencializar os instrumentos: mapeamento de processos, revisão de normativos, busca de apoio do MDR, efetividade do CONDEL, revisão de projetos da Carteira do PRDA, criação de sistema de Banco de Projetos;
- Retomada do protagonismo e participação da Sudam nas discussões que envolvem a Amazônia Legal: Retomada do protagonismo e participação da Sudam nas discussões que envolvem a Amazônia Legal.

3.5. Desafios e Perspectivas

Com o atual cenário de pandemia, que se estende desde 2020, o país tem encontrado desafios não apenas econômicos, mas também tem encontrado soluções para reduzir seus impactos e dar continuidade nas suas atividades.

Da mesma forma, a Sudam ao longo de 2021, tem desenvolvido mecanismos para lidar com esse cenário, seja a adaptação de sua estrutura física para comportar melhor os servidores, seja por meio da melhoria dos sistemas informatizados de sua área de Tecnologia da Informação e Comunicações. A título de exemplo, a instituição adotou em 2021 o Programa de Gestão (Teletrabalho) o qual vem sendo implementado em suas unidades paulatinamente e cujo resultado pode impactar de maneira positiva no quesito de economicidade, produtividade e melhoria na qualidade de vida do servidor.

Além disso, outros desafios se apresentam e seus impactos podem afetar significativamente a autarquia, principalmente, no que tange à questão orçamentária, a qual vem ocorrendo não apenas na Sudam, mas em toda a administração pública federal. Para lidar com essa questão, estão sendo desenvolvidos planos de ação para melhor alocação de recursos pela Alta Gestão.

Naquilo que concerne aos instrumentos de ação, a Sudam iniciou, em 2021, maior aproximação aos entes nacionais e subnacionais, bem como outros atores da sociedade, especialmente aqueles que aqui vivem, para fortalecer sua articulação como órgão de governo de grande importância para a região. Exemplo disso foi a realização da caravana Sudam nos Estados, a qual visitou os 9 (nove) estados da Amazônia Legal para conhecer melhor o cenário regional e buscar alternativas que visem o desenvolvimento dessas áreas.

Vale ressaltar, por fim, que além desta ação, a instituição celebrou parcerias, seja por meio de Protocolo de intenções, Acordo de cooperação técnica, Projeto de Cooperação Técnica Internacional, Contratos, dentre outros, no intuito de fortalecer não apenas a si própria, mas também os parceiros.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1. Planejamento e cumprimento da missão

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 24/2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, a Sudam elaborou seu Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2021 a 2024.

A construção deste Planejamento Estratégico foi iniciada em 2020 e finalizada em 2021, contando com a contribuição de representantes de todas as unidades da Sudam e, sendo aprovado pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 458, de 05 de novembro de 2021.

Em sua nova identidade institucional, a Sudam apresenta como missão “Promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”. Possui, ainda, como visão de futuro o objetivo de “ser protagonista em ações voltadas para o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”, com base nos valores de integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

Para a materialização da missão e visão institucionais, a Sudam dispõe em seu planejamento estratégico de 6 (seis) artefatos essenciais: Cadeia de Valor Simplificada, Mapa Estratégico, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Entregas Estratégicas e Plano de Ação. O documento contendo o Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024 encontra-se disponível no sítio institucional por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>.

Instituído o Planejamento Estratégico, faz-se necessário acompanhar sua execução ao longo do período de vigência, visando avaliar o cumprimento das metas e objetivos estratégicos estabelecidos, bem como identificar possíveis falhas de forma tempestiva, permitindo que a Organização possa efetuar as correções necessárias no tempo certo.

Desta forma, a instituição prevê a partir de 2022 a realização de reuniões estratégicas de monitoramento para apresentação dos resultados alcançados e discussão dos principais avanços obtidos e dificuldades encontradas. Ademais, deverão ser produzidos relatórios trimestrais por parte das unidades da Sudam para subsidiar a alta administração de informações a respeito da execução das ações planejadas e do alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

4.2. Objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores e metas de desempenho do exercício

Os objetivos estratégicos constituem-se em fins a serem alcançados por uma determinada organização para o cumprimento de sua missão e atingimento de sua visão de futuro. Desta forma, é o detalhamento dos desafios a serem superados dentro de um período de tempo determinado pela própria organização. Constituem-se, ainda, como a ligação entre as diretrizes da instituição e seu referencial estratégico.

De acordo com o Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024, foram definidos 20 (vinte) objetivos estratégicos, organizados em 5 (cinco) perspectivas. Para cada objetivo estratégico, foram elaborados indicadores e metas para cada exercício. No quadro abaixo, apresenta-se o Painel de Desempenho Estratégico da Sudam com os resultados alcançados em 2021:

Quadro 3 – Painel de Desempenho Estratégico da Sudam

Perspectiva Impacto Sócio-Econômico					
Objetivo Estratégico	Entregas Estratégicas	Unidade Responsável	Indicadores	2021	
				Meta Prevista	Resultado Alcançado
Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios.	Execução de programas e/ou instrumentos voltados à inclusão social.	DPLAN	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	1	1
Promover a proteção da biodiversidade.	Execução de planos, programas e/ou projetos voltados à proteção da biodiversidade.	DPLAN	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	1	0
Desenvolver e incorporar tecnologias sustentáveis.	Implantação de programas e/ou projetos voltados à inovação sustentável.	DPLAN	Número de projetos apoiados	0%	0%
Fortalecer a economia local e regional.	Efetivo repasse de recursos ao setor produtivo local e regional.	DGFAI	Taxa de Execução do orçamento do FNO	100%	103,4%
Perspectiva Resultados Institucionais					
Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam	Redução da quantidade de empresas com informações inconsistentes no SIAV - Incentivos.	DPLAN / DGFAI	Aprimoramento do SIAV - Incentivos	50%	0%
Financiar a execução de projetos estratégicos e conceder incentivos fiscais para empreendimentos (novos e atuais).	Celebração e/ou ampliação de Convênios com instituições com atuação nacional.	DGFAI	Número de convênios celebrados/ampliados	0	0
	Aprimoramento dos processos de análise e concessão de incentivos fiscais.	DGFAI	Pleitos com Análises Iniciais realizadas no prazo	75%	69,51%
			Manifestações Técnicas Pós-vitorias elaborados no prazo	75%	83,33%
	Projetos estratégicos para a Amazônia Legal financiados com recursos do FDA.	DGFAI	Projetos estratégicos financiados com recursos do FDA	20	20
	Diminuição do tempo de análise de pleitos	DGFAI	Tempo médio de	30	27,2

	relacionados ao FDA.		resolução de pleitos relacionados ao FDA		
Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação.	Formação de Massa Crítica e Modernização da infraestrutura de CT&I.	DPLAN	Coefficiente de Bolsas (B) e Equipamentos (E)	0	1
Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas.	Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis, proteção da biodiversidade e fortalecimento da economia local e regional.	DPLAN	Nº de Produtos (Px), Processos (Py) e/ou Serviços (S)	0	1
Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais.	Projetos de Fortalecimento do setor produtivo apoiados.	DPLAN	Número de projetos apoiados	0	1
Formular estratégias para o desenvolvimento regional.	Planos, Programas, Estudos, Diretrizes, Acordos de Cooperação.	DPLAN	Número de Documentos elaborados e Acordos firmados	3	6
	Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	DPLAN	Número de Projetos apoiados de CT&I	0%	0%
Fortalecer a articulação institucional junto aos parceiros estratégicos.	Parcerias Institucionais estabelecidas.	Gabinete	Parcerias Institucionais Firmadas	4	9
Perspectiva Processos Internos					
Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público.	Aumento da execução do orçamento público.	DIRAD / DPLAN / DGFAI	Índice de Execução Orçamentária	93%	91,5%
Ampliar a captação de recursos para a execução de projetos prioritários.	Aumento de recursos orçamentários.	DIRAD / DPLAN / DGFAI	Índice de disponibilização de orçamento	0%	22,05%
Desenvolver a Comunicação Estratégica.	Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	ASCOM	Número de eventos internos realizados	2	4
			Percentual de Elaboração do Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	0%	0%
Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da Sudam.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Instrumentos de	4	4

			Avaliação		
Fortalecer os mecanismos de Controles Internos com ênfase na transparência e integridade.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Controles Internos	3	3
Aprimorar processos de gestão institucional.	Padronização dos processos.	AGI	Processos mapeados	10	12
Perspectiva Infraestrutura e Inovação					
Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho.	Aprimoramento do atendimento aos chamados de TI.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC	60%	82,46%
	Modernização dos sistemas.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC	60%	83,7%
	Desenvolvimento dos sistemas.	DIRAD	Quantidade de sistemas desenvolvidos	1	0
	Modernização do parque tecnológico da Sudam.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização do parque computacional implantados	1	1
	Modernização da infraestrutura de redes, Datacenter e Telecom.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização da infraestrutura implantados	1	1
	Garantia da segurança da informação.	DIRAD	Nº de recursos de segurança da informação implantados	1	1
	Modernização da Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.	DIRAD	Quantidade de normas aprovadas	1	0
	Aquisição de softwares de prateleira, assinaturas de serviços periódicos e postais.	DIRAD	Quantidade de software adquiridos	1	0
Contratação de serviços administrativos.	DIRAD	Total de Serviços contratados	1	1	

Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho.	Reforma dos pavimentos do Bloco C.	DIRAD	Quantidade de pavimentos reformados	0	0
	Aprimoramento das áreas ocupadas pelos servidores da Sudam.	DIRAD	Área disponibilizada pela Sudam para outros órgãos da União (m²)	300	302
	Disponibilização das áreas não utilizadas pela Sudam com outros órgãos da União.				
Perspectiva Aprendizado e Crescimento					
Promover a valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços.	Norma que estabeleça os perfis desejáveis para ocupação de cargos de chefia por servidores da Sudam. Implementação da gestão por competências. Implementação do plano de cargos dos servidores da Sudam. Implantação do programa de gestão. Capacitações.	DIRAD	Índice de Valorização	5%	0%

Fonte: AGI/SUDAM

Em relação à avaliação de desempenho institucional referente ao ciclo de 2021, estruturada em consonância com o Planejamento Estratégico anterior (2016-2020), vigente à época do estabelecimento das metas, a Sudam obteve um resultado de 94%, homologado por meio da Resolução da Diretoria Colegiada nº 05, de 12 de janeiro de 2022, conforme quadro a seguir:

Quadro 4 – Metas Globais da Sudam em 2021

Meta Global	Descrição da meta	Unidades Organizacionais Relacionadas às Metas Intermediárias	Peso	Resultado Alcançado
Desenvolver ações que elevem os resultados institucionais da Sudam para a sociedade	Realização de ações de desenvolvimento que contribuam para a elevação dos resultados institucionais da Sudam para a sociedade.	COGID, COGPE, CGAVI, CGFIN, CGEAP, CGINF	60	58%
Aprimorar os processos internos	Realização de iniciativas que visem ao alcance da excelência na gestão pública através do aprimoramento dos processos internos.	AUD, GAB, ASCOM, COF, CLC, AGI, CGCOM, CGA, CGP, DGES, CPO, CPC, PF, ASCOL, OUV, CGAVI	20	17%
Ampliar o aprendizado e o crescimento do capital humano	Ações com objetivo de disponibilizar e promover capacitações, de forma a estimular o aprendizado do corpo técnico.	CGP	10	10%
Modernizar a infraestrutura física e	Medidas e ações que contribuam para a	CTI, CGA	10	9%

tecnológica	melhoria da infraestrutura física e tecnológica da Sudam.		
TOTAL		100	94%

Fonte: AGI/SUDAM

4.3. Apoio da estrutura de governança para o cumprimento dos objetivos estratégicos

4.3.1. Conselho Deliberativo – CONDEL

O Conselho Deliberativo da Sudam – CONDEL foi instalado no dia 30 de maio de 2008, em cerimônia presidida pelo presidente da república à época. O Conselho é um Órgão colegiado da Sudam que, dentre outras atribuições, tem a competência de acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da Instituição.

A indicação para composição do Conselho Deliberativo da Sudam é feita conforme elencado abaixo:

- **Dos Ministros de Estado, dos governadores dos estados da Amazônia Legal, do Superintendente da Sudam e do Presidente do Banco da Amazônia:** decorre da ocupação de cargo, ou seja, os titulares destes cargos serão efetivamente membros do CONDEL, com fundamento no Decreto nº 8.275, de 27/06/2014 e no Regimento Interno do CONDEL/SUDAM.
- **Dos representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e das prefeituras municipais:** é realizada por meio de indicação das classes e prefeituras, sendo nomeados por Portaria Ministerial assinada pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, que ocupa a função de Presidente do CONDEL.

As informações detalhadas sobre o Conselho estão disponíveis no sítio institucional: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>.

4.3.2. Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada da Sudam é um órgão colegiado criado pela Lei Complementar nº 124, de 03/01/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.218, de 04/10/2007, revogado pelo Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014. É composta por um Superintendente que a preside e por quatro diretores, sendo eles: Diretor de Administração, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas, Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos e Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável, ressaltando que as competências previstas para esta Diretoria serão exercidas pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, até que esteja plenamente instalada, conforme disposto no Parágrafo único do art. 17, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014. A indicação dos membros para a Diretoria Colegiada da Sudam é feita por meio de Decreto da Presidência da República.

Dentre suas competências, é responsável por assistir ao CONDEL, exercer a administração da Sudam, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento da área de atuação da autarquia, consolidando propostas no PRDA; bem como elaborar relatório anual de avaliação da ação federal na área de atuação da Sudam.

4.3.3. Auditoria-Geral

A Unidade de Auditoria-Geral da Sudam tem suas competências explicitadas no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, e atualmente, sua estrutura organizacional, após a edição do Decreto nº 8.677, de 22/02/2016, que suprimiu o cargo de Assistente Técnico (DAS 102.1), é composta por 01 (um) Auditor-Chefe (DAS 101.4); 02 (dois) Chefes de Divisões (DAS 101.2); e 02 (duas) Funções Gratificadas (FG -1 e FG-2).

Em conformidade com o parágrafo 3º do Decreto nº 3.591/2000 e com a instituição do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, a Auditoria-Geral (AUD) encontra-se vinculada à Diretoria Colegiada da Sudam, cuja redação consta no Regimento Interno da Instituição, aprovado pelo Órgão Colegiado através da Resolução nº 70, de 08/05/2017, e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do caput do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000.

A Auditoria-Geral é exercida por uma unidade sistêmica e constituída por um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, e tem como principal finalidade o fortalecimento da gestão, com o acompanhamento de seus resultados e atos, monitorando as ações de controle, propondo melhorias e ações corretivas, além de realizar o acompanhamento do cumprimento das deliberações do TCU e das recomendações da CGU.

4.3.4. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETI

Este Comitê é responsável, dentre outras competências, pela priorização dos sistemas que devem ser desenvolvidos pela fábrica de software; priorização das ações orçamentárias que devem ser executadas ao longo da vigência do PDTIC; a diminuição da periodicidade entre as reuniões do próprio comitê; entre outros.

O Comitê é composto por 6 (seis) membros que representam a interdisciplinaridade da Sudam: Diretor de Administração; Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação; Coordenador-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento; Coordenador de Planejamento e Programação Orçamentária; Chefe da Assessoria de Gestão Institucional; e Chefe da Assessoria de Comunicação e Marketing.

4.3.5. Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC

Instância responsável pelo estudo, planejamento e controle previsto nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC. Dentre suas competências, destacam-se a assessoria na implementação de ações da POSIC; elaboração de normativos e políticas de uso dos recursos de informação; propor e acompanhar planos de ação para aplicação da Política, assim como campanhas de conscientização de usuários; e deliberar sobre questões relacionadas à segurança da informação e comunicação no âmbito da Sudam.

4.3.6. Sistema Nacional de Correição

Na Sudam, a área responsável pela atividade correcional é a Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP, a qual verifica possíveis ocorrências de nepotismo e conflito de interesses, realiza atividades relativas à corregedoria interna, instauração de sindicâncias e de processos de prevenção e apuração de irregularidades.

4.3.7. Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles

O Comitê tem como função, dentre outras, aprovar os normativos relacionados à governança, riscos e controles no âmbito da Sudam, assim como avaliar, revisar e monitorar o processo de gestão de riscos. Constitui-se em colegiado, de caráter deliberativo e atua como instância de

governança estratégica, tendo como dirigentes o Superintendente da Sudam, que o preside, os titulares das Diretorias e os titulares representantes dos órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente.

Conforme a Política de Gestão de Riscos, são atribuições do CGRC, dentre outras, promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; institucionalizar estruturas de governança, gestão de riscos e controles internos; incentivar a adoção de boas práticas de governança, riscos e de controles internos; garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos.

4.3.8. Ouvidoria

Tem por finalidade promover ações de atendimento junto à sociedade e aos colaboradores da Sudam. Dentre suas competências, destacam-se o recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos interessados (pessoas físicas e jurídicas), objetivando: mediar situações de conflitos; fortalecer a cidadania e a democracia participativa; agir em defesa imparcial da comunidade/sociedade/cidadão; ampliar o espaço público à participação da sociedade civil; manter a ética e a excelência nos serviços prestados.

4.3.9. Unidade de Gestão da Integridade

A Unidade de Gestão da Integridade, auxiliar do Comitê de Governança, Integridade e Controles, constitui-se em instância com atribuições para coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Sudam. Dentre as competências principais destacam-se a coordenação da implementação do programa de integridade e seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos; orientação e treinamento dos servidores da Sudam com relação aos temas vinculados à integridade; diagnosticar as unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua (re)estruturação ou fortalecimento; e propor estratégias para expansão do programa de integridade para fornecedores e terceiros que se relacionam com a Sudam.

4.3.10. Comissão de Ética

Atua como instância consultiva dos dirigentes e dos respectivos servidores e tem como objetivo promover os princípios da conduta ética do servidor no âmbito do relacionamento e do patrimônio público. Responsável por acolher e analisar denúncias, instaurar processo de apuração, bem como de realizar diligências. Cabe, ainda, à Comissão, o estabelecimento de normas internas e procedimentos de prevenção a eventuais conflitos de interesse aos ocupantes de cargos cujo exercício proporcione acesso à informação privilegiada.

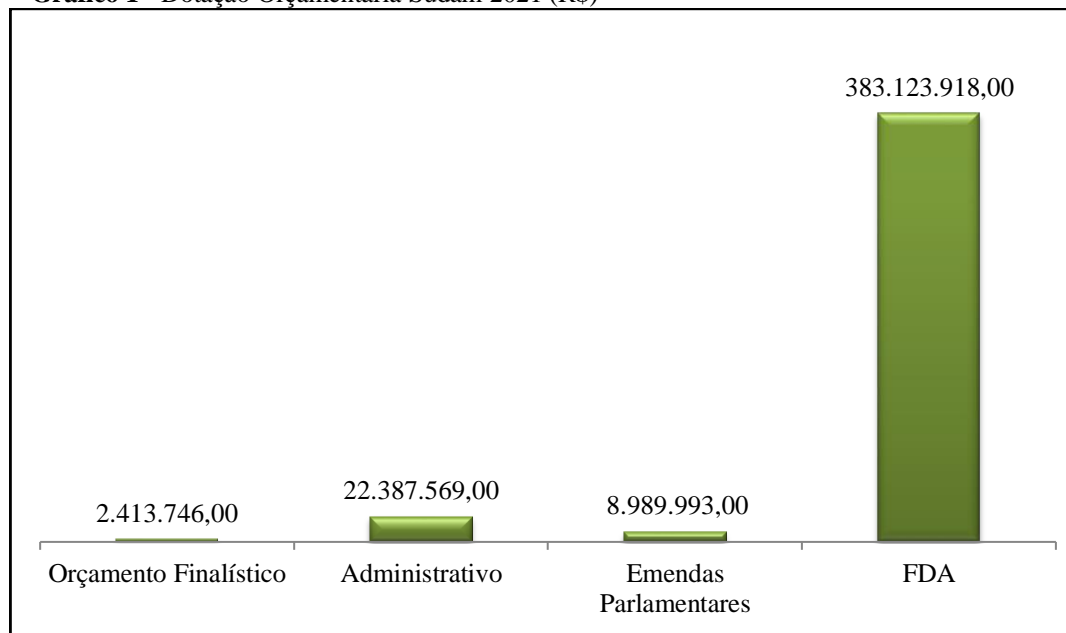
4.4. Principais programas, projetos e iniciativas

4.4.1. Ações Previstas na Lei Orçamentária Anual 2021

A gestão das ações finalísticas da Sudam cabe à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas. Nesse sentido, o processo finalístico da Instituição, via Lei Orçamentária Anual 2021, foi composto pelo seguinte programa: 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 destinou ao orçamento da Autarquia o montante de R\$ 416.915.226,00 (dotação inicial). Desse total, 0,58% são de recursos finalísticos (exceto emendas parlamentares); 5,37% de apoio administrativo, compreendendo despesas obrigatórias e discricionárias; 2,16% de emendas parlamentares alocadas via LOA 2021 e 91,89% para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A distribuição dos recursos pode ser vista no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Dotação Orçamentária Sudam 2021 (R\$)



Fonte: LOA 2021

A dotação inicial para os processos finalístico e administrativo da Sudam – recursos próprios discricionários – foi de R\$ 6.430.781,00. Ao longo do ano ocorreram movimentações tanto de suplementação quanto de cancelamento/remanejamento de recursos, aumentando o limite para empenho dos Programas Finalísticos e Administrativos para R\$ 12.522.724,22 (dotação final).

Até o encerramento do exercício de 2021, foi empenhado o montante de R\$ 9.596.005,89, ou seja, 76,63% do orçamento discricionário total da autarquia. Em relação às despesas finalísticas, tem-se o valor empenhado de R\$ 2.063.841,76, referente ao Plano de Ação Sudam, conforme verificado na Tabela a seguir.

Tabela 1 - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2021 (R\$)

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	1D73 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária	50.000,00	0,00	0,00	0,00
	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	1.800.000,00	1.800.000,00	191.000,00	191.000,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	698.724,00	263.841,76	0,00	0,00
TOTAL		2.548.724,00	2.063.841,76	191.000,00	191.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

Com relação às Emendas Parlamentares, a Sudam tinha uma previsão orçamentária, conforme a LOA 2021, de R\$ 30.369.365,00, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 8.989.993,00 provenientes de indicações de 04 parlamentares (execução obrigatória);
- R\$ 21.379.372,00 de Emendas de Bancada (despesa discricionária).

O aporte de recursos de emendas parlamentares foi destinado a 02 (duas) ações orçamentárias: 10T2 e 7K66, conforme Tabela 2. No final do exercício, 100,00% da dotação atualizada foram empenhados, totalizando R\$ 8.989.993,00 e beneficiando 8 (oito) projetos que serão descritos no Quadro 5.

Tabela 2 - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2021 (R\$)

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	5.489.993,00	5.489.993,00	0,00	0,00
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00
TOTAL		8.989.993,00	8.989.993,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

No exercício de 2021, o orçamento finalístico próprio da Sudam apresentava o montante de R\$ 37.237.687,40, inscritos em Restos a Pagar (RP), processados e não processados. Esses recursos estavam no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, no Programa 2052 - Pesca e Aquicultura e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em oito ações orçamentárias: 20WQ, 214S, 6553, 7K66, 8902, 20NE, 10T2 e 4542 (Tabela 3). Ao longo do ano, a Sudam pagou o total de R\$ 6.308.688,58 referentes a RP de seu orçamento próprio.

Tabela 3 - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam (R\$)

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	1.033.168,96	0,00	0,00	1.033.168,96
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	24.438.469,48	4.880.936,09	4.098.276,04	15.459.257,35
	6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	1.900.000,00	0,00	0,00	1.900.000,00
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento	437.963,83	1.019,23	0,00	436.944,60

Sustentável Local Integrado					
	8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	4.198.867,76	16.436,78	1.910.412,54	2.272.018,44
2052 - Pesca e Aquicultura	20NE - Apoio a Projetos de Pesquisa e Capacitação de Recursos Humanos nas Fases da Cadeia Produtiva da Pesca	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00
	10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	1.781.434,00	1.781.434,00	0,00	0,00
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	2.004.925,00	0,00	300.000,00	1.704.925,00
	4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	1.334.858,37	1.098.783,37	0,00	236.075,00
TOTAL		37.237.687,40	7.778.609,47	6.308.688,58	23.150.389,35

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

Ainda com relação aos restos a pagar, no que diz respeito a Emendas Parlamentares, a Sudam iniciou o exercício de 2021 com um valor de R\$ 316.774.600,70 em restos a pagar inscritos, processados e não processados, e pagou, desse montante, o total de R\$ 83.414.392,31 (Tabela 4). Os recursos de restos a pagar inscritos estavam alocados no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, no Programa 2084 - Recursos Hídricos e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em seis ações orçamentárias: 214S, 7K66, 8902, 1851, 10T2 e 20NK, com destaque para a Ação 7K66, que detinha um valor total de R\$ 106.126.076,07 – correspondendo a um percentual de aproximadamente 33,5% do total de RP inscritos.

Foram executados pagamentos em 4 (quatro) ações, 214S, 7K66, 8902 e 10T2, sendo que a Ação 214S se destacou com o maior volume de recursos pagos, R\$ 50.298.480,75, correspondendo a um percentual de 60,3% do total de RP pagos. Por outro lado, o recurso total inscrito na Ação 1851 foi cancelado. A Ação 20NK não foi executada, permanecendo o valor de R\$ 600.000,00 para desembolso em exercícios futuros.

Tabela 4 - Restos a Pagar – Emendas Sudam (R\$)

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	56.099.681,84	6.000.000,00	38.424.629,24	11.675.052,60
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	82.525.077,07	11.660.234,19	23.174.115,97	47.690.726,91
	8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	21.756.632,97	4.316.135,00	5.367.716,65	12.072.781,32
2084 - Recursos Hídricos	1851 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	95.346.452,00	0,00	390.620,39	94.955.831,61
	20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	36.445.757,82	0,00	11.873.851,51	24.571.906,31
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	23.600.999,00	500.000,00	4.183.458,55	18.917.540,45
TOTAL		316.774.600,70	22.876.369,19	83.414.392,31	210.483.839,20

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

O perfil consolidado dos gastos na Sudam é apresentado por meio das tabelas referentes à Execução Orçamentária e Financeira da autarquia, presentes no Anexo I deste relatório, com dotação atualizada, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, dos exercícios de 2019 a 2021.

Em relação à execução orçamentária e financeira, registra-se que o ano de 2021 apresentou diversas dificuldades, iniciando-se pela aprovação tardia da LOA 2021, apenas no final de abril desse ano tendo, ainda, ocorrido diversos vetos relativos às despesas discricionárias da Autarquia,

somando R\$ 5.555.900,00 em cortes, além de R\$ 21.379.372,00 de vetos em emendas parlamentares, também discricionárias. Esse processo acabou por dificultar a execução do planejamento da Autarquia, o que demandou diversas alterações orçamentárias complexas, em sua maior parte, por projeto de lei, que dadas as suas características, tiveram seus recursos liberados apenas em dezembro/2021, dificultando a execução do orçamento.

Além disso, há que se destacar um cenário de pandemia e crise fiscal contínua que reprimiu investimentos e, certamente, teve impacto no empenho das dotações do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, que teve o menor volume de recursos empenhados dos últimos três exercícios. Situações essas que fizeram o total geral de recursos empenhados ser de 78% no ano de 2021. Por outro lado, o volume de despesas pagas, R\$ 73.755.823,29, ou seja, 31,6% do total empenhado no ano, foi excepcionalmente maior que os anos de 2019 e 2020, quando registraram percentuais menores que 1% - valores nominais podem ser vistos nas tabelas do anexo I.

Para 2022 em diante, vislumbra-se aumento nas dotações orçamentárias do órgão, uma vez que, com a aprovação da LOA 2022, já se registra um orçamento quase 20% maior que o do ano anterior e, favorecido por um novo planejamento estratégico da Autarquia, para o período de 2021 a 2024, espera-se o aumento das execuções orçamentária e financeira.

A seguir, apresenta-se a execução detalhada das Ações de Programas Finalísticos, no exercício de 2021, sob responsabilidade da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas:

Quadro 5 – Resumo das Ações Previstas na LOA em 2021

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
10T2	A ação 10T2 apresentou dotação final de R\$ 5.489.993,00, sendo esse valor 100% empenhado para apoio a 04 (quatro) projetos. Não houve despesa liquidada no exercício de 2021, portanto, na execução física, a meta realizada ficou zerada. O localizador 0051 apresentou meta superestimada, daí o quantitativo elevado da meta prevista/reprogramada.	Empenhado o montante de R\$ 4.000.000,00 para apoio ao projeto de Construção do Terminal Hidroviário Turístico de Icoaraci (Pará). No entanto, até o final do exercício de 2021, não houve execução financeira (liquidação) por se tratar de projeto de convênio recente. Empenhado o montante de R\$ 1.489.993,00 para apoio a 3 (três) projetos: Construção de Praça Pública no Município de Jaciara/MT, no valor de R\$ 500.000,00; Construção de Praça Pública no Município de Juscimeira/MT, no valor de R\$ 389.993,00; e Construção de Área Recreativa no Município de Nova Brasilândia/MT, no valor de R\$ 600.000,00. No entanto, até o final do exercício de 2021, não houve execução financeira (liquidação) por se tratar de projetos de convênios recentes.
20WQ	A ação 20WQ - apresentou dotação final de R\$ 1.800.000,00, sendo esse valor empenhado para apoio a 2 (dois) projetos no exercício de 2021. No que diz respeito à Execução Física, informa-se que a ação 20WQ não possui meta.	Empenhado e pago o montante de R\$ 191.000,00 referente ao apoio à pesquisa “Matriz de Insumo-Produto para os estados da Amazônia”, proposta pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Além disso, foi empenhado o valor de R\$ 1.609.000,00 para apoio ao projeto de Acordo de Cooperação SUDAM-PNUD.
214S	A ação 214S apresentou dotação final de R\$ 698.724,00, dos quais foram empenhados R\$ 263.841,76 para apoio a 2 (dois) projetos. Não houve	Empenhado o montante de R\$ 263.841,76 para apoio a 2 (dois) projetos: Infraestrutura para apoio a cadeia da pecuária no Tocantins, no valor de R\$ 173.841,76; e Desenvolvimento de produtos tecnológicos e capacitação profissional na área de processamento de alimentos, no valor de R\$ 90.000,00.

	despesa liquidada no exercício de 2021, portanto, na execução física, a meta realizada ficou zerada.	
1D73	A ação 1D73 está voltada à implantação e qualificação viária. A Resolução nº 220, de 16 de outubro de 2020, da Diretoria Colegiada/Sudam, estabelece como valor mínimo para a recepção e aprovação de propostas de convênios e instrumentos congêneres R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) para obras dessa natureza, o que permitiria executar apenas 01 (um) projeto.	Optou-se pelo remanejamento para atender a projetos já em andamento, apresentando dotação final de R\$ 50.000,00. Não houve despesa empenhada/liquidada no ano de 2021, portanto, na execução física, a meta realizada ficou zerada.
7K66	A ação 7K66 apresentou dotação final de R\$ 3.500.000,00, os quais foram empenhados em sua totalidade para apoio a 04 (quatro) projetos. Não houve despesa liquidada no exercício de 2021, portanto, na execução física, a meta realizada ficou zerada.	Empenhado o montante de R\$ 1.500.000,00 para apoio a 3 (três) projetos: Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Município de Chupinguaia/RO, no valor de R\$ 500.000,00; Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Município de Corumbiara/RO, no valor de R\$ 300.000,00; e Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Município de Porto Velho/RO, no valor de R\$ 700.000,00. No entanto, até o final do exercício de 2021, não houve execução financeira (liquidação), por se tratar de projetos de convênios recentes. Empenhado o montante de R\$ 2.000.000,00 para apoio ao projeto de Pavimentação de Estrada Vicinal, em convênio firmado com o Município de Tefé/AM. No entanto, até o final do exercício de 2021, não houve execução financeira (liquidação), por se tratar de projeto de convênio recente.

Fonte: CPO/DPLAN/SUDAM

4.4.2. Ações Não Previstas na LOA do Exercício - Restos a Pagar - OFSS

As Ações Orçamentárias não previstas na Lei Orçamentária Anual 2021, mas que apresentaram recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, são as seguintes:

- a) Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano: Ação 20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais; Ação 4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica;
- b) Programa 2084 - Recursos Hídricos: Ação 1851 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica;
- c) Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial: Ação 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; Ação 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional; Ação 6553 - Apoio a Implantação de

Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira; Ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado; e, Ação 8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica.

Quadro 6 – Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2021 – Restos a Pagar (RP)

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
20NK	A Ação 20NK apresentou um montante de recursos em 01/01/2021, de RP não processados, de R\$ 600.000,00.	Apoio a 1 (um) projeto, objetivando construção de rampa de acesso no município de Porto Acre/AC. Não houve valor liquidado no decorrer do exercício.
4542	A Ação 4542 apresentou um montante de recursos em 01/01/2021, de RP não processados, de R\$ 1.334.858,37.	Do montante de recursos de RP não processados, foi cancelado o valor de R\$ 1.098.783,37 em virtude de anulação de empenhos. Não houve valor liquidado no decorrer do exercício.
1851	A Ação 1851 apresentou um montante de recursos em 01/01/2021, de RP não processados, de R\$ 400.000,00.	Montante de recursos de RP não processados cancelado em virtude de extinção do convênio celebrado com o município de Limoeiro do Ajuru/PA.
20WQ	A ação 20WQ apresentou RP Não Processados de exercícios anteriores no valor de R\$ 1.033.168,96.	Apoio a 1 (um) projeto de Estatística Pesqueira do Estado do Amapá. Não houve valor liquidado no decorrer do exercício.
214S	Na Ação 214S, o total de recursos em 01/01/2021, de RP não processados, foi de R\$ 74.139.267,20. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 41.166.493,04 para pagamento de 9 (nove) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 10.880.936,09, considerando anulação de empenhos de convênios.	<p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 36.173.862,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando aquisição de maquinário e veículos rodoviários. Beneficiário: Estado do Acre.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 2.741.863,80 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados, objetivando aquisição de patrulha mecanizada agrícola, infraestrutura turística, construção de shopping popular, e elaboração de plano de desenvolvimento de turismo indígena. Beneficiários: municípios de Macapá/AP e de Cruzeiro do Sul/AC e os Estados de Roraima e Acre.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 682.380,24 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando recuperação de estrada vicinal. Beneficiário: Formosa da Serra Negra/MA.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.468.387,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando aquisição de maquinário. Beneficiário: município de Rio Branco/AC.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 100.000,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando aquisição de embarcação. Beneficiário: município de São Félix do</p>

		Xingu/PA.
6553	A Ação 6553 apresentou um montante de recursos em 01/01/2021, de RP não processados, foi de R\$ 1.900.000,00.	Apoio a 1 (um) projeto, em atendimento ao município de Cruzeiro do Sul/AC. Não houve valor liquidado no decorrer do exercício.
7K66	Na Ação 7K66, o total de recursos em 01/01/2021, de RP não processados, foi de R\$ 77.134.025,52. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 21.427.923,72 para pagamento de 48 (quarenta e oito) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 11.661.253,42, considerando anulação de empenhos de convênios.	<p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 309.139,19 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando aquisição de maquinário. Beneficiários: municípios de Comodoro e São Joaquim, ambos em Mato Grosso.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 5.351.752,93 para pagamento de 7 (sete) convênios, objetivando implantação de rede elétrica e recuperação de estrada vicinal. Beneficiários: municípios de Amajari, Bonfim, Caroebe e Iracema, todos em Roraima.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.744.146,21 para pagamento de 4 (quatro) convênios, objetivando aquisição de maquinário e ampliação de mercado. Beneficiários: municípios de Assis Brasil, Capixaba, Cruzeiro do Sul e Feijó, estado do Acre.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.963.428,24 para pagamento de 3 (três) convênios, objetivando construção de feira, pavimentação de vias e aquisição de maquinário. Beneficiários: municípios de Mirinzal, Peritoró e Sítio Novo, todos no Maranhão.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.385.001,61 para pagamento de 4 (quatro) convênios, objetivando aquisição de maquinário e construção de mercado. Beneficiários: Conceição do Araguaia/PA, Eldorado dos Carajás/PA, Faro/PA e Redenção/PA.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 8.754.455,54 para pagamento de 25 (vinte e cinco) convênios, objetivando construção de feira, pavimentação de vias e aquisição de maquinário. Os municípios beneficiados foram Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Aparecida do Rio Negro, Cariri do Tocantins, Caseara, Dueré, Fátima, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Juarina, Lajeado, Nova Rosalândia, Praia Norte, Presidente Kennedy, Rio dos Bois, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Tabocão e Tocantínia, estado do Tocantins.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 460.000,00 para pagamento de 1 (um) convênio, objetivando aquisição de maquinário. O município beneficiado foi Pacaraima/RR.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.000.000,00 para pagamento de 1 (um) convênio, objetivando pavimentação de vias públicas. Beneficiário: Redenção/PA.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 460.000,00 para pagamento de 1 (um) convênio,</p>

	objetivando aquisição de maquinário. O município beneficiado foi Uiramutã/RR.
8902	<p>Na Ação 8902, o total de recursos em 01/01/2021, de RP não processados, foi de R\$ 23.483.181,91. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 7.278.129,19 para pagamento de 17 (dezesete) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 4.332.571,78, considerando anulação de empenhos de convênios.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.910.412,54 para pagamento de 3 (três) convênios, objetivando infraestrutura turística e aquisição de maquinário. Os municípios beneficiados foram Cruzeiro do Sul/AC, São Miguel do Guamá/PA e Tucuruí/PA.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.386.109,47 para pagamento de 4 (quatro) convênios, objetivando infraestrutura urbana e aquisição de maquinário. Os municípios beneficiados foram Brasnorte, Guiratinga e Santo Antônio do Leste, todos em Mato Grosso.</p> <p>Valor liquidado de RP não processado de R\$ 1.291.131,41 para pagamento de 2 (dois) convênios, objetivando infraestrutura turística e construção de centro de ensino, no Município de Mucajaí/RR.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 300.000,00 para pagamento de 1 (um) convênio, objetivando aquisição de maquinário para o Município de Xapuri/AC.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 800.000,00 para pagamento de 2 (dois) convênios, objetivando pavimentação de vias públicas nos municípios de Tucumã e Uruará, no Pará.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.250.475,77 para pagamento de 4 (quatro) convênios, objetivando pavimentação de vias públicas para os municípios de Peixe, Riachinho, Rio dos Bois e Santa Tereza, no Tocantins.</p> <p>Valor liquidado de RP não processados de R\$ 340.000,00 para pagamento de 1 (um) convênio, objetivando pavimentação de vias públicas no Municípios de Bonfim/RR.</p>

Fonte: CPO/DPLAN/SUDAM

4.4.3. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA (2020 – 2023)

Instrumento de planejamento que tem como fundamento os preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, cujo eixo central é a redução das desigualdades econômicas e sociais. O Plano foi aprovado pelo CONDEL em 2019, e encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

Em articulação junto ao Congresso Nacional e aos ministérios setoriais, bem como ao MDR, a Sudam empreendeu vários encontros, ao longo de 2021, tanto presenciais como virtuais, visando apresentar o PRDA e a carteira de projetos, além de ressaltar a necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 6.162/2019.

4.4.4. Evento Sudam nos Estados

Em 2021, a Sudam realizou o evento Sudam nos Estados, através de encontros presenciais em todos os nove estados da Amazônia Legal, com o objetivo de propiciar um maior engajamento entre os entes subnacionais e a autarquia na promoção do desenvolvimento regional. Os eventos foram realizados entre os meses de agosto a novembro de 2021, nos quais foram discutidos os aprimoramentos dos instrumentos de ação da Sudam, dentre estes o PRDA.

O evento permitiu um debate profundo sobre o Plano Regional e possibilitou arranjos que tenderão a contribuir com a efetividade do Plano. As oficinas do PRDA ocorreram junto às secretarias de planejamento dos estados com a presença de técnicos e gestores de várias secretarias. Como resultado, houve a atualização da Carteira de Projetos, a proposta de formação do pacto de metas, a possibilidade de apoio de instituições financeiras aos projetos do Plano (a exemplo do BNDES) e a avaliação do Plano.

4.4.5. Síntese de indicadores da Amazônia Legal – Edição 2021

Tem como objetivo fornecer dados básicos da região amazônica e de cada estado pertencente, visando formar um panorama geral sobre a situação da região a respeito da área, população, produção agropecuária e extração vegetal, qualidade de vida, agências bancárias, volume de crédito, emprego e financiamento regional. A novidade da edição de 2021 decorre da elaboração de um sistema no formato BI com possibilidade de atualização instantânea dos dados e geração de gráficos, planilhas etc. O documento foi aprovado pela Resolução DICOL/Sudam nº 04/2022, de 06 de janeiro de 2022 e está disponível na intranet da autarquia.

4.4.6. Matriz Insumo-Produto da Amazônia Legal – MIP

A Sudam, por meio da contratação da FIPE/USP, promoveu treinamentos sobre a elaboração da Matriz Insumo-Produto da Amazônia Legal. O contrato contemplou a elaboração de relatórios e o curso de capacitação na instrumentalização da ferramenta. Os primeiros módulos do contrato começaram em 2019, de forma presencial, e finalizaram em outubro/2021, de forma virtual, por conta da pandemia do COVID-19.

A Matriz Insumo-Produto - MIP é uma ferramenta utilizada, entre outras coisas, para analisar a estrutura produtiva de uma região e estimar impactos de choques na demanda final da economia. Por esse motivo é uma metodologia que auxilia a aferição de impactos nos indicadores econômicos oriundos de financiamentos ou projetos apoiados pelo setor público.

Por meio dos treinamentos, a Sudam conseguiu qualificar a Carteira de Projetos do PRDA na área de Saneamento Básico. Ademais, possibilitou também aos participantes dos diversos setores da instituição atualizar a MIP com base no banco de dados apresentado, servindo para avaliar, futuramente, a aplicação dos investimentos do FNO, do FDA e Convênios, bem como a atuação das secretarias de fazenda dos estados da região, com o objetivo de medir o impacto na economia.

Importante ressaltar ainda que a Sudam realizou treinamentos entre os meses de novembro e dezembro/2021 nos Estados do Amazonas e Rondônia, como multiplicadora do uso dessa ferramenta e a sua utilização para otimizar as respectivas economias.

4.4.7. Estudo Técnico Mecanismos para o fomento à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

A Sudam elaborou o Estudo Técnico intitulado "Mecanismos para o fomento à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO". O documento é parte do Plano de Ação pactuado pela Sudam junto ao TCU em razão do Acórdão TCU nº 897/2019-Plenário. O Estudo Técnico foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Sudam através da Resolução nº 288, de 29 de julho de 2021 e sua proposta foi inserida nas Diretrizes e Prioridades do FNO para o exercício de 2022 e no plano de Aplicação do referido Fundo.

4.4.8. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FNO 2022

Com base nas diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/1989, nos dispositivos dos art. 2º e 4º da Lei nº 13.636/2018 que trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2020-2023, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MDR nº 1.369/2021, a Sudam, em conjunto com o MDR, elaborou a proposta de diretrizes e prioridades do FNO para o exercício de 2022, que foi aprovada pelo Condel/Sudam, conforme Resolução nº 90, de 13 de agosto de 2021.

4.4.9. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FDA 2022

Com base no Art. 1º, do Anexo, do Decreto nº 10.053, de 9/10/2019, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2020-2023, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MDR nº 1.369/2021, a Sudam elaborou proposta de diretrizes e prioridades do FDA para o exercício 2022, que foi aprovada pelo Condel/Sudam através da Resolução nº 91, de 13 de agosto de 2021.

4.4.10. Programa Abrace o Marajó

Instituído pelo Decreto nº 10.260 de 03/03/2020, o Programa Abrace o Marajó, de caráter intersetorial, tem como estratégia o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios que compõem o Arquipélago do Marajó, localizado no Estado do Pará. O Programa teve sua concepção a partir do Projeto-Piloto instituído pela Portaria nº 2.856 de 24/10/2019 do MMFDH, com o intuito de ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos para a população do Marajó, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos.

O Plano de Ação do Marajó estabeleceu 4 (quatro) Eixos de Ação: o de Desenvolvimento Produtivo, Desenvolvimento Institucional, de Infraestrutura e de Desenvolvimento Social. A Sudam firmou compromisso de atuação nos dois primeiros eixos.

Ao longo de 2021, foram realizadas várias atividades no âmbito do Programa. A Sudam participou ativamente através das reuniões virtuais do Comitê Gestor e do Grupo Executivo - Gex. A autarquia é suplente do MDR no Comitê Gestor. Entre os dias 30/06 a 02/07/2021, foi realizado um evento no Município de Soure, no qual foi apresentado o Plano de Ação aos gestores municipais. No evento, a Sudam expôs uma apresentação a respeito dos projetos estruturantes necessários ao arquipélago. O evento contou com a participação da Ministra Damares Alves e com representantes ministeriais que apresentaram suas entregas no Marajó.

A Sudam também ratificou o compromisso junto ao Programa por meio da execução de dois projetos: Casas do Açaí e Capacitação de gestores e técnicos na Plataforma + Brasil. O projeto Casas do Açaí está aguardando recursos orçamentários para a sua execução. Quanto à capacitação de gestores e técnicos no Plataforma + Brasil, a autarquia em parceria com a Associação de Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM, realizou no

período de 18 a 22 de outubro de 2021 uma oficina, na qual foram capacitados 18 gestores e técnicos das prefeituras com a emissão de certificados. A capacitação deve continuar no decorrer de 2022. A ação é importante em razão da necessidade destes profissionais atuarem junto aos convênios com os governos estadual e federal. A ação também contribui para a efetividade do Eixo 6 do PRDA, que trata sobre o Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais.

4.4.11. Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira

Projeto que tem por finalidade a instituição de Zona de Desenvolvimento Sustentável ao sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia, a fim de mitigar dois grandes problemas identificados na região, quais sejam o ambiental (pressão sobre a floresta Amazônica) e o socioeconômico (baixos Índices de Desenvolvimento Humano-IDH). Para se constituir como uma resposta a esses grandes desafios, a proposta é fomentar o desenvolvimento sustentável dos municípios abrangidos no projeto e criar um cinturão de proteção à floresta amazônica referente àquela área, por meio de ações sistêmicas, multissetoriais e integradas, com foco em dois macro eixos: o desenvolvimento produtivo (bioeconomia, agronegócio, indústria e turismo) e infraestrutura econômica e urbana (logística e transporte, energia, e telecomunicações).

O projeto foi desenvolvido ao longo de 2021 e lançado oficialmente no dia 14/12/2021, em Porto Velho/RO, com a presença de autoridades, incluindo o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão.

4.4.12. Acordo de Cooperação com o BNDES

A Sudam e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES celebraram o Acordo de Cooperação nº 20.2.0465.1, em 09/02/2021, para a avaliação preliminar e identificação de projetos constantes na carteira do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA que, eventualmente, tenham capacidade de serem estruturados via desestatização.

4.4.13. Colaboração na elaboração da Carta Brasileira Cidades Inteligentes

A Sudam participou dos grupos técnicos de trabalho para a elaboração da Carta Brasileira Cidades Inteligentes, iniciativa da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana da SMDRU/MDR, onde estão expressos o conceito de “cidades inteligentes” para o Brasil e uma agenda para a transformação digital das cidades brasileiras na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável.

4.5. Resultados Alcançados no Exercício

4.5.1. Macroprocessos Finalísticos

4.5.1.1. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais administrados pela Sudam tem previsão de encerramento das concessões em 2023, conforme Lei nº 13.799, de 4 de Janeiro de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Dentro da estrutura da Sudam, compete à Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos – DGFAI ser a executora dos instrumentos explícitos da PNDR para a Amazônia Legal, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais (IRPJ). Para coordenar as atividades relativas aos incentivos fiscais, a DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros – CGINF.

Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2021 foram emitidos 203 (duzentos e sete) Laudos Constitutivos, sendo 202 (duzentos e seis) referentes à Redução fixa de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis e 1 (um) para Isenção de IRPJ referente a produto constante no programa de inclusão digital, além de 6 (seis) Resoluções aprovando a liberação de recursos de Reinvestimento de 30% do IRPJ, sendo realizadas 52 (cinquenta e duas) viagens de servidores para a realização de 123 (cento e vinte e três) vistorias técnicas em empreendimentos situados nos estados da Amazônia Legal.

Além disso, cabe destacar que foram emitidos 4 (quatro) Laudos Constitutivos em cumprimento à sentença judicial nº 630-A/2012, exarada nos autos da Ação Ordinária nº 2007.34.00.040945-5, em favor de empresa localizada no estado do Amazonas, referentes aos projetos de diversificação e ampliação desta, a partir do ano-calendário subsequente ao de entrada em operação dos referidos projetos, com fruição a partir de 2001 e 2003.

As tabelas a seguir contemplam o quantitativo de contribuintes (pessoas jurídicas), que obtiveram seus pleitos de incentivos fiscais aprovados pela Sudam. Cabe ressaltar que, no caso da Redução de 75% e Isenção do IRPJ, a empresa deve se dirigir à Receita Federal para reconhecimento do laudo constitutivo e receber a homologação do incentivo, para usufruir da renúncia fiscal, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos, distribuídos por Unidade da Federação, no exercício de referência do Relatório de Gestão e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

Tabela 5 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ

Pessoas Jurídicas						
UF	2021		2020		2019	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC	2	*	0	*	0	*
AM	44	*	19	*	40	*
AP	1	*	0	*	0	*
MA	1	*	0	*	0	*
MT	42	*	28	*	15	*

PA	17	*	10	*	13	*
RO	7	*	6	*	4	*
RR	1	*	0	*	1	*
TO	3	*	2	*	4	*
Total	118	*	65	*	77	*

Fonte: DGFAI/Sudam

* A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Tabela 6 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ

Pessoas Jurídicas						
UF	2021		2020		2019	
	Qtde.	Valores Liberados*	Qtde.	Valores Liberados	Qtde.	Valores Liberados
AC	0	-	0	-	0	-
AM	3	R\$ 4.801.173,76	12	R\$ 39.669.973,30	0	-
AP	0	-	0	-	0	-
MA	0	-	0	-	0	-
MT	0	-	11	R\$ 7.069.061,87	0	-
PA	2	R\$ 1.358.221,70	8	R\$ 74.863.463,67	0	-
RO	0	-	2	R\$ 2.403.978,65	0	-
RR	0	-	0	-	0	-

TO	1	R\$ 172.889,22	2	R\$ 473.907,65	0	-
Total	6	R\$ 6.332.284,68	35	R\$ 124.480.385,14	0	-

Fonte: DGFAI/Sudam

* Valores Liberados = 30% do IRPJ devido acrescido de 50% de recursos próprios, conforme previsto no art. 19 da Lei 8.167, de 1991.

Tabela 7 - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2021

Estados	Pleitos Aprovados			Total de empresas beneficiadas
	Redução de 75% do IRPJ	Isenção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	
Acre	2	0	0	2
Amazonas	45	1	3	46*
Amapá	1	0	0	1
Maranhão	1	0	0	1
Mato Grosso	42	0	0	42
Pará	17	0	2	19
Rondônia	7	0	0	7
Roraima	1	0	0	1
Tocantins	3	0	1	4
Total	119	1	6	123

Fonte: DGFAI/Sudam

* O total de empresas beneficiadas é menor que o somatório identificado em cada tipo de incentivo, já que uma única pessoa jurídica pode ter mais de um tipo de pleito aprovado.

Tabela 8 - Incentivos Aprovados em 2021 (Laudos Constitutivos e Resoluções Emitidas)

Estados	Redução de 75% do IRPJ	Isenção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Total de incentivos aprovados
Acre	5	0	0	5
Amazonas	64	1	3	68
Amapá	1	0	0	1
Maranhão	4	0	0	4
Mato Grosso	78	0	0	78
Pará	35	0	2	37
Rondônia	10	0	0	10
Roraima	1	0	0	1
Tocantins	4	0	1	5
Total	202	1	6	209

Fonte: DGFAL/Sudam

Indicadores de Desempenho do Exercício

Quadro 7 - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)

Denominação	Índice de Referência (2020)	Índice Observado (2021)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Volume de pleitos atendidos	71,43%	52,07%	Anual	$VA = \text{N}^\circ \text{ de laudos e resoluções emitidos no exercício} / \text{N}^\circ \text{ de pleitos existentes menos os arquivados ou indeferidos}$
Capacidade de atendimento	55,63%	38,64%	Anual	$CA = \text{N}^\circ \text{ de pleitos aprovados no exercício} / \text{N}^\circ \text{ de pleitos com entrada no exercício menos os arquivados ou indeferidos}$
Tempo médio de tramitação de processos	266 dias	254 dias	Anual	$TMTP = \text{soma da duração de processos solucionados com sucesso} / \text{N}^\circ \text{ de processos solucionados com sucesso}$

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM

Ao analisar os resultados dos indicadores de desempenho, observa-se uma queda nos dois primeiros indicadores, que pode ser justificada por um erro identificado na metodologia de cálculo para os indicadores em 2020, os quais foram corrigidos neste relatório, e pelo reduzido corpo técnico da CGINF, que atualmente é composto por 9 (nove) servidores e mais um servidor de outra unidade e que atua em colaboração com as análises de pleitos.

Desafios e Ações Previstas

Para o ano de 2022, reitera-se a necessidade da recomposição do quadro técnico da CGINF, visto que em virtude de aposentadorias e remoção de servidores para outras unidades, houve uma redução significativa do quadro nos últimos anos, passando de 13 (treze) analistas no ano de 2019 para 9 (nove) servidores em 2021 (um servidor lotado em outra unidade atua em colaboração na análise de alguns pleitos de incentivos fiscais), com previsão de mais uma aposentadoria em 2022.

Para este próximo ano contempla-se ainda a necessidade de aprovação de dois normativos importantes para a unidade. O primeiro com o objetivo de aprimorar o processo de concessão de incentivos e dar maior clareza aos itens do roteiro de projeto e documentação solicitados às empresas requerentes para apresentação de pleitos de incentivos fiscais. O segundo normativo trata dos procedimentos e fluxos operacionais contemplando as

etapas de análise e mecanismos de controle do processo de concessão de incentivos, os quais foram mapeados com o intuito de implementar um Manual de Normas e Procedimentos - MNP, o qual estabelecerá as diretrizes, critérios e padrões de análise de pleitos de incentivos fiscais no âmbito da Sudam.

Outro avanço considerável trata-se da possibilidade de realização de vistoria remota aos pleitos de incentivos fiscais, permitida com a edição da Resolução CONDEL/Sudam nº 93, de 13 de agosto de 2021, que promoveu a atualização do Regulamento dos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Após sua regulamentação, que se espera que ocorra neste ano de 2022, a vistoria remota poderá reduzir o tempo médio de tramitação dos processos de concessão de incentivos; melhorar o bem-estar dos servidores, que muitas vezes devido às dificuldades impostas pela logística na região amazônica, precisam se deslocar por várias horas para realizar vistorias em localidades distantes com diárias que se encontram defasadas há muitos anos e que, em virtude disso, não são suficientes para custear hospedagem, deslocamentos e alimentação; e promover à instituição redução de custos com compras de passagens e pagamentos de diárias.

Mais uma perspectiva importante refere-se à possibilidade de implementação do teletrabalho, regulamentado pela Portaria nº 236, de 13 de Dezembro de 2021, que estabeleceu os procedimentos gerais para instituição do Programa de Gestão nesta autarquia e, considerando que a Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais – CIF/CGINF foi uma das unidades-piloto para realização de testes do programa através da utilização do Sistema de Gestão e Governança - SGG e mapeamento das atividades executadas pela unidade com seus respectivos tempos médios de execução e complexidades, espera-se, a partir do momento de sua efetivação na unidade, o aumento da produtividade da equipe técnica aliado ao controle das metas estipuladas no plano de trabalho pela chefia e redução de custos da instituição com materiais diversos e energia elétrica.

Há também a intenção de criação de uma nova meta intermediária que avalie o tempo de análise das respostas das empresas pleiteantes de incentivos às notificações de pendências encaminhadas pela CGINF, para que, dessa forma, todas as fases do processo de análise e concessão de incentivos fiscais possam ser medidas e melhoradas a partir dos resultados obtidos.

Avaliação dos Incentivos Fiscais

Para acompanhar as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam e avaliar a relevância para o desenvolvimento da região dos resultados obtidos, a DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais - CGAVI

O primeiro grande desafio do ano 2021 na avaliação dos incentivos fiscais foi a resposta ao Acórdão nº 4.056/2020 – TCU plenário, que teve como objetivo verificar a regularidade do processo de concessão de incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e identificar os principais riscos que possam impactar o alcance dos resultados esperados com o uso desse instrumento de desenvolvimento regional.

Diante das recomendações e determinações do referido Acórdão, a CGAVI elaborou um plano de ação centrado em três eixos:

- Revisão da Resolução nº 65/2017 e Regulamentação do Cadastro de Inadimplentes Não Financeiros da Sudam;
- Organizar e alimentar a base de dados da Sudam relativas com as informações relativas aos Incentivos Fiscais (SIAV-Incentivos);
- Elaboração do Manual de Avaliação de Avaliação dos Incentivos Fiscais.

A revisão da Resolução nº 65/20217 teve como objetivo atualizar a regulamentação dos incentivos fiscais, inserindo, por exemplo: a possibilidade de realizações de vistorias virtuais remotas do empreendimento que pretende ser incentivado; a possibilidade de utilização dos depósitos para reinvestimento em capital de giro, limitado a até 50% do montante total, e; a determinação de que os documentos contábeis e os registros concernentes à aplicação dos benefícios devem ser enviados pelo SIAV. Desta forma, foi aprovada a Resolução nº 93/2021 com as atualizações sugeridas pela área técnica da Sudam.

Quanto à regulamentação do Cadastro de Inadimplentes não Financeiros da Sudam, após discussões e reuniões da equipe técnica da CGAVI/DGFAI com a Procuradoria Federal junto à Sudam, concluiu-se pela necessidade de formalizar consulta jurídica no sentido de definir quais as possíveis sanções administrativas que poderiam ser aplicadas pela autarquia às empresas inadimplentes em suas obrigações junto à Superintendência. A consulta foi enviada em 09/06/2021 à Procuradoria, sendo respondida em 26/11/2021. Desde então, a CGAVI vem trabalhando na minuta de Resolução e na Nota Técnica, justificando os pontos principais do regulamento. Estes documentos devem ser finalizados até o final de março e, com isso, os autos serão remetidos à Procuradoria Federal novamente para emissão de Parecer Jurídico sobre o regulamento. A estimativa é que o regulamento esteja concluído até o primeiro semestre de 2022.

Em relação à organização da base de dados da Sudam das empresas incentivadas, o objetivo desse trabalho é a implantação de um processo contínuo de validação dos dados das empresas que possuem incentivos fiscais administrados pela autarquia. Para alcançar a meta estratégica, foram propostas as seguintes ações: Ampliar o convênio firmado com a Receita Federal do Brasil para o envio de informações sobre as empresas beneficiadas e valores de incentivos concedidos na área da Sudam; Organizar e alimentar a base de dados da Sudam – Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais – SIN e do Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais – SIAV Incentivos; Identificar e notificar as empresas com informações inconsistentes ou que não enviaram informações a Sudam; Realizar a curadoria dos dados enviados pelas empresas.

Em relação à ampliação do convênio com a RFB, apesar da realização de reuniões com o referido órgão e de envio de ofícios ao Secretário Especial da RFB, não houve sucesso até o momento na ampliação das informações. O objetivo com esta ampliação é ter acesso à Escrituração Contábil Digital das empresas incentivadas.

Com relação ao universo de empresas incentivadas, que corresponde da ação de organizar e alimentar a base de dados do SIN e do SIAV, a DGFAI realizou a digitalização dos laudos constitutivos que estavam em meio físico, com o objetivo de identificar o universo das empresas incentivadas e atualizar o SIAV.

Quanto à identificação das empresas com informações inconsistentes e realização da curadoria de dados do SIAV, a CGAVI elaborou um relatório demonstrando algumas inconsistências da base de dados do SIAV, sugerindo a implementação de críticas e critérios de validação em alguns campos do sistema, para garantir a sua confiabilidade. As regras de validação foram implementadas para o Calendário Anual de Envio de Informações - CAEI 2021. O próximo passo é uma nova análise da consistência das informações para verificar se as mudanças realizadas no sistema surtiram o efeito esperado, bem como verificar novas inconsistências. Após a elaboração do Relatório as empresas serão notificadas para retificarem as informações.

Quanto ao Manual para Elaboração do Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam, que tem como objetivo padronizar, regular e disciplinar o processo de monitoramento e avaliação dos impactos e resultados ocasionados na Amazônia Legal a partir da concessão dos incentivos fiscais, foi elaborada uma minuta que está em análise no âmbito da DGFAI.

4.5.1.2. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

A gestão da Sudam em relação ao FDA se circunscreve, de forma resumida, desde as avaliações técnicas consultivas até às liberações de recursos e demais procedimentos que visam resguardar o retorno dos referidos recursos ao Fundo, na forma dos regulamentos estabelecidos, como é da responsabilidade e competência da Autarquia Federal.

Para coordenar as atividades relativas ao FDA, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2021, foram protocoladas 5 (cinco) consultas prévias junto à Sudam, com objetivo de obter recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Todas foram analisadas pela unidade competente (CGFIN) e, dentre estas consultas, uma foi aprovada em novembro.

Os resultados dos indicadores de desempenho da gestão do FDA estão quantificados a seguir:

Quadro 8 – Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2021

Indicadores	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
CGA%	Determinar se as consultas prévias protocoladas na Sudam no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	100%	100%	100%	anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / \text{Total de C.P. protocoladas}$
PFA	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	1,50 CP/téc.	> 1	2,50 CP/téc	anual	$C.P. \text{ analisadas} / n^\circ \text{ de técnicos}$
TCCP% *	Determinar se as empresas têm encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e se a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado	25%	100%	20%	anual	$C.P. \text{ aprovadas} \times 100 / \text{Total C.P. analisadas}$
TMTP dias	Indicar o tempo médio de aprovação de uma consulta prévia	32 dias	< 30	19 dias	anual	$\Sigma \text{ da duração de cada processo (dias)} / \text{Número de processos}$

						analisados
TCP%	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela Sudam têm resultado em projetos analisados pelos agentes operadores e aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudam	0%	-	100%	anual	Nº de projetos aprovados / nº de Consultas Prévias aprovadas
ISA%	Indicar se os projetos acompanhados (pelo agente operador) têm apresentados resultados positivos	-	100%	Aguardando informações	anual	Nº de projetos acompanhados c/ resultados positivos x 100 / nº de Projetos acompanhados

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM e Relatórios de Agentes Operadores

Obs.: Índice de referência: Índice observado no ano anterior.

Legenda:

CGA% – Capacidade Geral de Análise

PFA – Produtividade da Função Análise

TCCP% – Taxa de Consistência das Consultas Prévias

TMP dias – Tempo Médio de Tramitação de Processos

TCP% – Taxa de Consistência de Aprovação de Consultas Prévias

ISA% – Índice de Sucesso dos Projetos Acompanhados (depende dos relatórios dos bancos operadores). Geralmente é encaminhado no final de março.

Em relação aos indicadores CGA% e PFA, estes atingiram os índices previstos para o exercício. Com relação à Taxa de Consistência das Consultas apresentadas, o TCCP%, o resultado de 20% corresponde a uma consulta prévia aprovada das cinco analisadas. O Resultado ficou aquém do esperado, demonstrando que a maioria das consultas prévias apresentadas pelas empresas não têm atendido aos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e que a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas não tem melhorado. No exercício, o tempo médio de tramitação das consultas prévias, incluindo os procedimentos de análises até aprovação pela Sudam, foi de 19 (dezenove) dias. No exercício, o tempo médio demandado exclusivamente pela unidade competente, para as análises das 5 (cinco) consultas prévias, foi de 7 (sete) dias.

Em 2021, um (1) projeto foi aprovado pelo Banco do Brasil, agente operador autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar com recursos do FDA. Esta aprovação resultou em 100% para a Taxa de Consistência de aprovação de CPs - TCP%, em 2021.

Desde 2005, a Sudam aprovou 90 cartas-consultas e consultas prévias. Destas, 25 (vinte e cinco) projetos foram aprovados pelos agentes operadores, dentre os quais, alguns foram arquivados ou cancelados e 20 (vinte) foram implantados ou estão em implantação. Com estas informações, a Taxa de Consistência de aprovação TCP%, com este histórico, resultaria em 27,8%.

Quadro 9 – Consultas prévias apresentadas e analisadas em 2021

Nº	Empresa	Município	UF	Setor	Recursos (R\$ milhões)		Status
					FDA	Total	
01	Superfrio Armazéns Gerais S.A.	Manaus e Belém	AM/PA	INF	41,12	82,23	Devolvida
02	Transnorte Energia S.A. - TNE	Manaus e Boa Vista	AM/RR	INF	61,872	1.500,00	Devolvida
03	Agropecuária Cidade Alta Ltda.	Alta floresta	MT	AGP	8,72	11,09	Devolvida
04	Complexo Industrial Emiliano Barrichello	Soure	PA	IND	71,872	149,64	Devolvida
05	Azulão Geração de Energia S.A.	Silves e Boa Vista	AM/RR	INF	286,129	1.963,00	Aprovada
TOTAL					469,713	3.705,96	

Fonte: CGFIN/ DGFAI/SUDAM

Duas consultas prévias foram devolvidas às pessoas jurídicas pleiteantes por divergências de informações e falhas nas instruções. Outras duas consultas prévias foram indeferidas, com as devidas comunicações às pessoas jurídicas pleiteantes, por não atenderem aos requisitos estabelecidos na legislação vigente referente ao FDA.

A Consulta Prévia aprovada em novembro de 2021 pleiteou o montante de R\$ 286.128.995,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, cento e vinte e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais) de recursos do FDA. Em dezembro de 2021, o agente operador aprovou o projeto apresentado pela empresa. A Diretoria Colegiada da Sudam autorizou a participação do FDA no projeto, tendo ocorrido à primeira liberação de recursos em dezembro de 2021. O objetivo do referido projeto é a construção, operação e manutenção de sistema integrado de geração de energia elétrica, envolvendo a produção de gás natural por concessão, no campo de Azulão, no estado do Amazonas.

Durante o exercício de 2021, ocorreram três liberações de recursos do FDA, que totalizaram R\$ 184.151.102,77 (cento e oitenta e quatro milhões cento e cinquenta e um mil, cento e dois reais e setenta e sete centavos) de recursos liberados para empreendimentos nos segmentos de construção, operação e manutenção em linha de transmissão e geração de energia, de interesse das empresas Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. e Azulão Geração de Energia S.A.

Os referidos projetos das linhas de transmissão e subestações estão em operação e visam à maior abrangência do sistema de transmissão de energia elétrica no território nacional, especialmente na Amazônia. Em fase final de implantação, o terceiro projeto integra a reserva de gás natural no estado do Amazonas a uma térmica para gerar energia elétrica em Roraima.

Quadro 10 – Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício

Nº	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (R\$ milhões)			Objetivo
				FDA	Liberado em 2021	Saldo a liberar	
01	Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	PA	INF	293,09	50,67	18,67	Construção, operação e manutenção de duas linhas de transmissão (LT) e uma subestação (SE), todos os investimentos no estado do Pará.
02	Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	PA	INF	495,40	61,35	30,13	Construção, operação e manutenção de 3 (três) linhas de transmissão (LT) e 2 (duas) subestações (SE), todos os investimentos no estado do Pará.
03	Azulão Geração de Energia S.A.	AM	INF	286,12	72,12	214,00	Sistema de Geração de Energia - Produção de gás natural por concessão no campo de Azulão, em Silves/AM e Termelétrica Jaguatirica, em Boa Vista/RR
TOTAL				1.074,61	184,15	262,80	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM

Obs.: Nos valores liberados não estão incluídos os 2% de remuneração da Sudam.

Programação e Execução das Despesas

Demonstração dos saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores relacionados ao FDA

No exercício de 2021, foram empenhados R\$ 291.851.574,90 para realização de projetos na Amazônia Legal; desse montante, foram liquidados e pagos R\$ 73.564.823,29, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos Originários – Total								
Unidade Orçamentária: FDA			Código UO: 53202			UGO: 533008		
DESPESAS DE CAPITAL (valores em R\$ 1,00)								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		Paga		RP Não Processados	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
5- Inversões Financeiras								
66- Concessões Empréstimos e Financiamentos	291.851.574,90	358.440.717,00	73.564.823,29	0,00	73.564.823,29	0,00	218.286.751,61	358.440.717,00

Fonte: Coordenação de Operações Financeiras – COF/DIRAD/Sudam

A seguir, apresenta-se o quadro de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores. Do saldo de R\$ 164.058.334,87 de Restos a Pagar Processados, que haviam sido inscritos dessa forma em 2020, foram pagos R\$ 114.269.301,52 em 2021, restando um saldo de R\$ 49.789.033,35 para o exercício seguinte.

O saldo de R\$358.440.717,00 referente a RP Não Processados inscritos em 2021 e o saldo de R\$395.502.456,00 referente a RP Não Processados de 2020 reinscritos em 2021 foram integralmente cancelados.

Quadro 12 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores					
Restos a Pagar Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2021	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2021
		2020	164.058.334,87	114.269.301,52	0,00
Restos a Pagar Não Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2021	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2021
	2021	358.440.717,00	0,00	358.440.717,00	0,00
	2020	395.502.456,00	0,00	395.502.456,00	0,00

Fonte: Coordenação de Operações Financeiras – COF/DIRAD/Sudam

Desafios e Ações Previstas

As principais dificuldades detectadas para realização dos objetivos do FDA e sua adequada operacionalização, no exercício de referência, foram:

- Governança insuficiente acerca das ações e decisões da competência do CONDEL/Sudam;
- Em parte de 2021, permaneceu a impossibilidade de realização de procedimentos conclusivos de análises de pleitos referentes à sistemática do FDA (desde a Consulta Prévia até a liberação de recursos, passando por todos os atos de gestão), por inaplicabilidade das legislações vigentes, em razão das incompatibilidades entre os dispositivos legais e de inexistência de norma específica. Ao longo do exercício, foram aprovados Atos Normativos que vieram a sanar estas dificuldades, a saber: Resolução CMN-BACEN nº 4.960; Portaria Interministerial ME/MDR nº 2/2021; e Resolução Condel/Sudam nº 92/2021.
- Concorrência/sobreposição na operacionalização dos recursos do FDA e FNO. Ambos os Fundos foram criados para serem complementares, no propósito de desenvolver a Região e contribuir para redução da desigualdade regional e da pobreza extrema na Amazônia. Em 2021 durante os debates acerca da programação financeira do FNO para o ano de 2022, a Sudam, em conjunto com o MDR, fez recomendações ao Banco da Amazônia no sentido de mitigar esta concorrência.
- O desconhecimento por parte do empresariado sobre o regulamento do FDA, inclusive quanto às áreas prioritárias para implantações dos projetos de empreendimentos passíveis de serem beneficiados, assim como outros importantes aspectos relacionados aos encaminhamentos dos pleitos. Em 2021 a Sudam realizou uma rodada de visitas aos 9 (nove) Estados da Amazônia Legal durante o evento “Sudam nos Estados”, com o objetivo de divulgar os seus instrumentos de ação às entidades do setor produtivo.
- Pouco interesse de potenciais Agentes Operadores em operar com recursos oriundos do FDA. Em 2021 a DGFAI em conjunto com a CGFIN realizou reuniões com representantes da Anbima e da Febraban e dos representantes dos maiores bancos em operação do país, no sentido de divulgar o fundo às instituições financeiras potencialmente operadoras do fundo.
- Falta de ferramentas informatizadas de controles, ainda em desenvolvimento, aliada à falta de capacitação específica dos poucos servidores lotados nas unidades regimentalmente responsáveis pelas análises e pelas tratativas necessárias aos atos de gestão do FDA, por parte da Sudam, em processos de alta complexidade com expressivos valores envolvidos.

Dentre os desafios remanescentes e ações previstas para os próximos exercícios, elencam-se as ações pactuadas para o alcance dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional, quais sejam:

- Habilitação de instituições financeiras a operar com recursos do FDA;
- Realização de ações de divulgação do FDA;
- Revisão das Diretrizes e Prioridades do FDA, bem como os limites de participação do Fundo;

- Implantação do SIGFDA para protocolo e análises de Consultas Prévias do FDA;
- Alteração e simplificação da Resolução nº 82/2019 – regulamento do FDA;
- Normatização, alteração e simplificação das normas de procedimentos relacionados ao FDA;
- Aprimoramento e sistematização dos procedimentos para monitoramento e controle de projetos já financiados.

4.5.1.3. Fundo Constitucional do Norte – FNO

Além do FDA, a Sudam compartilha com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR o papel de gestora do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, exercido por meio do seu Conselho Deliberativo.

As atribuições da Sudam relacionadas ao FNO são divididas entre três Coordenações-Gerais, uma pertencente à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN, a Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento – CGEAP; e duas pertencentes à Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e Atração de Investimentos - DGFAI, Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN e Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais – CGAVI.

Resultados Operacionais

No exercício de 2021, foi elaborado o Parecer Conjunto nº 01/2021-MDR/SUDAM, que sugeriu ao CONDEL 12 (doze) recomendações de ajustes a serem implementados pelo Banco da Amazônia. Em síntese, essas recomendações foram no sentido de melhor direcionar a aplicação de recursos do FNO ao público-alvo priorizado pela política pública, empresas e produtores rurais de micro/mini e pequeno porte, por meio de redução do tíquete médio (razão entre o valor total contratado e o número total de contratos) e redução do valor alocado em programas de financiamento que tipicamente atendem empresas de maior porte (FNO infraestrutura).

Como consequência do citado parecer, Sudam, MDR e Banco da Amazônia realizaram diversas reuniões no sentido de encontrar um resultado final para a Programação Financeira de 2022, que melhor equacionasse as dificuldades operacionais argumentadas pelo agente operador, com a necessidade de melhorias na aplicação dos recursos à luz dos preceitos da política pública.

O resultado final da Programação Financeira do FNO para 2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudam, pode ser visualizado na página do Banco da Amazônia, em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/plano-aplicacao-recursos-fno-2022/viewdocument/4685?Itemid=>.

Já a taxa de execução do FNO em 2021 atingiu o percentual de 103,4%, evidenciando a boa execução do Fundo por parte do agente operador Banco da Amazônia, muito embora os resultados e a avaliação final do banco somente serão do conhecimento da Sudam e do MDR ao final de abril, na ocasião em que o banco encaminhará o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos em 2021, o qual será analisado pela Superintendência em conjunto com o MDR.

Desafios e Ações Previstas

Dentre as principais dificuldades identificadas para o alcance dos objetivos do Fundo e sua adequada operacionalização, está a falta de compartilhamento de dados e informações por parte do agente operador do FNO acerca da aplicação dos recursos do Fundo, com grau de detalhamento que permita à Sudam acompanhar cada contrato, valores, mutuários, risco da operação dentre outros aspectos. Em 2021 o Banco da Amazônia disponibilizou acesso à Sudam a um Power BI contendo informações em tempo real das aplicações do FNO, que resolveu em parte esta dificuldade.

Nesse sentido, a Sudam planeja para 2022 realizar o aperfeiçoamento do Power BI do FNO e elaborar rotina de acompanhamento trimestral da aplicação dos recursos do Fundo, enviando recomendações ao BASA, bem como solicitando esclarecimentos sobre o cumprimento das metas estabelecidas.

4.5.1.4. Convênios e Transferências Voluntárias

Em 2021, foram direcionadas à Sudam um total de 4 (quatro) emendas parlamentares, totalizando quase 9 milhões de reais para a pactuação de convênios. Ademais, foram recepcionados recursos descentralizados pelo MDR e utilizados recursos do próprio orçamento da Sudam, resultando na celebração de 27 convênios (após a recepção e análise de 34 propostas), o que significa um investimento de mais de 29 milhões de reais na região.

Figura 4 – Convênios celebrados pela Sudam em 2021



Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

Dos 27 convênios celebrados, 15 (quinze) apresentaram por objeto a aquisição de bens ou serviços, totalizando mais de 7 milhões de reais; os demais, obras e serviços de engenharia, totalizaram mais de 22 milhões de reais.

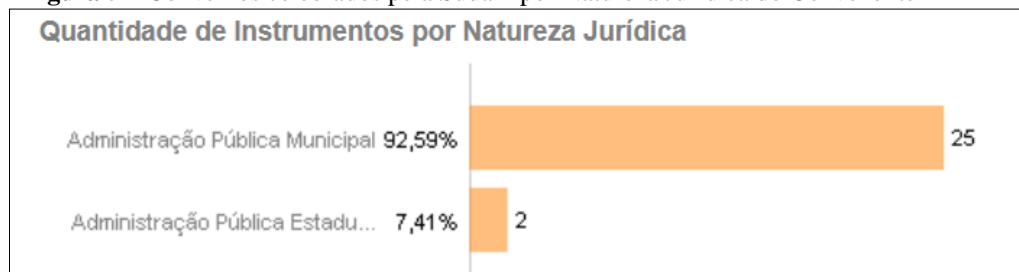
Tabela 9 – Convênios celebrados pela Sudam em 2021 por tipo de objeto e valor

Tipo	Nº de convênios celebrados	Valor (em milhões de reais)
Obras	12	22.1
Aquisição de bens	15	7.33

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

Em 2021, mais de 92% dos convênios foram celebrados com a Administração Pública Municipal, conforme Figura 5:

Figura 5 – Convênios celebrados pela Sudam por Natureza Jurídica do Conveniente



Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

A Sudam firmou, em 2021, convênios com 4 (quatro) dos 9 (nove) estados que compõem a Amazônia Legal. A maior parte das celebrações foi feita no estado do Mato Grosso, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 10 – Convênios celebrados pela Sudam por Estado

UF	Convênios celebrados	Percentual
AM	1	3,7%
MT	16	59,3%
PA	7	25,9%
RO	3	11,1%
TOTAL	27	100%

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

Em 2021, a Sudam efetuou o repasse de mais de 114 milhões de reais para convenentes, contemplando recursos referentes a 132 convênios firmados. No mesmo exercício, 66 convênios firmados com a Sudam foram finalizados, o que significou a conclusão de investimentos na ordem de mais de 15 milhões de reais, conforme tabela a seguir.

Tabela 11 – Convênios Concluídos em 2020 por tipo de objeto e valor

Tipo de convênio concluído	Valor global (em milhões de reais)
Aquisição	12.79
Obras	2.51
TOTAL	15.30

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

A seguir, apresenta-se tabela com o resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 (três) anos:

Tabela 12 – Resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 anos

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes de Repasse dos Convênios Celebrados (em R\$ 1,00)		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Convênio	146	133	27	316.217.736	247.872.146	20.039.993

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

4.5.1.5. Planejamento Regional

4.5.1.5.1. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA

Após a aprovação do PRDA pelo Conselho Deliberativo da Sudam por meio da Resolução nº77, de 23 de maio de 2019, o documento foi entregue no dia 30 de maio de 2019 à Presidência da República e encontra-se em tramitação no congresso nacional. Em 2020, a Sudam, através da Coordenação-Geral de Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento – CGEAP, atuou em várias frentes visando à implementação do PRDA, dentre as ações estão:

- Elaboração de Parecer Técnico sobre o Projeto de Lei nº 6.162/2019 (PRDA) com o objetivo atender expediente Assessoria Especial de Relações Institucionais/MDR acerca da necessidade da aprovação do Plano Regional no Congresso Nacional. A CGEAP destacou a aprovação do PL como primordial para a implementação do PRDA;
- Encaminhamento de Cartilhas com a Carteira de Projetos aos parlamentares, tendo em vista orientá-los na indicação das emendas ao Orçamento da União. As Cartilhas foram encaminhadas via ofícios por e-mail em dois momentos: em janeiro de 2021 e outubro de 2021. As cartilhas podem ser baixadas através do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/carteira-de-projetos-prda>.
- Evento Sudam nos Estados, cujo objetivo foi realizar encontro presenciais em todos os nove estados da Amazônia Legal como forma de propiciar um maior engajamento entre os entes subnacionais e a autarquia na promoção do desenvolvimento regional. Os eventos foram realizados entre os meses de agosto a novembro de 2021, nos quais foram discutidos o aprimoramento dos instrumentos de ação da Sudam. Dentre estes instrumentos está o PRDA.

Além das ações de articulação, a Sudam atuou no sentido de qualificar a carteira de projetos do PRDA. Para isso, realizou a contratação da FIPE/USP para a promoção de treinamentos sobre a elaboração da Matriz Insumo-Produto da Amazônia Legal, ferramenta utilizada, entre outras coisas, para analisar a estrutura produtiva de uma região e estimar impactos de choques na demanda final da economia. Por esse motivo é uma metodologia que auxilia a aferição de impactos nos indicadores econômicos oriundos de financiamentos ou projetos apoiados pelo setor público. O contrato contemplou a elaboração de relatórios e o curso de capacitação na instrumentalização da ferramenta. Por meio dos treinamentos, a Sudam conseguiu qualificar a Carteira de Projetos do PRDA na área de Saneamento Básico.

A Sudam, por meio da CGEAP, deu início ao processo de elaboração do Relatório Anual de Avaliação do PRDA 2020-2023. Por se tratar da primeira avaliação do Plano Regional desde a edição da Lei Complementar nº 124 de 03/01/2007, a coordenação-geral elaborou a proposta de Procedimento Operacional Padrão - POP de Avaliação do Plano, com o objetivo de padronizar este processo na instituição. Ademais, foram elaborados ainda a estrutura do Relatório, a metodologia de avaliação e o Plano de Trabalho. O relatório de avaliação deverá ser apresentado na primeira reunião do Condel/Sudam de 2022.

Além das ações acima relacionadas, foram produzidos diversos estudos técnicos complementares ao PRDA, com destaque para a elaboração do documento “Síntese de Indicadores da Amazônia Legal 2021” – cujo objetivo é fornecer dados básicos da região amazônica e de cada estado pertencente, visando formar um panorama geral sobre a situação da região.

4.5.1.5.2. Programas e Projetos Especiais

Em 2021, a Sudam, através da Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais, desenvolveu diversas ações em fomento às atividades produtivas, tanto de caráter orçamentário como não orçamentário, como apoio a projetos do setor público, acompanhamento de programas federais na região, elaboração de documentos técnicos, participação em eventos e ações institucionais, parcerias em acordos de cooperação técnica, dentre outras ações.

Ações Orçamentárias

Em 2021 o principal entrave para o apoio a projetos do setor produtivo residiu na liberação tardia de recursos, somente em novembro/2021, o que reduziu o tempo para articulação com entes federados e, por conseguinte, a proposição de um leque maior de projetos para o setor produtivo. Ainda assim, foram apoiados 2 (dois) projetos:

- Projeto Casa de Vegetação SUDAM – EMBRAPA: apoio na estruturação e aquisição de equipamentos para instalação de Casa de Vegetação na Embrapa Pesca e Aquicultura do Tocantins, objetivando o estudo e estabelecimento de protocolos de manejo do percevejo castanho, praga que afeta a cadeia produtiva da pecuária de corte e leite no Estado, no valor de R\$ 174.925,08;
- Projeto BRA/21/005 SUDAM – PNUD 2021-2023: Projeto de Cooperação Técnica que objetiva fortalecer as capacidades institucionais da Sudam na operacionalização de processos de planejamento, tendo como principais produtos: (1) a elaboração de metodologia e capacitação da equipe da DPLAN na formulação, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento, (2) a elaboração do Programa de Ciência e Tecnologia da Sudam e, (3) a realização de estudo sobre arranjos produtivos estratégicos para o desenvolvimento regional, com disponibilização do valor de R\$ R\$ 1.609.000,00.

Ações Não Orçamentárias

Não obstante às dificuldades orçamentárias encontradas em 2021, a Sudam buscou soluções alternativas frente aos desafios apresentados, com a implementação de ações não orçamentárias, com destaque para:

- Acompanhamento regular no desenvolvimento dos polos das Rotas instaladas na região: Rota do Açaí (polos Nordeste Paraense, Baixo Tocantins e Marajó Floresta); Cacau (Polo Transamazônica) e Biodiversidade (Polo Bioamazonas), sobretudo por videoconferências com o Comitê Gestores dos Polos;
- Participação na Revisão das Oficinas de Planejamento da Rota do Açaí promovidas pela ER Consultoria como um dos produtos do Acordo MDR – FAO, nos polos Nordeste Paraense, Marajó Floresta e Baixo Tocantins, atualizando a Carteira de Projetos dos Polos;
- Participação na 1ª Conferência Nacional do Açaí, ação desenvolvida pela ER Consultoria como um dos produtos do Acordo MDR – FAO, objetivando identificar os desafios e oportunidades da cadeia de valor do açaí nos polos instalados das Rotas de Integração na região;
- Participação na Oficina de Planejamento e inauguração da Rota do Mel no Pará (Polo Sudeste do Pará) e da Rota do Açaí no Amapá (Polo Tucuju);
- Elaboração de Nota Técnica objetivando a avaliação do Programa Rotas de Integração Nacional junto ao MDR, bem como esclarecimentos sobre a operacionalização da Iniciativa, a definição de parcerias, das competências das instituições participantes e das estratégias de mobilização social a partir da eclosão da Pandemia do COVID-19;
- Acompanhamento regular nas discussões e ações voltadas para APL's em nível estadual, através da participação nos NEAPL's do Pará (Coordenado pela SEDEME/PA) e do NEAPL's do Tocantins (Coordenado pela SICS/TO);
- Inclusão e acompanhamento regular nos NEAPL's de Rondônia (Coordenado pela SEAGRI/RO) e NEAPL's do Mato Grosso (Coordenado pela SEDES/MT);
- Levantamento das Vocações Produtivas por Região Geográfica Imediata de cada Estado da Amazônia Legal, objetivando subsidiar a tomada de decisão sobre alocação de recursos por parte da Vice-Presidência da República;
- Levantamento de informações sobre o uso da irrigação pela agricultura familiar regional, para subsidiar o Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada em pequenas propriedades, contemplando as especificidades regionais, a pedido do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Levantamento de propostas para a cadeia produtiva do petróleo, como contribuição ao Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE), em resposta ao Ministério de Minas e Energia;
- Levantamento de Cenário Socioeconômico das Cadeias Produtivas do Cacau e Laticínios do Estado do Pará, identificando os principais municípios e volumes de produção, bem como os entraves e alternativas para produção agrícola e industrial no Estado;
- Produção de relatório sobre a Rota do Açaí, levantando os Dispositivos Legais e Técnicos de atuação do Programa Rotas de Integração, os critérios para seleção dos Polos e as etapas de implantação, com destaque para o diagnóstico socioeconômico e ambiental do setor e a formação de uma Carteira de Projetos por Polo.

- Elaboração de documento técnico estabelecendo critérios para o ranqueamento de projetos das Carteiras da COGPE (PRDA 2020-2023; Rotas de Integração, NEAPL's, dentre outras).

4.5.1.5.3. Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável

Através da Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - COGID, a Sudam apoiou a execução do projeto “Desenvolvimento de produtos tecnológicos e capacitação profissional na área de processamento de alimentos”, vinculado ao objetivo estratégico de “Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas” e ao PRDA. O apoio ao projeto selecionado pela COGID foi oriundo da ação orçamentária 214S. Ao final do projeto, espera-se que sejam alcançados os seguintes resultados:

- a) Produção de diferentes tipos de doce em massa;
- b) Produção de diferentes frutas laminadas;
- c) Produção de farinha de pupunha e feijão- caupi;
- d) Produção de Pães (de farinha de pupunha e feijão- caupi);
- e) Produção de Bolo (de farinha de pupunha e feijão- caupi);
- f) Produção de Biscoitos (de farinha de pupunha e feijão- caupi);
- g) Vida de prateleira de 4 doces em massa, de 3 frutas laminadas e de 3 produtos de panificação;
- h) Capacitação de, no mínimo, 10 pessoas em tecnologia de fabricação de doces em massa;
- i) Capacitação de, no mínimo, 10 pessoas em tecnologia de fabricação de frutas laminadas;
- j) Capacitação de, no mínimo, 10 pessoas em tecnologia de panificação.

Ademais, a referida unidade realizou, em 2021, a elaboração de critérios de admissibilidade e de priorização (com pesos) para a recepção de projetos, a fim de compor o banco de projetos da coordenação, em atendimento ao objetivo estratégico de “Formular estratégias pra o desenvolvimento regional”. Para 2022, a COGID pretende elaborar proposta de chamamento público para recepcionar projetos em 2023, considerando que em ano eleitoral, o repasse de recursos deverá ocorrer até junho/julho, dificultando a realização deste chamamento ainda em 2022.

4.5.1.5.4. Ciência, Tecnologia e Inovação

Com o apoio ao projeto “Desenvolvimento de produtos tecnológicos e capacitação profissional na área de processamento de alimentos”, citado no tópico anterior, espera-se também contribuir para o alcance do objetivo estratégico de “Fortalecer o sistema regional de CT&I”. O projeto em questão tende a fortalecer o Sistema Regional de CT&I, na medida em que colabora para um avanço em pesquisa aplicada, pois visa o desenvolvimento e entregas de produtos a partir da flora amazônica, mais precisamente, a elaboração de doces em massa, frutas laminadas e produtos de panificação. E considerando os treinamentos que serão realizados, a transferência de tecnologia irá contribuir para o progresso na formação de recursos humanos na região.

Ademais, encontra-se atualmente na Coordenação de Convênios da instituição o projeto selecionado em 2020 pela Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - COGID, que visa, de modo geral, o fortalecimento de cadeias produtivas no estado do Amazonas, por meio da estruturação de laboratórios para certificação de Castanha do Brasil. De acordo com a descrição do projeto, ao final, o mesmo beneficiará todos os 62 (sessenta e dois) municípios do referido Estado e indiretamente, os demais estados da Amazônia Legal. Beneficiará ainda, estabelecimentos agropecuários responsáveis, direta ou indiretamente, pela extração vegetal da Castanha do Brasil, assim como o sistema de ciência, tecnologia e inovação. Celebrado em 31/12/2020, este convênio está, atualmente, na fase de complementação do projeto básico por parte do conveniente, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDCTI/AM.

4.5.2. Gestão

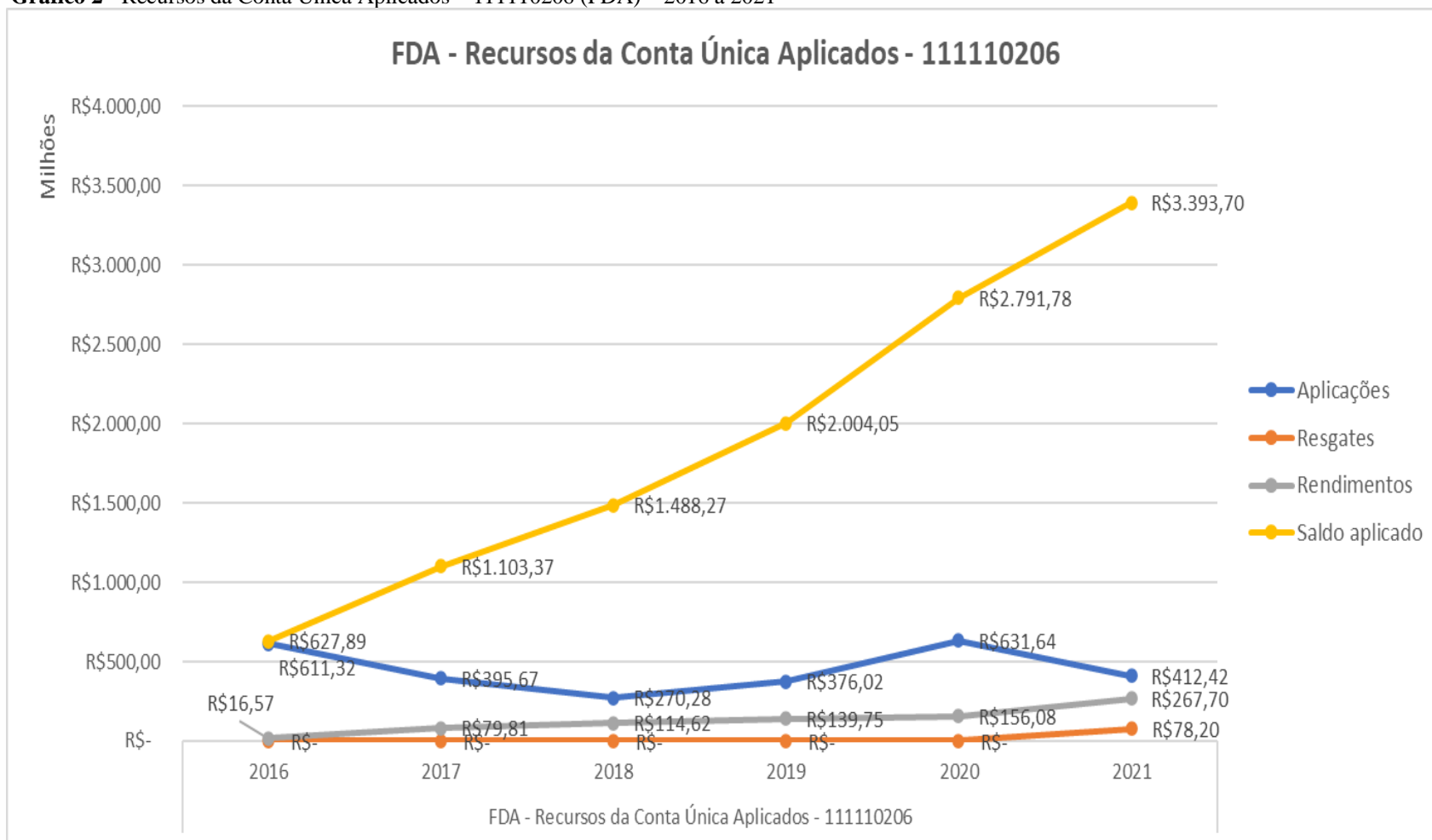
4.5.2.1. Gestão Orçamentária e Financeira

No que concerne à gestão orçamentária e financeira, em 2021, a Sudam apresentou o desempenho sob as diferentes perspectivas apresentadas a seguir.

Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: FDA

O saldo da conta contábil de Recursos da Conta Única Aplicados, 111110206, do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia apresentou um aumento de 400% de 31/12/2016 a 31/12/2021. O saldo da conta é proveniente das aplicações de financeiro realizadas na medida em que são recebidos pelo Fundo os pagamentos dos financiamentos às empresas beneficiárias e do rendimento das aplicações realizadas. As aplicações realizadas oscilaram entre R\$270 e R\$631 milhões a cada ano de 2016 a 2021, enquanto os rendimentos da conta variaram, em tendência crescente, de R\$16 a R\$267 milhões de 2016 a 2021, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206 (FDA) – 2016 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

O ano de 2021 foi o primeiro ano desde 2016 em que foram realizados resgates na conta de Recursos da Conta Única Aplicados, 111110206. Antes, não era necessário realizar resgates porque o orçamento do Fundo era formado, quase integralmente, por recursos do Tesouro. A partir de 2020, a participação dos recursos do Tesouro na disponibilidade orçamentária diminuiu consideravelmente. Assim, a tendência é de que nos próximos exercícios o volume de resgates seja consideravelmente maior.

Tabela 13 - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: FDA (R\$) – 2016 a 2021

Movimentação	FDA - Recursos da Conta Única Aplicados - 111110206					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicações	611.320.000,00	395.667.804,10	270.280.248,99	376.024.169,55	631.643.779,70	412.419.997,23
Resgates	-	-	-	-	-	78.197.091,50
Rendimentos	16.570.687,33	79.813.037,30	114.619.991,87	139.753.497,49	156.083.078,10	267.696.162,70
Saldo aplicado	627.890.687,33	1.103.371.528,73	1.488.271.741,59	2.004.049.408,63	2.791.776.266,43	3.393.695.334,86

Fonte: Tesouro Gerencial

Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: Sudam

O saldo da conta de Recursos da Conta Única Aplicados da Sudam apresentou aumento de cerca de 30% de 2016 a 2021. O aumento é proveniente da evolução do volume de recursos aplicados, decorrente principalmente da remuneração de 2% das liberações do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, a qual a Sudam faz jus.

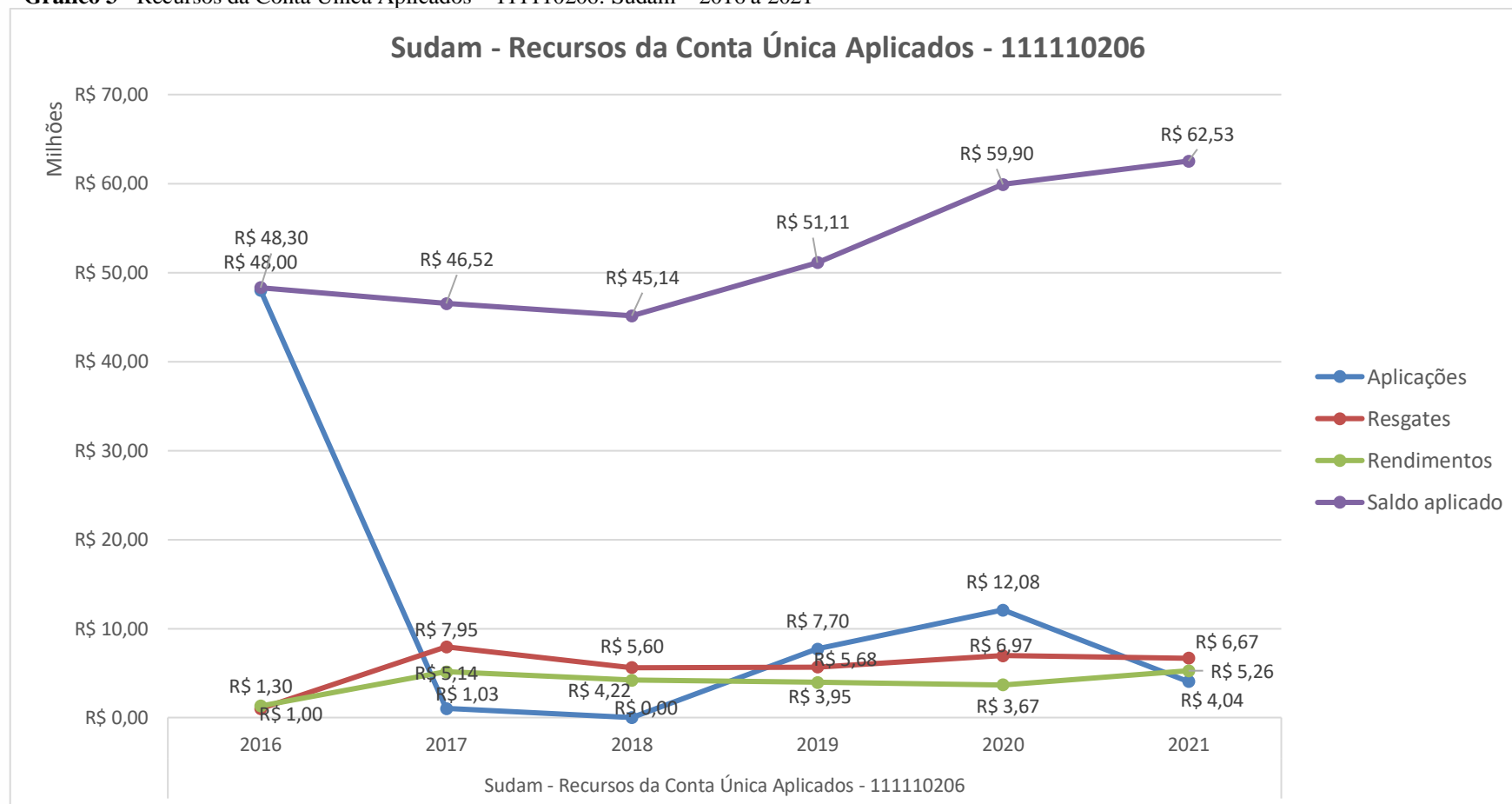
Assim como o Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, a participação de recursos do Tesouro no Orçamento da Sudam tem diminuído nos últimos anos, o que resulta em maior utilização de recursos próprios e, conseqüentemente, aumento no volume de resgates dos recursos aplicados.

Tabela 14 - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: Sudam (R\$) – 2016 a 2021

Movimentação	Sudam - Recursos da Conta Única Aplicados - 111110206					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicações	48.000.000,00	1.033.822,21	0,00	7.700.000,00	12.083.896,03	4.035.883,49
Resgates	1.000.000,00	7.950.000,00	5.600.100,00	5.681.100,00	6.972.424,20	6.668.214,80
Rendimentos	1.300.707,93	5.139.948,51	4.219.629,09	3.948.683,93	3.674.331,53	5.263.787,04
Saldo aplicado	48.300.707,93	46.524.478,65	45.144.007,74	51.111.591,67	59.897.395,03	62.528.850,76

Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 3 - Recursos da Conta Única Aplicados – 111110206: Sudam – 2016 a 2021

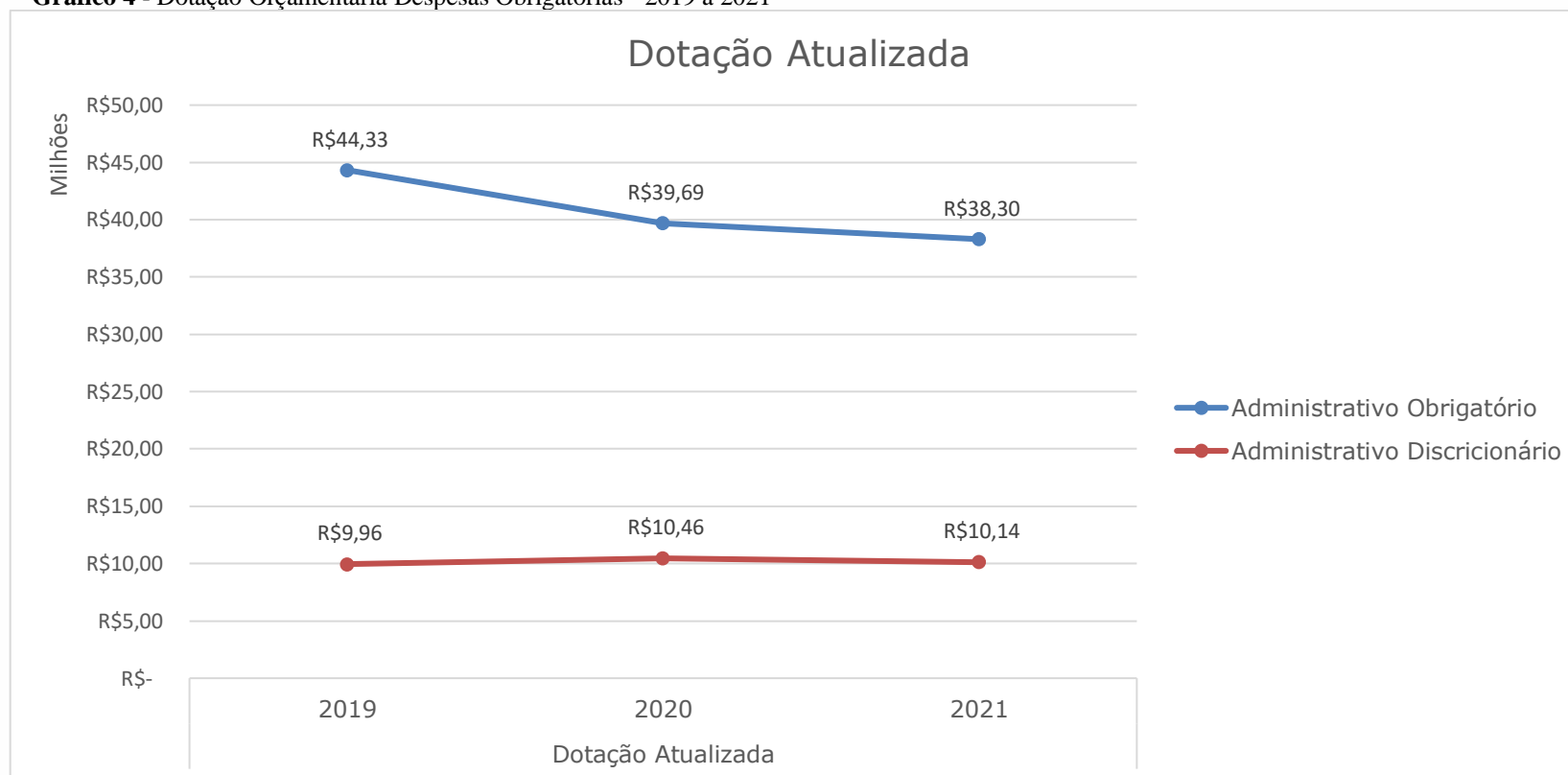


Fonte: Tesouro Gerencial

Dotação Orçamentária Despesas Obrigatórias

A dotação da Sudam para a realização de Despesas Obrigatórias (salários, auxílios etc.) diminuiu cerca de 13% de 2019 para 2021, enquanto a dotação para Despesas Discricionárias teve oscilação consideravelmente inferior ao longo dos últimos três exercícios, mantendo-se próximo estabilidade.

Gráfico 4 - Dotação Orçamentária Despesas Obrigatórias - 2019 a 2021



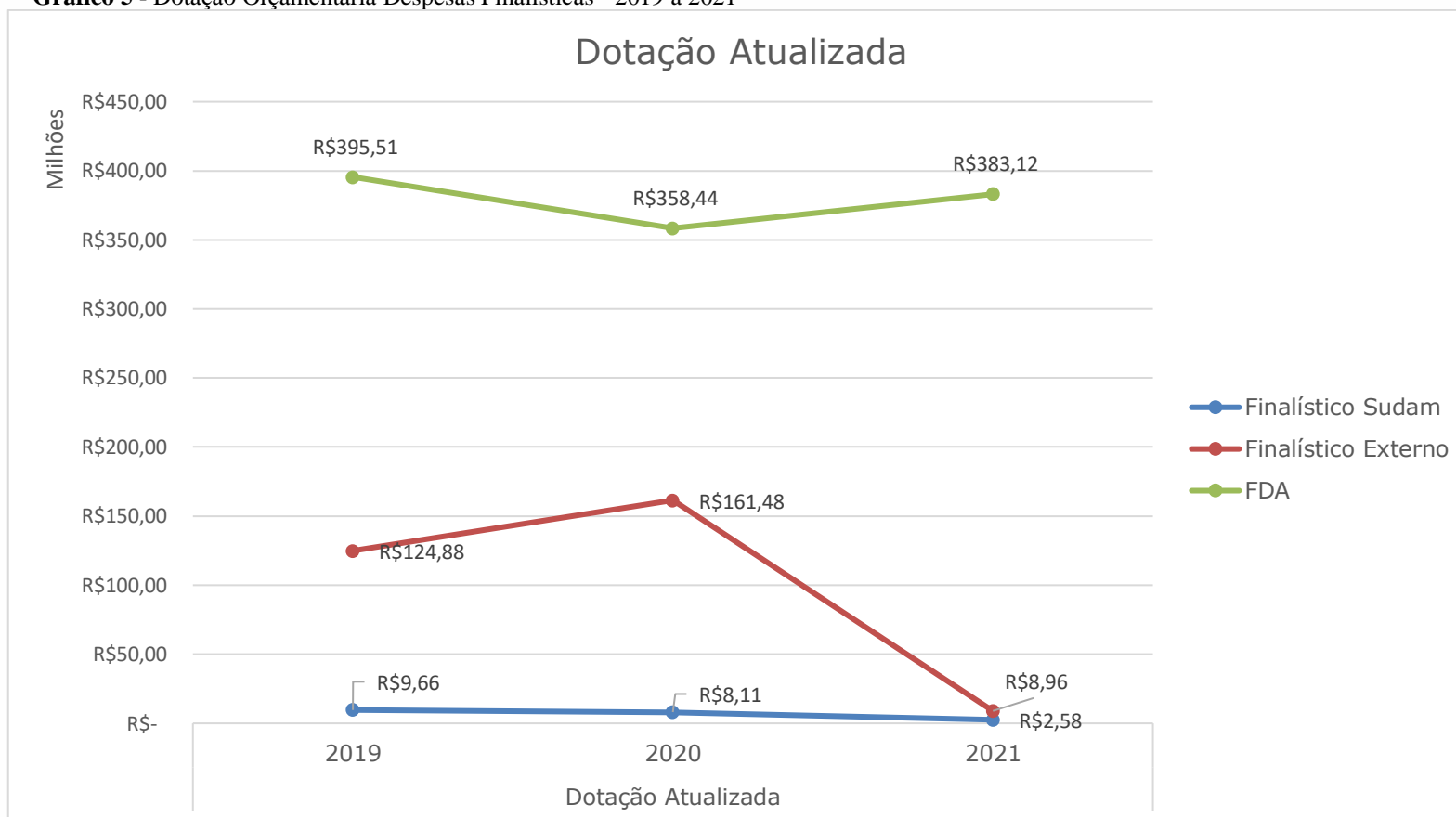
Fonte: Tesouro Gerencial

Dotação Orçamentária Despesas Finalísticas

A dotação orçamentária do Finalístico próprio da Sudam sofreu considerável redução de 2019 para 2021: R\$ 9,66 milhões para R\$ 2,58 milhões, ou 73%, aproximadamente. A dotação orçamentária do Finalístico Externo, formada fundamentalmente por emendas parlamentares individuais, teve um acréscimo de cerca de 30% de 2019 para 2020, de R\$ 124,88 para R\$ 161,48 milhões, despencando, de 2020 para 2021, em cerca de 95%, de R\$ 161 milhões para aproximadamente R\$ 9 milhões.

Já a dotação orçamentária do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia não teve alteração significativa ao longo dos últimos três exercícios.

Gráfico 5 - Dotação Orçamentária Despesas Finalísticas - 2019 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

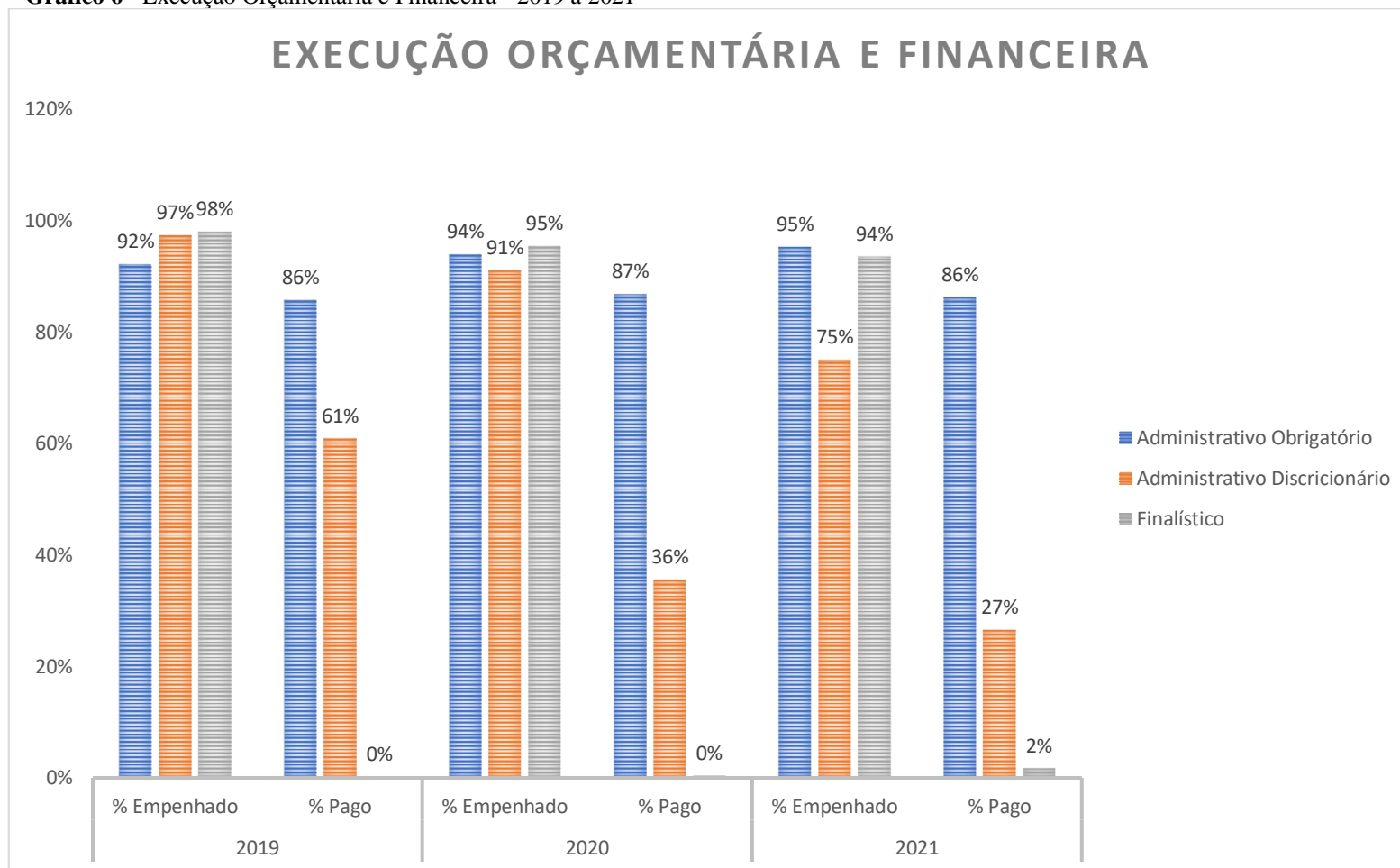
Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária da Sudam do orçamento do finalístico nos últimos três exercícios não teve variação significativa: foram empenhados 98% da dotação em 2019, 95% em 2020 e 94% em 2021. A execução financeira do finalístico tem como característica ser paga, em sua maioria, somente em exercícios posteriores. Assim, foram pagos no mesmo exercício 0% em 2019, 0% em 2020 e 2% em 2021.

A execução orçamentária da dotação do Administrativo Obrigatório não teve variação significativa ao longo dos últimos três exercícios: 92% empenhado em 2019, 94% em 2020 e 95% em 2021. Grande parte da dotação obrigatória é paga no mesmo exercício. O percentual pago foi 86% da dotação de 2019, 87% da dotação de 2020 e 87% da dotação de 2021.

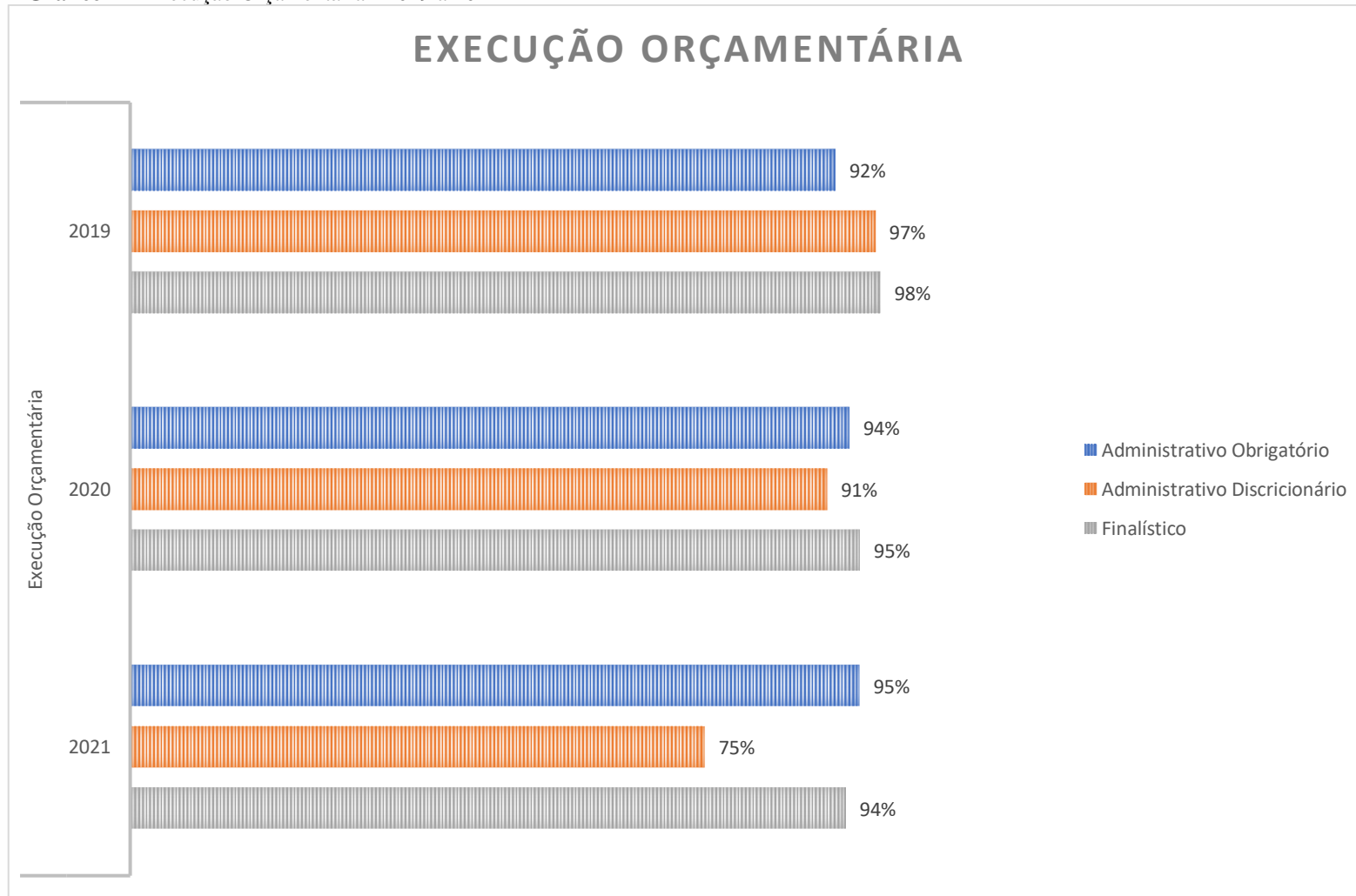
A execução orçamentária da dotação do Administrativo Discricionário caiu ao longo dos últimos três exercícios: 97% em 2019, 91% em 2020 e 75% em 2021. No que diz respeito ao percentual pago, a redução foi de 61% da dotação anual paga em 2019, 36% em 2020 e 27% em 2021.

Gráfico 6 - Execução Orçamentária e Financeira - 2019 a 2021



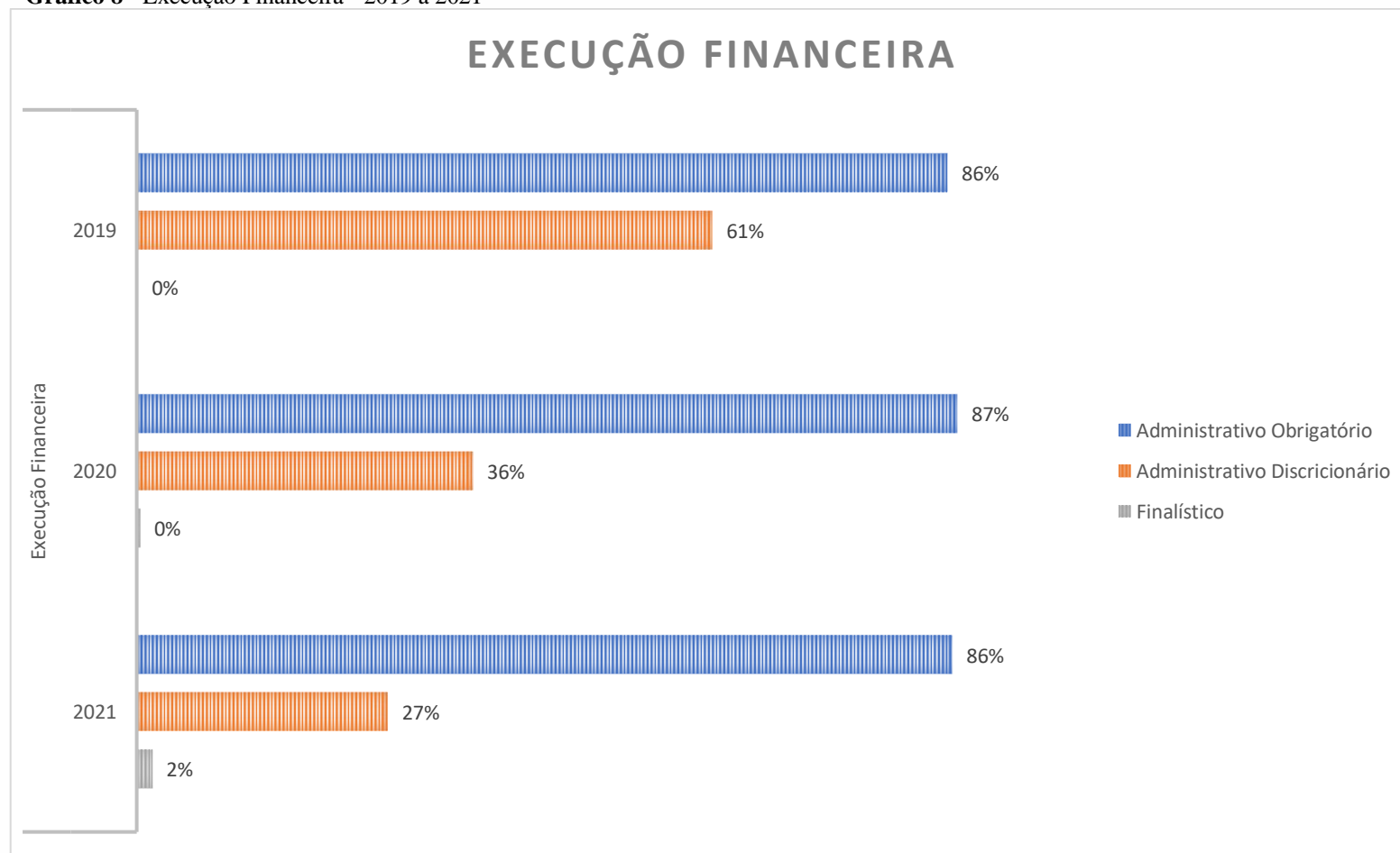
Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 7 – Execução Orçamentária - 2019 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 8 - Execução Financeira - 2019 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Restos a Pagar (Administrativo Obrigatório)

Do orçamento anual de despesas obrigatórias, de 2019 a 2021, de R\$ 2,57 a R\$ 2,92 milhões foram inscritos em restos a pagar. O percentual pago dos Restos a Pagar inscritos de Despesas Obrigatórias diminuiu de aproximadamente 100% em 2019 para 76% em 2021. Em 2020, foi de cerca de 93%.

Gráfico 9 - Restos a Pagar (Administrativo Obrigatório) - 2019 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Restos a Pagar (Administrativo Discricionário)

O volume inscrito em Restos a Pagar de Despesas do Administrativo Discricionário aumentou 54% de 2019 para 2021, saindo de um total de R\$ 4,11 milhões em empenhos inscritos em 2019 para R\$ 6,35 milhões em 2021. Em 2019, do total inscrito, 58% foram pagos. Em 2020, 73% do total inscrito em Restos a Pagar foram pagos. Em 2021, 76 % do total inscrito foram pagos. Aumentou em cerca de 20%, a execução financeira da dotação do Administrativo Discricionário inscrita em Restos a Pagar de 2019 para 2021.

Gráfico 10 - Restos a Pagar (Administrativo Discricionário) - 2019 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Restos a Pagar (Finalístico)

Na análise de Restos a Pagar da dotação do Finalístico, foram agrupadas a parcela da Sudam e a consignada à Sudam por fontes externas, como emendas parlamentares. De 2019 para 2021 houve um aumento de 44% no volume total orçamentário inscrito em Restos a Pagar de Despesas do Finalístico. O crescimento foi considerável de 2019 para 2020, com aumento de 39% no volume inscrito em Restos a Pagar.

Do total inscrito e reinscrito em Restos a Pagar do Finalístico, 19,26% foram pagos em 2019, 21% foram pagos em 2020 e 17% foram pagos em 2021. Caso o volume inscrito e reinscrito em restos a pagar mantenha-se no ritmo nos próximos exercícios, os dados indicam que a Sudam levaria um pouco mais do que 5 (cinco) anos para executar integralmente os empenhos emitidos para despesas do finalístico inscritos em Restos a Pagar.

Gráfico 11 - Restos a Pagar (Finalístico) - 2019 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

4.5.2.2. Gestão de Pessoas

No que se refere ao eixo Gestão de Pessoas, assevera-se que não há ferramentas de controle internas aplicadas à folha de pagamento e gestão de pessoas. Entretanto, existem as ferramentas externas: trilha preventiva na folha de pagamento, realizada pelo Ministério da Economia, e gestão da folha de pagamento e gestão de pessoas, realizadas pelo TCU por meio do E-pessoal.

Na trilha preventiva realizada pelo Ministério da Economia houve uma ocorrência, a qual foi regularizada imediatamente. Nos controles do E-pessoal aconteceram 2 (duas) ocorrências no exercício e foram regularizadas outras ocorrências pendentes de exercícios anteriores.

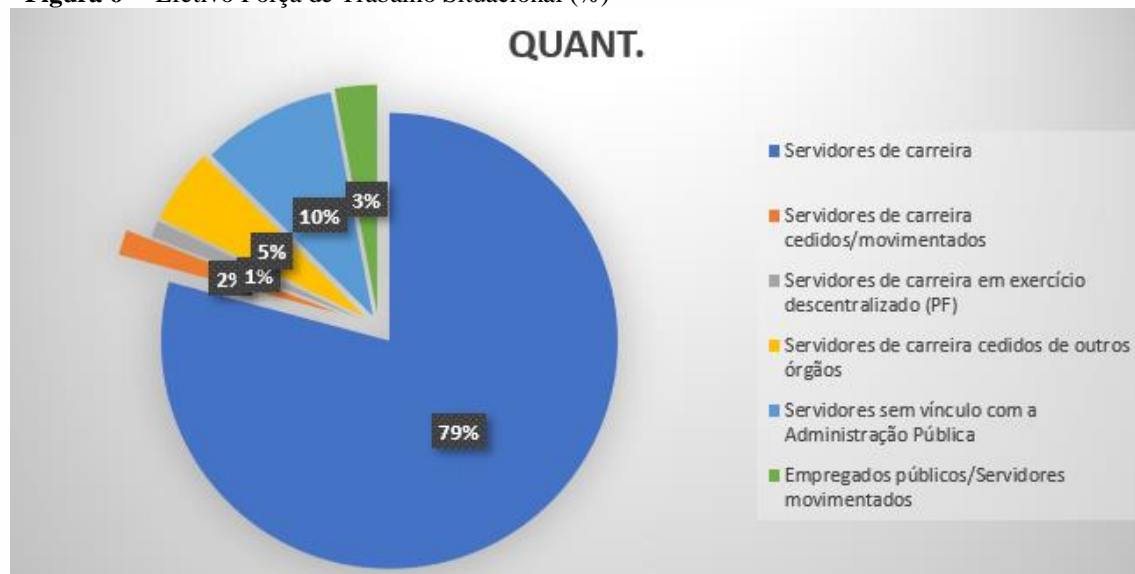
Com relação à força de trabalho, atualmente a Sudam conta com a seguinte estruturação funcional:

Tabela 15 – Efetivo Força de Trabalho

Categorias	Quant.
Servidores de carreira	133
Servidores de carreira cedidos/movimentados	3
Servidores de carreira em exercício descentralizado (PF)	2
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	9
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	16
Empregados públicos / Servidores movimentados	5
TOTAL	168

Fonte: SIAPE 2021.

Figura 6 – Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)



Fonte: SIAPE 2021.

Tabela 16 - Evolução da Força de Trabalho (2013-2021)

Categorias	QUANTIDADE								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Servidores de carreira	136	188	203	207	193	186	158	146	136
Servidores de carreira em exercício descentralizado (PF)	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	3	3	2	1	5	5	10	8	9
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	15	17	20	14	15	15	18	18	16
Empregados públicos / Servidores movimentados	0	0	0	0	9	7	5	4	5
TOTAL	156	210	227	224	224	215	193	178	168

Fonte: SIAPE 2021.

Figura 7 - Evolução da Força de Trabalho (2013-2021)



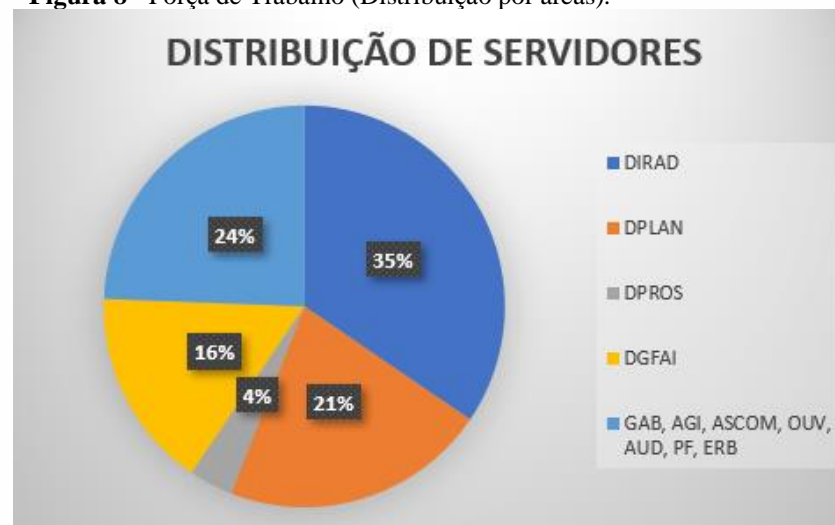
Fonte: SIAPE 2021.

Tabela 17 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).

Área	Unidades	Quantidade
ÁREA MEIO	DIRAD	58
	DPLAN	36
ÁREA FINALÍSTICA	DPROS	6
	DGFAI	27
ÁREA DE ACESSORIA	GAB, AGI, ASCOM, OUV, AUD, PF, ERB	41
TOTAL		168

Fonte: SIAPE 2021.

Figura 8 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).



Fonte: SIAPE 2021.

Com relação à adoção de estratégias de recrutamento e alocação de pessoas, informa-se a inexistência de política de recrutamento e alocação de servidores. Em 2021, foram selecionados 8 (oito) estagiários, com previsão de seleção de mais 05 (cinco) em 2022.

Quanto aos servidores em condições de aposentadoria, destaca-se que 23% do quadro próprio estão de abono permanência, evidenciando o risco de comprometer as atividades desta autarquia.

Para mitigar a questão da falta de pessoal, a Sudam apresentou demanda ao MDR. A discussão indicou que a solução mais apropriada a curto e médio prazo é a solicitação de concurso público. Tal solicitação será apresentada em 2022.

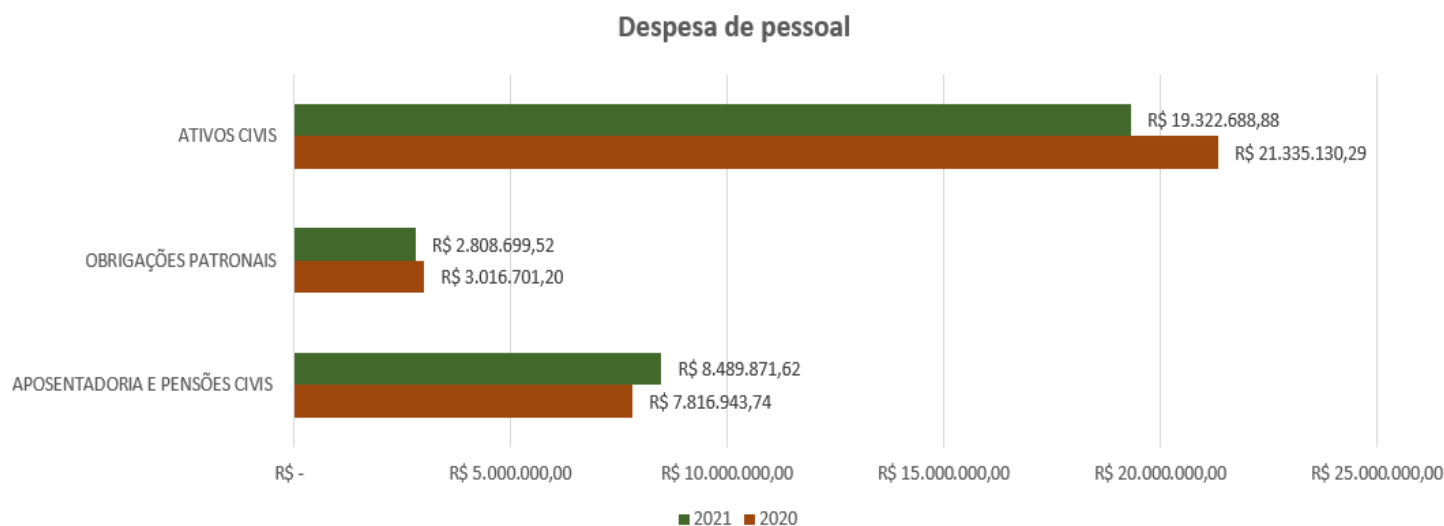
No que tange ao detalhamento da despesa de pessoal, houve uma redução das despesas com pessoal ativo e, conseqüentemente, aumento das despesas com aposentadoria e pensões civis, ocasionadas pela concessão de 12 (doze) aposentadorias e 02 (duas) pensões civis neste exercício, conforme demonstrado na Tabela e Gráfico a seguir.

Tabela 18 – Despesa com Pessoal Ativo (2020-2021).

DESPESA DE PESSOAL	2020	2021
Aposentadoria e pensões civis	R\$ 7.816.943,74	R\$ 8.489.871,62
Obrigações patronais	R\$ 3.016.701,20	R\$ 2.808.699,52
Ativos civis	R\$ 21.335.130,29	R\$ 19.322.688,88

Fonte: SIAPE 2021.

Gráfico 12 – Despesa com Pessoal Ativo (2020-2021).



Fonte: SIAPE 2021.

Com relação à adoção de estratégias de valorização por desempenho, a Sudam implementou o Programa de Gestão, por meio da Portaria nº 236, de 13/12/2021. Quanto ao trabalho remoto, ressalta-se que o mesmo foi aplicado, em especial, aos servidores que se autodeclararam do grupo de risco conforme condições sanitárias e orientações do órgão central do SIPEC.

Por fim, registra-se que não há metas não alcançadas e o principal desafio para os próximos exercícios refere-se à autorização do Ministério da Economia para a realização de concurso público, visando à recomposição da força de trabalho da Sudam.

4.5.2.3. Gestão de Licitação e Contratos

Conformidades Legais

O processo de trabalho relativo às atividades de licitações e contratos tem como base os pressupostos estabelecidos na legislação vigente, tais como: a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), Decreto nº 1.024/2019 (Pregão eletrônico), a Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 9.507/2018 (terceirização), IN/SEGES/MPDG nº 05 de 2017 (Contratação de serviços), IN nº 01/SEGES/2019, IN SEGES nº 73/2020, IN SEGES nº 40/2020, Portaria nº 443/2018 e Orientação Normativa/SEGES nº 02/2016. A atuação nessas atividades acompanha as mudanças advindas na legislação.

A Sudam conta com Procuradoria Federal-PF, vinculada à Procuradoria-Geral Federal, que contribui para que os processos que tratam da matéria ganhem segurança jurídica, uma vez que a análise e opinamento nos mesmos possibilitam ganhos na conformidade das contratações com as normas, principalmente com a legislação relativa a licitações e contratações públicas.

Além disto, a Auditoria-Geral contribui para melhoria da governança e gestão das aquisições de bens e serviços, bem como para a licitação e gestão dos contratos, quando dos trabalhos operacionais realizados nas áreas. A referida unidade orienta e solicita correções a fim de que todas as características, critérios e parâmetros exigidos sejam alcançados, contribuindo para conformidade e aperfeiçoamento da gestão.

Nas Licitações, adotam-se as listas de verificação instituídas pela Orientação Normativa SEGES/DELOG/MP nº 02/2016. Os pregoeiros, a fim de racionalizar procedimentos, seguem a orientação de adotar as padronizações de minutas de editais da Advocacia-Geral da União relativo às licitações.

Nos casos de ocorrência de infração às obrigações ou do comportamento de licitantes nas licitações, a autarquia, por meio das unidades que possuem a gestão contratual, tem aberto os procedimentos para aplicação das sanções previstas com a formalização de processo administrativo e com devido exercício da garantia do contraditório e da ampla defesa pelas empresas envolvidas.

Contratações Vigentes 2021

Em 2021, a Sudam realizou 33 (trinta e três) processos novos de contratação, sendo 12 (doze) oriundos de pregões eletrônicos, 15 (quinze) dispensas e 06 (seis) inexigibilidades, totalizando um valor de R\$ 5.972.639,38.

A seguir, no quadro 13, apresenta-se um resumo dos valores de contratações de acordo com os principais tipos de serviço ou bens.

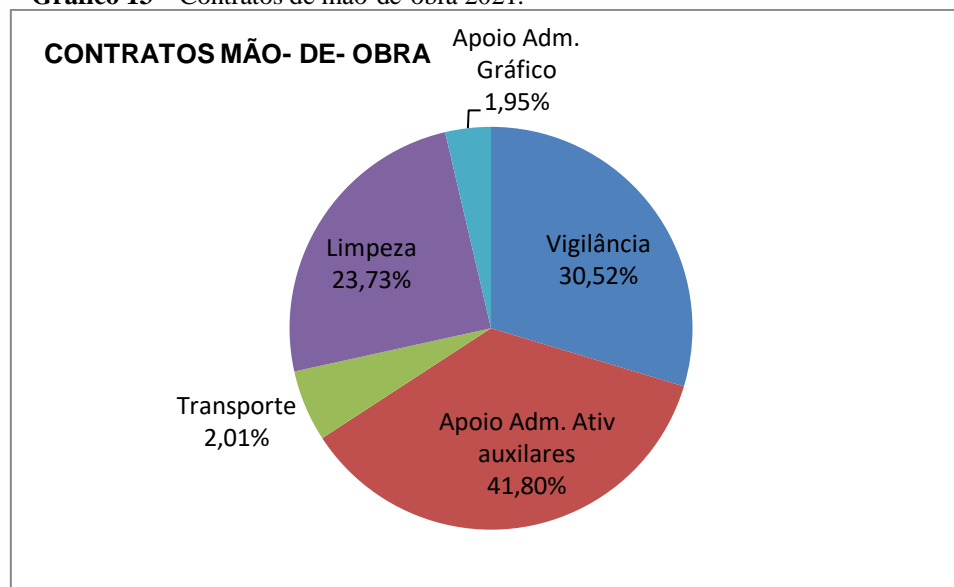
Quadro 13 – Resumo Valores de Contratações, 2021.

Objeto	Valor	Quantidade de mão-de-obra
Prestação de serviços de vigilância armada.	R\$ 970.894,38	16
Prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares acessórias ao atendimento das demandas internas da Sudam.	R\$ 1.329.671,40	27
Prestação de Serviços de transportes de servidores da Sudam (veículos e motorista).	R\$ 63.914,67	1
Prestação de Serviços de limpeza, conservação e asseio com fornecimento de materiais para a sede da Sudam.	R\$ 754.848,03	20
Prestação de serviços continuados de prestação de serviços de Apoio Administrativo: Técnico em Artes Gráficas (dois postos).	R\$ 61.936,44	1

Fonte: SIASG/Comprasnet 2021, adaptado pela DIRAD/CLC.

No Gráfico a seguir, apresenta-se um detalhamento dos objetos das contratações e prorrogações relativas ao uso de mão-de-obra e os impactos dos recursos na dotação.

Gráfico 13 – Contratos de mão-de-obra 2021.



Fonte: SIASG/Comprasnet 2021, adaptado pela DIRAD/CLC.

Essas contratações se justificam pela necessidade desta instituição buscar atender ao interesse público. E para fazê-lo, dever manter e zelar pela qualidade e presteza dos serviços públicos entregues à sociedade, bem como pelo dever de garantir aos servidores e colaboradores boas condições de trabalho, proporcionando ambiente organizacional saudável, tanto no aspecto social quanto físico, garantindo, inclusive, meios para o aumento de produtividade e eficiência dos serviços. Além de contribuir para região com estudos técnicos que possam impactar a área de atuação da autarquia.

Dispensas de Licitações

As contratações efetuadas pela Sudam em 2021 por meio de Dispensa de Licitação são em sua maioria enquadradas no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (dispensa em razão do valor). Outras foram enquadradas em Dispensa Eletrônica com fundamento na novel Instrução Normativa/SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021 c/c com inciso II ou inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. A exceção se dá na contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT, contratada para prestar o serviço de Correios com base o inciso XVI, do mesmo artigo, respondendo por R\$ 3.064,80.

As contratações diretas nesta hipótese representaram 2,61% das contratações realizadas, conforme a Tabela.

Inexigibilidade de Licitações

No exercício de 2021 foram realizados 06 (seis) eventos por esta hipótese. As contratações relevantes foram: Contratação de consultoria técnica especializada - Pessoa Jurídica - visando a elaboração da Matriz de Insumo-Produto (MIP) da Amazônia Legal (continuação da fase 2) e a dos Serviços

de análise e assessoria de projetos e empreendimentos e assistência técnica para verificação do resultado do processo licitatório do estoque de 46 (quarenta e seis) convênios, no âmbito do produto “CAIXA Políticas Públicas”. Esta última representou a contratação de maior vulto.

Ressalta-se que todos os processos são analisados pela Procuradoria Federal junto à Sudam que opina e orienta os gestores a partir dos elementos constantes nos autos e estes trazem as justificativas e deliberam sobre a contratação.

As contratações diretas nesta hipótese representaram 28,85% das contratações realizadas no período, conforme a tabela apresentada a seguir.

Tabela 19 - Contratações Diretas 2021.

Modalidade	Total	%	Quantidade
Dispensa	R\$ 155.907,69	2,61	15
Inexigibilidade	R\$ 1.567.552,60	26,24	06
Total Contratação Direta	R\$ 1.723.460,29	28,85	21
Total Geral das Modalidades	R\$ 5.972.639,38	100 %	

Fonte: SIASG/Comprasnet 2021, adaptado pela DIRAD/CLC.

Licitação Modalidade Pregão

Entre as adesões e licitações próprias foram realizados 12 (doze) procedimentos. Registra-se que no exercício não houve licitação deserta, contudo houve uma licitação fracassada. O pregão eletrônico representou aproximadamente 71,14% das Contratações da instituição:

Tabela 20 - Licitação Modalidade Pregão (valores e distribuição).

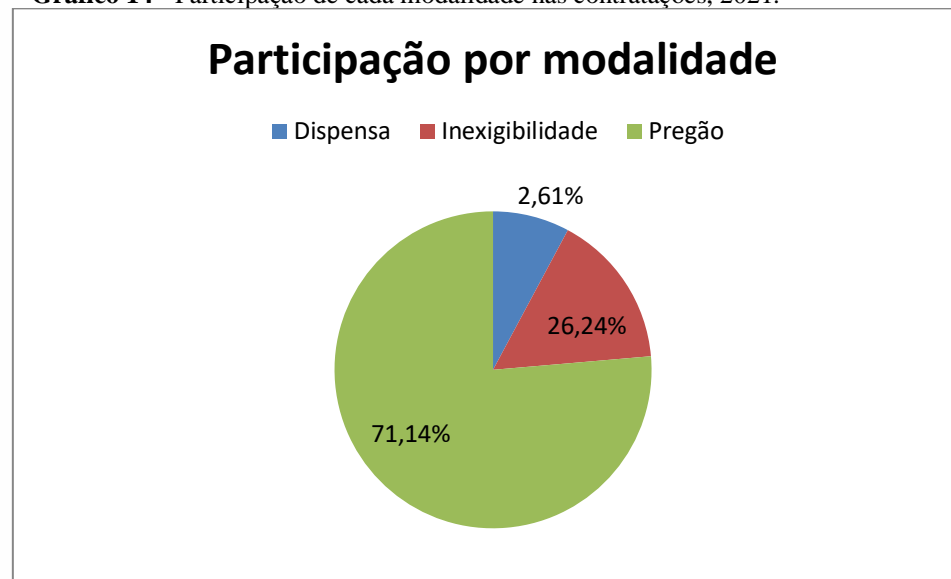
Modalidade Pregão	Valor global	%	Quantidade
Adesão a Ata de Registro de preço-ARP	R\$ 322.578, 84	5,41	02
Sistema de Registro de Preço Sudam	R\$ 226.512,00	3,80	02
Pregão Eletrônico Tradicional	R\$ 3.700.088,25	62,06	08
Total Pregão	R\$ 4.249.179,09	71,14	12
Total Geral das Modalidades	R\$ 5.972.639,38	100 %	

Fonte: SIASG/Comprasnet 2021, adaptado pela DIRAD/CLC.

As licitações mais relevantes foram:

- Na área da Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI, a efetivação da contratação do CFTV que dará outra dinâmica a segurança patrimonial e futuramente permitirá uma nova estruturação do custo com a segurança armada.
- Na área da Coordenação de Gestão de Pessoas, houve a contratação do novo plano de saúde para os servidores;
- Na Coordenação de Gestão Administrativa – CGA, foi realizada a contratação de empresa para modernizar o controle de acesso de pessoas e veículos.

Gráfico 14 - Participação de cada modalidade nas contratações, 2021.



Fonte: SIASG/Comprasnet 2021, adaptado pela DIRAD/CLC.

Gestões de Contratos

Em 2021 foram celebrados pela Sudam, entre contratos e instrumentos substitutos o total de 47 (quarenta e sete) ajustes. Somam-se ao número supracitado outros acordos celebrados em exercícios anteriores que totalizam 92 (noventa e dois), muitos oriundos dos contratos do plano de saúde que expiraram no exercício de 2021.

Economia decorrente da atuação dos pregoeiros

Em relação à atuação diligente da equipe de licitações da Sudam, merece destaque:

- Pregão nº 04/2011 para prestação de forma contínua de serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem estimado em R\$ 947.079,12 e contratado por R\$ 761.242,23, uma economia de 19,63%
- Pregão nº 05/2021 para contratação de empresa especializada de serviços de natureza contínua de monitoramento eletrônico (CFTV e alarme eletrônico), estimada em R\$ 621.313,60 e contratado por R\$ 271.999,68; representando uma economia de 56,26 %.
- Pregão nº 09/2021 para contratação de empresa de apoio administrativo estimado em R\$ 1.781.086,32 e contratado por R\$ 1.329.671,4, representando uma economia de 25,34 %.

Principais avanços no exercício 2021

a) Aprovação da norma que estabelece os procedimentos e diretrizes para a realização de pesquisa de preços para a contratação de serviços e a aquisição de bens no âmbito da Sudam.

b) Parecer orientativo da Procuradoria Federal junto à Sudam que deixa ao encargo da autoridade competente o envio de processos de que tratem de adesão, quando a Sudam figura como órgão participante ou não participante.

c) Pareceres orientativos da Procuradoria Federal junto à Sudam em processos enquadrados em dispensa em razão do valor tanto pela Lei nº 8.666/93 quanto pela nova Lei nº 14.133/2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos i e ii do art. 75, da lei nº 14.133, de 2021, com o mesmo entendimento às contratações fundadas no art. 25 da lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos i e ii do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993.

Estas medidas contribuíram para racionalização dos procedimentos e para redução do custo administrativo.

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

Os maiores desafios podem ser enumerados como:

- a) Os novos conhecimentos que deverão ser internalizados com a nova Lei nº 14.133/2021;
- b) Permanente investimento na capacitação dos servidores que atuam na governança e gestão dos processos, bem como nos agentes que conduzem os procedimentos licitatórios;
- c) Efetivação do calendário de compras dentro do período de comprometimento das unidades, aprimorando o planejamento pactuado no Plano Anual de Compras do PGC;

- d) Melhorar o fluxo de compra e evitar a concentração das mesmas no último bimestre do exercício;
- e) Empenhar 80% do orçamento até setembro de 2022, objetivando promover uma gestão orçamentária e financeira sustentável;
- f) Acompanhar semanalmente nas reuniões da DIRAD a evolução das entregas das unidades de compras e as metas estabelecidas;
- g) Elaborar relatório bimestral para a DIRAD com as informações sobre a execução do Plano Anual de Compras - PAC;
- h) Manter divulgado as informações do PAC no sítio da Sudam, garantindo a transparência dos resultados;
- i) Efetivar 95% das Contratações previstas no PAC.

Plano Anual de Contratações (PAC/2021)

O Plano Anual de Contratações (PAC/2021) possui a finalidade de mostrar a importância do planejamento prévio da aquisição, da execução de uma obra, serviços e o acompanhamento e monitoramento desde o seu início até o término. Planejar pode ser definido como um processo por meio do qual se estabeleça objetivos, discutem-se expectativas de ocorrências e situações previstas, veiculação de informação e resultados pretendidos entre pessoas e demais unidades de trabalho da Instituição.

O PAC consolidou todas as compras e contratações que a Sudam planejou realizar ou prorrogar, e contemplou bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação. O Plano foi fundamentado no levantamento das necessidades e demandas apresentadas pelas unidades de compras.

As despesas no exercício de 2021 estão dispostas no Planejamento e Gerenciamento de Contratações/Plano Anual de Contratações 2021. Após o último redimensionamento que ocorreu no período de novembro, o mapa PAC está disponível sítio da Sudam, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/receitas-e-despesas>.

4.5.2.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Contextualização da unidade administrativa

A Coordenação de Gestão Administrativa - CGA é a unidade da autarquia responsável pela manutenção predial e pelos contratos administrativos de suporte operacional, em atividade meio de apoio à Sudam. A CGA é composta pela Divisão de Infraestrutura e Manutenção Predial - DIMP, além de 02 seções (Seção de Atividades Administrativas Auxiliares - SAD e Seção de Patrimônio e Almoxarifado – SPA) e a Gráfica.

Estão sob gestão da CGA 25 (vinte e cinco) contratos administrativos, distribuídos em 05 (cinco) contratos com fornecimento de mão de obra exclusiva, com 73 (setenta e três) pessoas atuando na Sudam, e 20 (vinte) contratos sem fornecimento de mão de obra exclusiva.

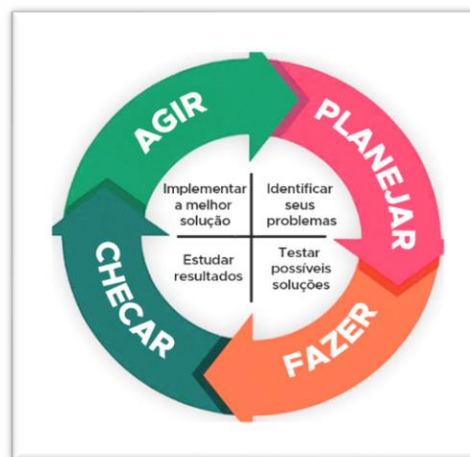
Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades

A conformidade da Gestão Patrimonial e de Infraestrutura da Sudam se deu pela observância das seguintes normas e mecanismos de controle: Lei nº 8666/1993; Lei nº 14.133/2021; Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 5.450/2005; Lei nº 14.133/2021; Regimento Interno da Sudam; Instruções Normativas nº 05/2017, 40/2020, 65/2021 e 67/2021; Relatórios de Auditoria Interna; Sistemas Eletrônicos: SEI, ETP Eletrônico, Fonte de Preços, ComprasNet Contratos PCG e SGG.

Modelo de governança

Em consonância com o Regimento Interno da Sudam, a governança da unidade CGA alinha-se à gestão da COGAF e consequentemente da Diretoria de Administração da Sudam em suas estratégias, táticas e principalmente nas ações operacionais. A unidade vale-se dos principais métodos administrativos utilizados pelo governo federal na gestão de seus processos, com destaque para a utilização de ferramentas como o benchmark e o ciclo PDCA.

Figura 9 – Modelo de governança CGA.



Fonte: DIRAD-CGA, 2021.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

O Montante de recursos aplicados em infraestrutura e equipamentos no ano de 2021 corresponde a R\$ 4.676.973,17, assim distribuídos conforme Tabelas 21, 22, 23 e 24.

Planejamento x Execução em 2021 pela Divisão de Infraestrutura e Manutenção Predial - DIMP

Tabela 21 – Planejado x Executado DIMP, 2021

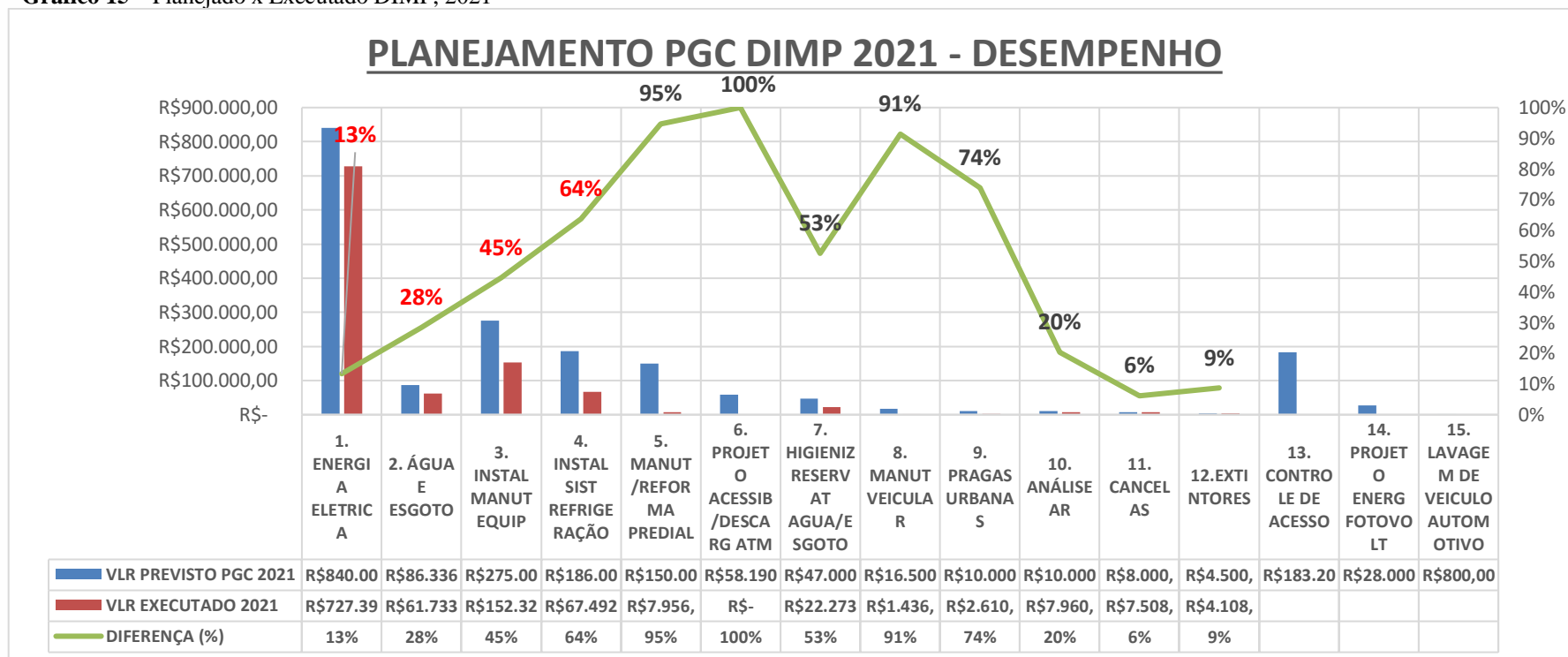
DIMP – PLANEJAMENTO PGC 2021 – DESEMPENHO						
OBJETO	CONTRATO	CONTRATADA(S)	VLR PREVISTO PGC 2021	VLR EXECUTADO 2021	ECONOMIA (\$)	(%)
ENERGIA ELÉTRICA	35/2017	EQUATORIAL-CELPA	R\$ 840.000,00	R\$ 727.391,27	R\$ 112.608,73	13%
ÁGUA E ESGOTO	-	COSANPA	R\$ 86.336,30	R\$ 61.733,64	R\$ 24.602,66	28%
INSTAL. MANUT. EQUIP.	02/2021 122/2015	ITS MANUTENÇÃO / KARISTEN	R\$ 275.000,00	R\$ 152.323,99	R\$ 122.676,01	45%
INSTAL. SIST. REFRIGERAÇÃO	13/2020	MGC AR-CONDICIONADO	R\$ 186.000,00	R\$ 67.492,13	R\$ 118.507,87	64%
MANUT./REFORMA PREDIAL	03/2021	COOPBESSA	R\$ 150.000,00	R\$ 7.956,49	R\$ 142.043,51	95%
PROJETO ACESSIB./DESCARG ATM	14/2020	GUERINI SOPRAN ENGEN ARQUIT LTDA	R\$ 58.190,25	0	R\$ 58.190,25	100%
HIGIENIZ. RESERVAT. ÁGUA/ESGOTO	15/2020	ÁGUA NORTE	R\$ 47.000,00	R\$ 22.273,33	R\$ 24.726,67	53%
MANUT. VEICULAR	2021NE00020	CAR CENTER COM. PNEUS LTDA	R\$ 16.500,00	R\$ 1.436,00	R\$ 15.064,00	91%
PRAGAS URBANAS	34/2019	XINGU	R\$ 10.000,00	R\$ 2.610,00	R\$ 7.390,00	74%
ANÁLISE DO AR	2020NE800428	AMBIENTALIS	R\$ 10.000,00	R\$ 7.960,00	R\$ 2.040,00	20%
CANCELAS	91/2017	JL MESQUITA	R\$ 8.000,00	R\$ 7.508,64	R\$ 491,36	6%
EXTINTORES	2021NE000253	EXTINPRAG	R\$ 4.500,00	R\$ 4.108,00	R\$ 392,00	9%
CONTROLE ACESSO	16/2021	U-RELVAS	R\$ 183.200,00	-	-	-
PROJETO ENERG. FOT.	-	NÃO CONTRATADO	R\$ 28.000,00	-	-	-
LAVAGEM VECULAR	-	NÃO CONTRATADO	R\$ 800,00	-	-	-

Fonte: DIRAD-CGA, 2021.

Em análise de custo-benefício entre os investimentos de capital realizados, observa-se que os itens custeados são essenciais para o funcionamento da Autarquia e estas contratações além de atenderem suas respectivas demandas ainda representaram, em sua maioria, economia financeira para a Sudam.

Os investimentos de capital mais vultosos e que obtiveram economias significativas em suas despesas anuais alinham-se aos objetivos estratégicos da Sudam de “Implementar modelo de excelência e gestão, voltado para resultados” e “Modernizar a infraestrutura física e otimizar a utilização de recursos”. São resultados diretos das ações desenvolvidas nos contratos de fornecimento de energia elétrica e água/esgoto, em virtude das campanhas de eficiência energética e do uso sustentável/racional de recursos, além dos contratos de instalação/manutenção de equipamentos nos quais a equipe técnica da unidade atuou na gestão prévia da execução contratual, otimizando seus custos.

Gráfico 15 – Planejado x Executado DIMP, 2021



Fonte: SEI/SUDAM, 2021.

Sobre o Gráfico acima, destaca-se que:

- Os itens 1, 2, 3 e 4 representam economicidade financeira no valor de R\$ 378.395,27 pois foram diretamente impactados por ações realizadas pela CGA/DIMP ao longo de 2021.
- O item 6 ainda não teve nenhuma de suas etapas concluídas/pagas.
- Os itens 5, 7 e 8 referem-se a contratos que tiveram baixas demandas em 2021.
- Os itens 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 não finalizaram suas execuções de 2021.

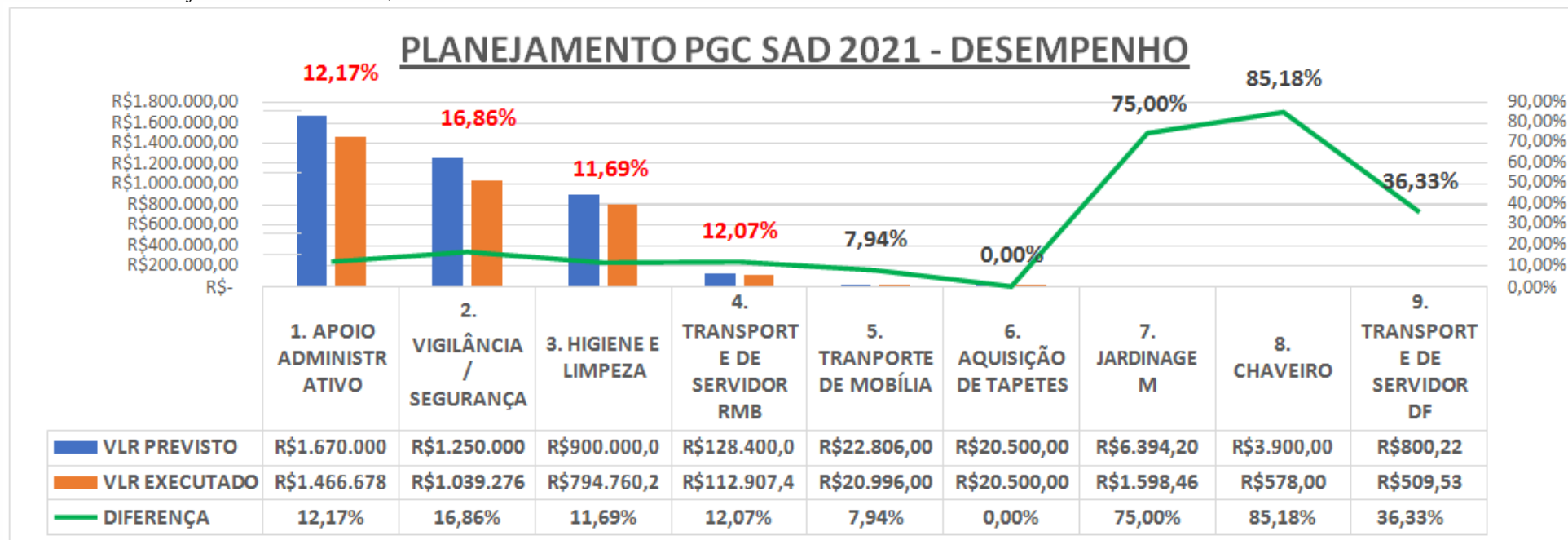
Planejamento x Execução em 2021 pela Seção de Atividades Administrativas Auxiliares – SAD

Tabela 22 – Planejado x Executado SAD, 2021

SAD – PLANEJAMENTO PGC 2021 – DESEMPENHO						
OBJETO	CONTRATO	CONTRATADA(S)	VLR PREVISTO PGC2021	VLR EXECUTADO 2021	ECONOMIA (\$)	(%)
1. APOIO ADMINISTRATIVO	07/2017	DIAMOND SERVICE	R\$ 1.670.000,00	R\$ 1.466.678,28	R\$ 203.321,72	12,17%
2. VIGILÂNCIA / SEGURANÇA	54/2018	ELITE SEGURANÇA	R\$ 1.250.000,00	R\$ 1.039.276,68	R\$ 210.723,32	16,86%
3. HIGIENE E LIMPEZA	35/2016 - 09/2021	AMAZÔNIA CLEAN/GREEN SERVICE	R\$ 900.000,00	R\$ 794.760,26	R\$ 105.239,74	11,69%
4. TRANSPORTE DE SERVIDORRMB	33/2018	NORTE LOCADORA	R\$ 128.400,00	R\$ 112.907,40	R\$ 15.492,60	12,07%
5. TRANSPORTE DE MOBÍLIA	01/2021	CINCO ESTRELAS TRANSPORTADORA	R\$ 22.806,00	R\$ 20.996,00	R\$ 1.810,00	7,94%
6. AQUISIÇÃO DE TAPETES	2021NE000284	LUCIANE MARY DA SILVA	R\$ 20.500,00	R\$ 20.500,00		
7. JARDINAGEM	10/2021	N&I PAISAGÍSTICOS	R\$ 6.394,20	R\$ 1.598,46	R\$ 4.795,74	75,00%
8. CHAVEIRO	2020NE800388	J NILTON	R\$ 3.900,00	R\$ 578,00	R\$ 3.322,00	85,18%
9. TRANSPORTE DE SERVIDOR DF	01/2020	VIP SERVICE CLUB	R\$ 800,22	R\$ 509,53	R\$ 290,69	36,33%

Fonte: DIRAD/CGA, 2021

Gráfico 16 – Planejado x Executado SAD, 2021



Fonte: DIRAD/CGA, 2021

- Os itens 1, 2, 3 e 4 representam economicidade financeira no valor de R\$ 534.777,38, pois foram diretamente impactados por ações realizadas pela CGA/SAD ao longo de 2021.
- Os itens 5 e 6 foram concluídos em 2021, sendo que o item 5 foi impactado pela diminuição do volume transportado.
- O item 7 não finalizou sua execução de 2021.
- Os itens 8 e 9 referem-se a contratos que tiveram baixa demanda em 2021.

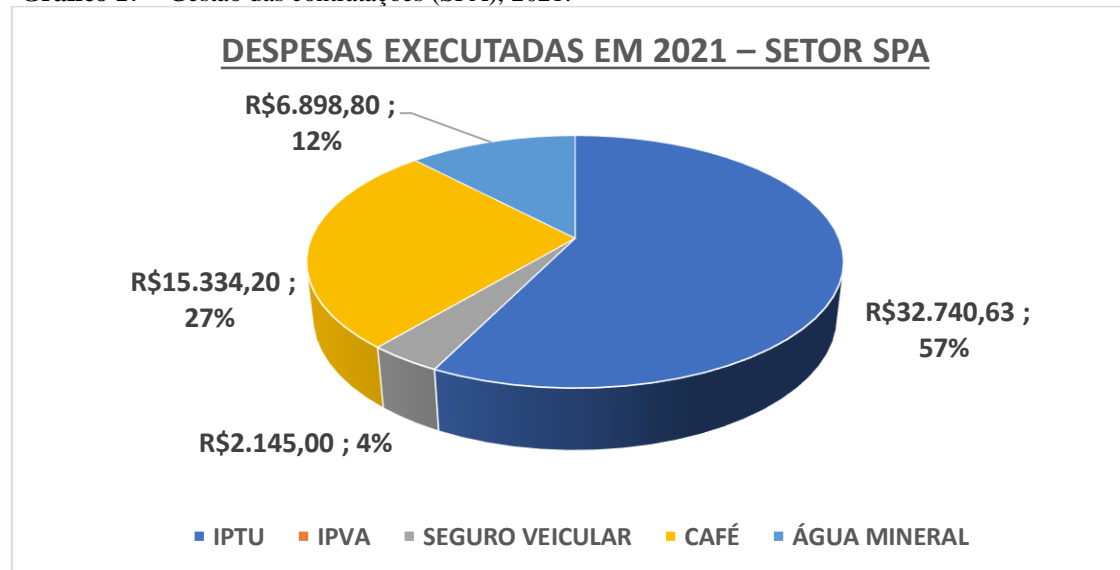
Despesas Executadas em 2021 – Seção de Patrimônio e Almoxarifado - SPA

Tabela 23 – Gestão das contratações (SPA), 2021.

CONTRATAÇÕES - ANO 2021		
OBJETO	CONTRATADA	VALOR EXECUTADO
IPTU	PMB	R\$ 32.740,63
IPVA	DETRAN PA	R\$ 0,00
SEGURO VEICULAR	SURA SEGURADORA	R\$ 2.145,00
CAFÉ	DPS GONÇALVES IND COM	R\$ 15.334,20
ÁGUA MINERAL	LOTTUS COMÉRCIO	R\$ 6.898,80

Fonte: SEI/SUDAM, 2021.

Gráfico 17 – Gestão das contratações (SPA), 2021.



Fonte: SEI/SUDAM, 2021.

Despesas Executadas em 2021 – Setor Gráfica:

Tabela 24 – Gestão das contratações (Gráfica), 2021.

CONTRATAÇÕES - ANO 2021		
OBJETO	CONTRATADA	VALOR EXECUTADO
APOIO GRÁFICO	NORTE SERVICE	R\$ 61.936,44
LOCAÇÃO IMPRESSORAS	BRADOK SOLUÇ CORP LTDA	R\$ 26.820,00
MATERIAL CONSUMO	DIVERSOS	R\$ 10.500,00

Fonte: SEI/SUDAM, 2021.

Gráfico 18 – Gestão das contratações (Gráfica), 2021.



Fonte: SEI/SUDAM, 2021.

Entre as principais produções da Gráfica em 2021, estão os exemplares dos documentos: Síntese de Indicadores da Amazônia Legal; Resumo Executivo do PRDA 2020-2023; Carteira de Projetos dos Estados da Amazônia Legal; Documento Referencial AMACRO; e Folders Zona de Desenvolvimento Sustentável Abuná-Madeira - ZDS. Tais produções foram utilizadas no evento Sudam nos Estados.

Desfazimento de Ativos:

No ano de 2021 não ocorreu o desfazimento de ativos da Sudam.

Locação de imóveis e equipamentos:

O único contrato de locação sob gestão da unidade CGA é aquele firmado com a empresa Bradok Soluções Corporativas Ltda - Nº 13/2019 - que inclui a locação de 02 (duas) impressoras de grande porte utilizadas na Gráfica da Sudam. Os custos e a gestão deste contrato constam detalhados no item 2.3.5 deste relatório.

Mudanças e desmobilizações relevantes:

As mudanças ocorridas na Sudam foram internas com o deslocamento de unidades de trabalho entre os andares do Bloco “C”. Tais desmobilizações visam a economicidade, uma vez que os andares esvaziados propiciam menor consumo de energia elétrica, a otimização de recursos e a disponibilização para futuras reformas e/ou ocupação por outros órgãos da União, conforme preconiza o Programa TransformaGov do Governo Federal em seu módulo de otimização de uso dos espaços e prédios públicos federais.

Ações operacionais em destaque no tocante à gestão administrativa em 2021

- a) Readequação dos contratos de higiene/limpeza, segurança/vigilância e apoio administrativo;
- b) Ações de utilização racional de recursos (energia elétrica e água).
- c) Ações voltadas à sustentabilidade através da destinação correta de resíduos recicláveis.

Metas não alcançadas em 2021, desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

- a) Implementação do sistema de controle de acesso ao complexo predial da Sudam com reflexo no contrato de segurança/vigilância;
- b) Implementação do sistema de utilização de energia fotovoltaica, com reflexo no contrato de energia elétrica;
- c) Substituição do contrato de transporte de servidores pelo serviço TaxiGov Pará;
- d) Contratação de empresa de lavagem veicular de forma ambientalmente correta.

4.5.2.5. Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade legal

A área de tecnologia da informação obedece às seguintes legislações: Instrução Normativa nº 1/2019; Decreto nº 10.332/2020; Lei nº 13.709/2018; Lei federal nº 14.129/2021; Decreto nº 10.278/2020; Decreto nº 9.756/2019; Decreto nº 9.854/2019; Decreto nº 9.637/2018; Decreto nº 9.319/2018; Portaria SGD/ME nº 6.432/2021.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI da Sudam é suportado pelo Comitê de Gestão Digital, composto pelo diretor de cada área, mais as áreas de tecnologia da informação e gestão de pessoas (responsável pela gestão dos dados pessoais).

Figura 10 – Modelo de governança de TI.



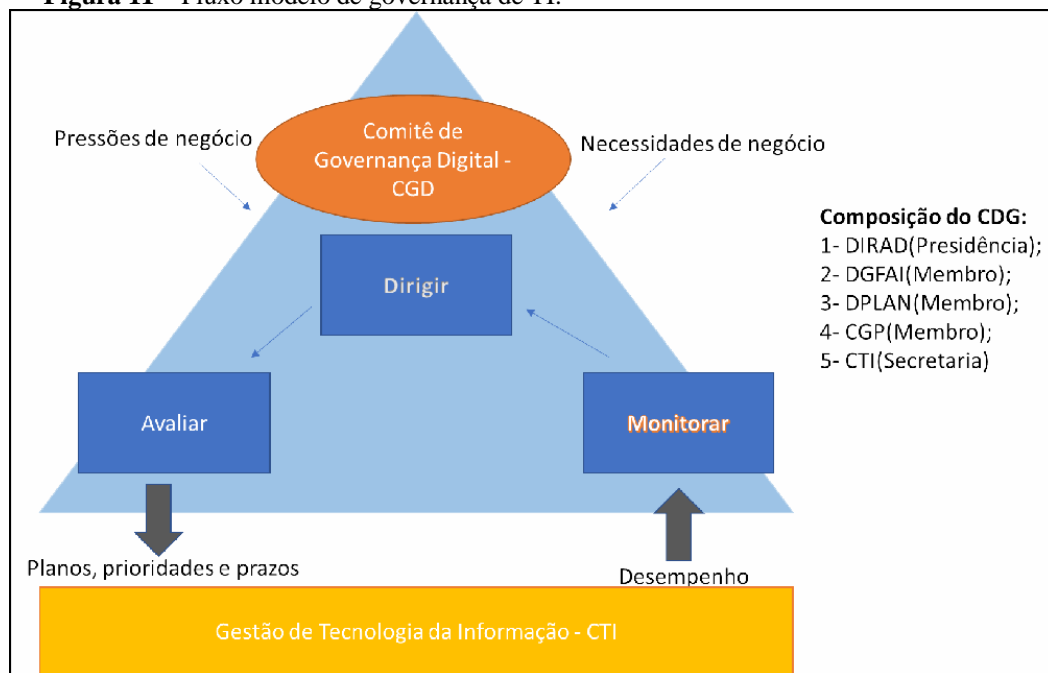
Fonte da imagem: INFORMATION TECHNOLOGY GOVERNANCE INSTITUTE - ITGI. COBIT: Control Objectives for Information and related Technology 4.1 ed. (em português). Rio de Janeiro, ITGI, 2007. Disponível em: <http://www.isaca.org/Knowledge-Center/cobit/Documents/FormaAltores.aspx>

Fonte: DIRAD-CTI, 2022.

1. Alinhamento Estratégico - Vinculação entre TI e negócios (planejamento e operações).
2. Entrega de Valor – Garantia de alcance dos benefícios, com otimização de custos.
3. Gestão de Riscos – Incorporação do tratamento de riscos e da conformidade nos processos.
4. Gestão de Recursos – Otimização dos investimentos e do uso dos recursos de TI (humanos e tecnológicos).
5. Mensuração de Desempenho – Uso das reuniões de gestão semanal com a Diretoria e trimestral com o comitê, para avaliação e direcionamento dos resultados.

Dessa forma, o modelo de Governança de TI segue o esquema a seguir:

Figura 11 – Fluxo modelo de governança de TI.



Fonte: DIRAD-CTI, 2021.

O instrumento utilizado para concretizar a Governança de Tecnologia da Informação é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, cuja vigência atual é 2021-2022.

Montante de recursos aplicados em TI

Tabela 25 – Recursos aplicados em TI, 2021.

	Dotação Final	Empenhado	%
Investimento	605.299,00	409.800,00	67,70%
Custeio	1.349.310,00	763.166,11	56,56%
Total	1.954.609,00	1.172.966,11	60,01%

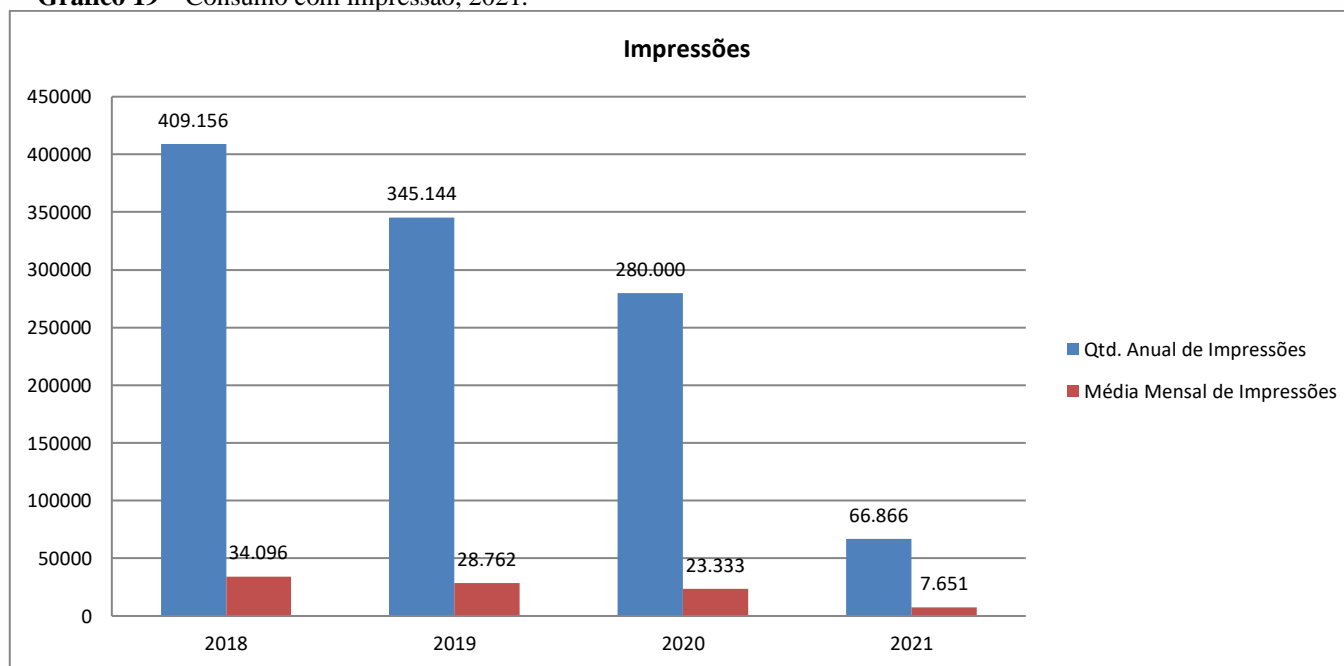
Fonte: DIRAD-CTI, 2021.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

a) Serviço de outsourcing de impressão

A contratação do serviço de *outsourcing* de impressão, além da atualização tecnológica do parque de equipamentos de impressão, visa melhorar o cenário atual referente aos recursos de impressão em que a Sudam se encontra, propiciando melhoria na qualidade dos serviços de impressão e um menor custo para a instituição. Deste modo, com o objetivo de evitar prejuízos à Administração com a indisponibilidade dos serviços de impressão, buscou-se a contratação deste serviço, procurando atender as crescentes necessidades de controlar o volume de impressões e cópias, reduzir custos, melhor gerenciar os equipamentos de impressão, além de promover políticas internas à luz do que é ecologicamente correto.

Gráfico 19 – Consumo com impressão, 2021.



Fonte: DIRAD-CTI, 2021.

b) Software de pesquisa de preços

Com vistas a auferir os preços nos procedimentos instaurados pela autarquia, com melhor qualidade, rapidez e de forma mais otimizada, a Sudam, através de sua unidade de tecnologia da informação e comunicações executou a contratação de 02 (duas) plataformas de pesquisa de preços: O Banco de Preços no período de julho de 2020 a julho de 2021 e a plataforma Fonte de Preços, a partir do mês de dezembro de 2021 com previsão

de encerramento em dezembro de 2022. Tais sistemas permitem aos órgãos públicos acesso facilitado aos preços licitados pelos mais diversos órgãos da administração pública, bem como informações diretas por meio do portal compras governamentais, que, por vezes, não é possível obter de forma aberta e gratuita.

Ressalta-se que ambos os sistemas reduziram em cerca de 40% o tempo de duração de uma pesquisa de preços, além da melhoria na qualidade dos procedimentos administrativos, especialmente a dinamização e tornaram mais eficientes a fase de apuração de preços de mercado, além da diminuição significativa de retorno de processos analisados pela unidade de licitação e contratos da Sudam.

c) Software de videoconferência

Atualmente, as instituições - públicas e privadas - estão inseridas em um ambiente no qual as transformações globais acontecem com grande velocidade em decorrência dos avanços tecnológicos; e, além disso, a situação de pandemia do novo corona vírus evidenciou com clareza inequívoca que a possibilidade de trabalho remoto é bastante salutar nas instituições que precisam manter seus processos em funcionamento. A Sudam se insere em ambos os cenários. Nesse sentido, a necessidade de uma solução de web conferência se justifica por conta de seus diversos processos serem hoje, e cada vez mais, realizados por agentes públicos que possam trabalhar remotamente em relação à sede da autarquia, seja de suas casas ou de outras localidades durante viagens a trabalho.

Assim sendo, a Sudam, através de sua unidade de tecnologia da informação e comunicações executou a contratação de 02 (duas) plataformas de vídeo conferências: A Whereby no período de novembro de 2020 a novembro de 2021 e a plataforma Zoom, a partir do mês de novembro de 2021 com previsão de encerramento em novembro de 2022.

d) Serviços de vigilância eletrônica

Frente aos paradigmas vinculados às ações de segurança predial, a busca incessante por ferramentas que forneçam maior efetividade nas tarefas de proteção e defesa patrimonial é contínua. A Segurança predial é um conjunto de práticas estabelecidas e ações que têm como objetivo garantir a proteção dos bens de uma organização e atua para combater danos e prejuízos como furtos, incêndios e demais ocorrências que possam envolver perdas materiais. Atualmente, a tecnologia tem um papel fundamental no dia a dia de organizações de diversos setores, e, no mundo da segurança não é diferente. Os equipamentos eletrônicos ampliam o poder de vigilância dos humanos por meio de sensores, câmeras e alarmes modernos e confiáveis.

Assim sendo, a Sudam, através de sua unidade de tecnologia da informação, executou a contratação de uma empresa prestadora de serviços de vigilância eletrônica com a finalidade de reduzir custos e aumentar o nível de segurança dos servidores e do patrimônio desta autarquia. Atualmente, o serviço encontra-se em fase de instalação.

e) Aquisição de Servidores Tipo Rack Para o Data Center

Com vistas a atualizar tecnologicamente e ampliar a capacidade de processamento de dados do Data Center, a Sudam adquiriu e implantou, em 2021, 04 (quatro) novos e modernos servidores de rede, do tipo rack, em substituição ao antigo ambiente de processamento formado por servidores de rede do tipo blade (lâmina), já com cerca de 12 (doze) anos de utilização.

Os novos servidores de rede do tipo rack implementaram um ganho sensível à capacidade de processamento de dados do Datacenter da Sudam, conforme observado Quadro 14, que compara os recursos de processamento de dados antes e depois da instalação nos novos servidores de rede:

Quadro 14 - Capacidade de processamento de dados do Data Center

-	Servidores Blade	Servidores Rack
Fabricante	IBM	HP
Modelo	Bladeserver HS23	DL380 Gen10
Quantidade	3	4
-	Processador Físico	
Nº de cores	8	52
Frequência (GHz)	2,70	2,10
Processamento unitário (GHz)	21,60	109,20
Processamento total (GHz)	64,80	436,80
-	Memória RAM	
RAM por servidor (GB)	128	512
Memoria RAM Total (GB)	384	1536
Aumento real de processamento		674,07%
Aumento real de memória RAM		400,00%

Fonte: DIRAD/CTI 2021

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Quadro 15 – Resultados na Área de TI em 2021

Sistemas	Resultados Alcançados
Sistema de Gestão e Governança	<ul style="list-style-type: none"> Módulo de Teletrabalho - desenvolvido Relatório de impressões integrado; Módulo de acompanhamento de digitalização do arquivo; Módulo de acompanhamento de digitalização da biblioteca; Módulo de Digitalização e análise de laudos para DGFAI; Módulo de Conversão de PDFs e análise de laudos para DGFAI; Módulo de Relatoria do SEI.
Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de melhorias e redesenho do fluxo de tramitação do processo; Integração com login único do governo federal; Integração com módulo de acompanhamento do governo federal;
Sistema de Avaliação dos Incentivos	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de melhorias identificadas pela unidade; Integração com login único do governo federal; Integração com módulo de acompanhamento do governo federal; Apoio à Campanha de atualização dos dados das empresas que têm incentivos fiscais junto à Sudam: até 31/12/2021, 483 empresas que têm benefício fiscal junto à Sudam atualizaram informações no SIAV.
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> Reelaboração da Portaria de instituição do CGD. Atualização da POSIC; Portaria de Nomeação do Gestor de SIC. Instituição da ETIR; Criação de 4 (quatro) normas: Uso de hardware, software, dados e ETIR.

Fonte: CTI/DIRAD/SUDAM

Principais metas não alcançadas

- Desenvolvimento do Sistema de gestão de projetos do FDA;
- Modernização do e-mail Corporativo.

Principais desafios e dificuldades

- Motivação da equipe que se sente desvalorizada comparada a seus pares internos e externos;
- Conciliação adequada entre atividades técnicas e instrução de processos burocráticos;
- Gestão e fiscalização de contratos complexos;

- Parte da mão-de-obra da unidade não ter formação na área;
- Possibilidade real de aposentadoria de pelo menos três servidores.

4.5.2.6. Sustentabilidade Ambiental

A Sudam, desde o ano de 2019, vem implementando o seu Plano de Logística Sustentável - PLS, em conformidade com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, emitida à época pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a construção de um novo modelo de cultura institucional com a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública. Dentre as ações do ano de 2021 para redução do consumo de recursos naturais, destacam-se:

- ✓ Veiculação no SUDAM INFORMA, de Medidas Educativas Quanto ao Consumo Racional de Energia Elétrica no órgão;
- ✓ Realização de Programações de conscientização pelo Dia Mundial da Água;
- ✓ Ação Comemorativa ao Dia de Proteção das Florestas, com o objetivo de contribuir na conscientização sobre a importância de proteger as florestas e o meio ambiente, evitando-se o consumo e desperdício de papel, bem como disseminar a cultura do uso de papel e outros produtos recicláveis de modo consciente e responsável, como canudos, copos, etc., a fim de preservar os recursos naturais para as gerações futuras do planeta. A proposta foi encaminhada à ASCOM para divulgação.
- ✓ Sugestão de programações pelo Dia da Amazônia, em parceria com a ASCOM, como oportunidade de conscientização para preservação dos recursos naturais;
- ✓ Divulgação de capacitações ofertadas pela ENAP em temáticas sobre sustentabilidade ambiental (Sustentabilidade na Administração Pública - 28h e Elaboração de Plano de Logística Sustentável - 40 horas).

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A Sudam segue os princípios norteadores da referida IN nº 10/2012 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União - AGU.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

No exercício de 2021, a Sudam desenvolveu diversas ações para redução do consumo de energia, água e materiais descartáveis (copos, papéis, cartuchos), bem como para redução de poluentes com transporte e resíduos passíveis de reciclagem gerados na Instituição, conforme veremos a seguir:

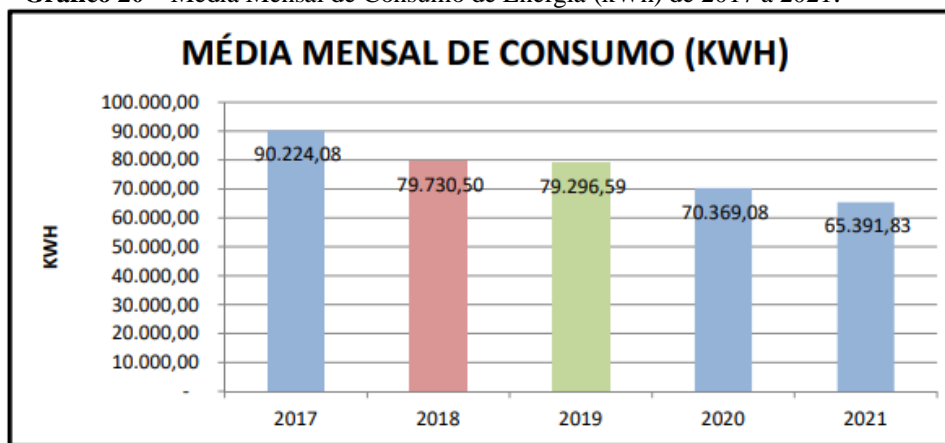
- **Consumo de Energia**

Dentre as ações para redução do consumo de energia em 2021, destacaram-se:

- ✓ Campanhas internas de conscientização dos servidores sobre consumo responsável de energia nos espaços e equipamentos da Sudam;
- ✓ Substituição de 60 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de tecnologia LED, as quais apresentam até 80% de economia em relação às lâmpadas fluorescentes;
- ✓ A implementação do Home Office para parte dos servidores, reduzindo o consumo de energia no complexo predial da autarquia.

Ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, constata-se uma redução na média mensal de consumo de energia na instituição. Em 2021, houve uma redução de 7% no consumo de energia em relação ao ano anterior e 27% em relação a 2017, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 20 – Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2021.



Fonte: DIMP/CGA (jan/2022)

Apesar da redução observada nos últimos anos, a Sudam dará continuidade às ações voltadas para consumo consciente e racionalizado dos recursos energéticos na instituição, objetivando maior adesão dos servidores.

- **Consumo de Água**

Dentre as ações para redução do consumo de água em 2021, destacaram-se:

- ✓ Campanhas de conscientização dos servidores da Sudam, em atenção à Portaria MPOG nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;
- ✓ Serviços para eliminação de vazamentos e manutenção dos sistemas de abastecimento.

Desse modo, apresenta-se tabela comparativa da média mensal de consumo de água entre 2020 e 2021, ressaltando que houve problemas nos hidrômetros responsáveis pela medição do volume de água em pelo menos dois momentos (setembro/2020 a janeiro/2021 e julho a agosto/2021). Desta forma, o cálculo da média foi realizado excluindo tais períodos.

Tabela 26 – Média Mensal de Consumo de Água 2020-2021 (m³).

Ano	2020	2021
Média Mensal de Consumo	706,5	323,44

Fonte: DIMP/CGA (fev/2022).

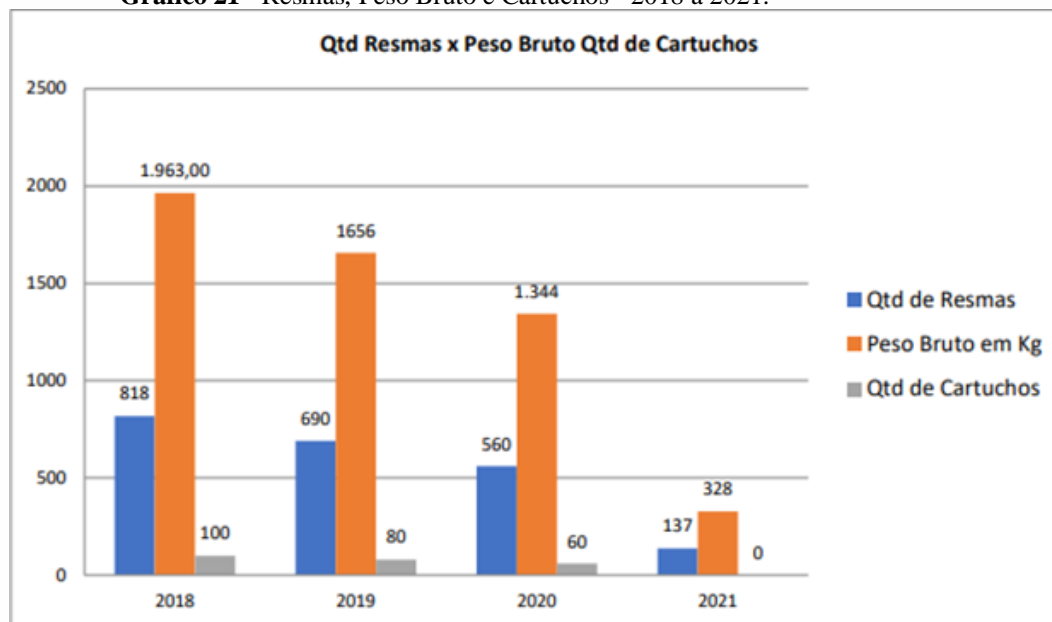
Diante dos dados apresentados, em que pese os problemas ocorridos nos hidrômetros, é possível afirmar que o consumo de água em 2021 foi menor do que em 2020. Desta forma, a Sudam continuará com as ações voltadas para a conscientização de um escopo maior de servidores sobre o consumo consciente de água no interior da Instituição, além de buscar a manutenção dos medidores do sistema de abastecimento de água na autarquia.

- **Consumo de Materiais Descartáveis: papéis, cartuchos, copos**

A Sudam desenvolveu algumas ações para sustentabilidade institucional e redução no consumo de resmas de papel e cartuchos de impressora, tal como a implantação do serviço de Outsourcing de impressão (manutenção e aluguel de impressoras) no ano de 2021.

Com isso, apresenta-se o gráfico a seguir referente ao consumo de resmas de papel, peso bruto e cartuchos de impressora desde 2018 a 2021.

Gráfico 21 - Resmas, Peso Bruto e Cartuchos - 2018 a 2021.

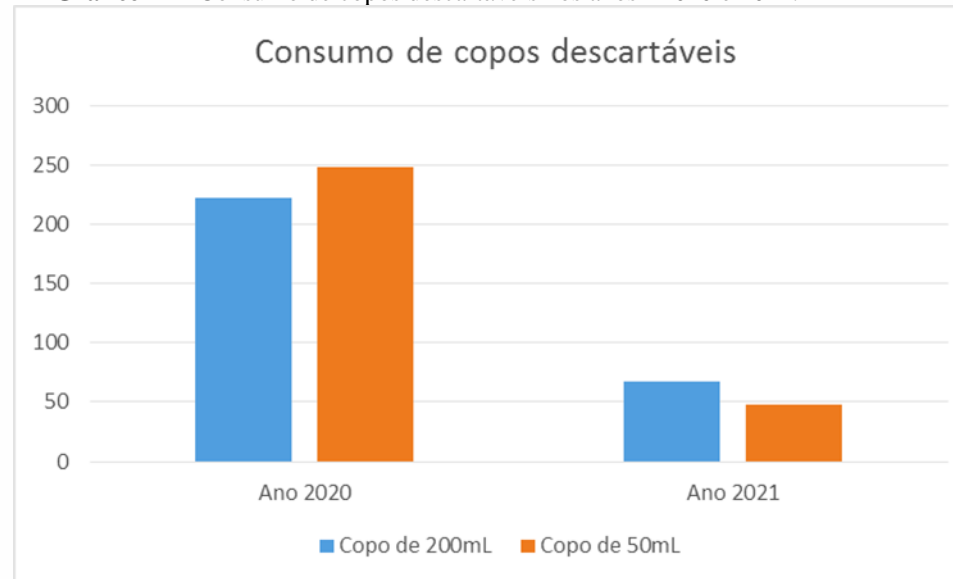


Fonte: CTI (jan/2022).

Conforme podemos observar, o quantitativo de resmas de papel consumidas em 2020 (560 resmas) foi reduzido significativamente em 2021 (137 resmas), o que significa uma diminuição no consumo de papel de 1.344 kg para 328 kg, bem como houve a redução no quantitativo de cartuchos de impressora de 60 cartuchos em 2020 para zero em 2021, devido à implantação do serviço de Outsourcing de impressão, gerando impactos positivos para a sustentabilidade na Instituição.

No que se refere ao consumo de copos descartáveis utilizados por servidores, colaboradores e visitantes, em 2020 foram utilizados 222 centos de copos 200 ml e 248 centos de copos 50 ml. Ao passo que em 2021 foram utilizados 67 centos de copos de 200 ml e 48 centos de copos de 50 ml, uma redução de significativa no consumo destes materiais descartáveis.

Gráfico 22 - Consumo de copos descartáveis nos anos - 2020 e 2021.



Fonte: SPA/CGA (mar/2022).

- **Redução de resíduos poluentes:**

Dentre as ações de sustentabilidade no serviço de transporte da Sudam em 2021, destacaram-se:

- ✓ Utilização de veículo bicombustível possibilitando o uso de combustível menos poluente;
- ✓ Utilização de veículo fabricado por montadora que promove ações sustentáveis, tem produção e montagem veicular nacionais e prática de programas de gestão ambiental;
- ✓ Redução do número de corridas através da otimização dos percursos e reprogramação de corridas;
- ✓ A lavagem dos veículos é ecológica com redução do consumo de água e redução de poluentes.

Em que pese as ações de sustentabilidade implementadas em 2021, a Sudam pretende para os próximos anos reforçar e ampliar as ações voltadas para redução do consumo de combustível e, por conseguinte, de emissão de resíduos poluentes.

- **Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva**

Já no que diz respeito à redução de resíduos sólidos e ao quantitativo de materiais recicláveis gerados pela Autarquia e coletados pelas Cooperativas de Reciclagem habilitadas na Sudam nos anos de 2020 e 2021, apresenta-se a tabela a seguir.

Tabela 27 - Quantitativo de Materiais Recicláveis coletados na Sudam - 2020 e 2021.

Cooperativa	2020			2021		
	Papel	Plástico	Metal	Papel	Plástico	Metal
Filhos do Sol	200	50	-	-	-	-
COOTPA – Cooperativa de Trabalhadores do Aurá	100	20	-	100	100	200
Total em Kg	300	70	-	100	100	200

Fonte: CCSS (fev/2022).

Os quantitativos descritos na Tabela 27 são aproximados, conforme cubagem do veículo transportador das Cooperativas, sendo que em 2020 houve uma coleta de recicláveis de cada cooperativa: Filhos do Sol (maio/20) e COOTPA (novembro/20) e, em 2021 a cooperativa COOTPA efetuou duas coletas de recicláveis (março e agosto/21).

Cabe dizer que as ações de separação de outros materiais passíveis de reciclagem e destinação ficaram paralisadas durante o período da Pandemia do COVID-19, o que certamente prejudicou o andamento das ações de coleta seletiva na Instituição. Ainda assim, é possível concluir que houve redução na geração de papel de 300 kg em 2020 para 100 kg em 2021 e aumento na produção de plástico de 70 kg em 2020 para 100 kg em 2021, bem como no aumento da produção de metal, sendo zero em 2020 e 200 kg em 2021.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis

A contabilidade da Sudam é registrada e evidenciada em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual SIAFI.

5.2. Informações acerca do setor de contabilidade

Na Sudam não existe um setor de contabilidade constituído, de modo que as tarefas ligadas à contabilidade compõem a estrutura da Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira - COF, cujas atribuições foram determinadas pelo Regimento Interno da instituição. No exercício de 2021, as principais atividades contábeis desempenhadas foram:

- a) Registro da Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade;
- b) Acompanhamento das contas do Balancete e regularização de inconsistências contábeis;
- c) Preparação do Relatório Contábil do exercício anterior;
- d) Emissão de relatórios de execução orçamentária e financeira quando solicitados pela chefia imediata;
- e) Acompanhamento da apropriação da Folha de Pagamento;
- f) Acompanhamento da execução orçamentária das despesas com pessoal, solicitando suplementação ou remanejamento de crédito orçamentário quando necessário;
- g) Cumprimento de obrigações acessórias junto a órgãos públicos, como a transmissão da DIRF à Receita Federal do Brasil e da DFMS ao Município de Belém;
- h) Representação da Sudam perante outros órgãos públicos quando referente ao cumprimento de obrigações contábeis, fiscais ou tributárias;
- i) Orientação em matéria contábil e tributária, sobretudo quanto à retenção tributária sobre aquisição de mercadorias e serviços tomados.

5.3. Resumo da situação financeira e contábil da Sudam

Tabela 28 – Resultado Patrimonial (2020-2021)

Resumo da DVP	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 278.806.820,51	R\$ 580.625.368,93
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-R\$ 315.995.098,89	-R\$ 567.266.987,49
Resultado Patrimonial	-R\$ 37.188.278,38	R\$ 13.358.381,44

Fonte: COF/Sudam

O Resultado Patrimonial é apurado da confrontação entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), sendo evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). O Resultado Patrimonial também é registrado no Balanço Patrimonial como “Resultado do Exercício”.

As VPA’S compreendem o aumento de benefícios econômicos sob a forma de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos. As VPD’S compreendem a redução de benefícios econômicos sob a forma de saída de recursos, redução de ativos ou reconhecimento de passivos.

O Resultado Patrimonial se assemelha ao Resultado do Exercício do setor privado em sua forma de apuração. Entretanto, o Resultado do Exercício evidencia o lucro ou prejuízo do período, sendo um indicador de desempenho da entidade privada. Já no setor público, o Resultado Patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor das alterações quantitativas que ocorreram no patrimônio da entidade pública no decorrer do exercício.

O exercício de 2021 registrou **déficit patrimonial de R\$37.188.278,38**, uma queda de aproximadamente 378,4% em relação a 2020.

Tabela 29 - Resultado Orçamentário (2020-2021)

Resumo do Balanço Orçamentário	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Receitas Realizadas	R\$ 9.186.385,68	R\$ 15.352.892,56
Despesas Empenhadas	-R\$ 71.791.647,47	-R\$ 298.981.173,55
Resultado Orçamentário	-R\$ 62.605.261,79	-R\$ 283.628.280,99

Fonte: COF/Sudam

O Resultado Orçamentário é apurado do confronto entre Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas no exercício. As Receitas Realizadas abrangem os recursos financeiros que ingressaram no caixa da instituição aumentando o seu saldo financeiro, exceto as transferências governamentais.

As Receitas Realizadas são majoritariamente saldos devolvidos de transferências voluntárias, rendimento de aplicações financeiras e receita das atividades de investimento da instituição.

O exercício de 2021 registrou **déficit orçamentário de R\$ 62.605.261,79**, embora seja uma melhora de aproximadamente 77,93% em relação a 2020.

Importante destacar que a execução orçamentária da Sudam não depende exclusivamente dos recursos que ela própria arrecada, de modo que, para fins de tomada de decisão, o Resultado Orçamentário tem pouca aplicabilidade à entidade.

Tabela 30 - Resultado Financeiro (2020-2021)

Resumo do Balanço Financeiro	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Saldo de Caixa para o Exercício Seguinte	R\$ 66.591.475,87	R\$ 64.169.174,54
(-) Saldo de Caixa do Exercício Anterior	R\$ 64.169.174,54	-R\$ 65.521.218,64
Resultado Financeiro	R\$ 2.422.301,33	-R\$ 1.352.044,10
Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Total de Ingressos	R\$ 273.757.812,84	R\$ 580.586.245,12
(-) Total de Saídas	-R\$ 271.335.511,51	-R\$ 581.938.289,22
Resultado Financeiro	R\$ 2.422.301,33	-R\$ 1.352.044,10

Fonte: COF/Sudam

O Resultado Financeiro evidencia o saldo da movimentação financeira no período. Tanto o Balanço Financeiro quanto a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidenciam o Resultado Financeiro, o que muda é apenas o método de apuração. Aqui se optou por um modelo simplificado de ambos os demonstrativos, frente à necessidade de se apresentar as informações de maneira resumida e concisa.

Vale destacar que diferente do Resultado Orçamentário, o Resultado Financeiro considera todo o dinheiro que entra em caixa, inclusive aquele referente a transferências governamentais. Vale destacar também que por “caixa” se entende o grupo de contas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, que inclui também os valores depositados em bancos públicos ou privados dos quais a Sudam seja favorecida.

O exercício de 2021 registrou **superávit financeiro de R\$2.422.301,33**, um aumento de aproximadamente 279,16% em relação a 2020.

5.4. Principais fatos contábeis, contas e ocorrências verificadas no exercício

Caixa e Equivalentes de Caixa

Integra o Ativo Circulante do Balanço Patrimonial e é composto pelas contas Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos Conta Movimento e Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

Tabela 31 – Caixa e Equivalentes de Caixa (2020-2021)

Caixa e Equivalentes de Caixa	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Recursos da Conta Única Aplicados	R\$ 62.528.850,76	R\$ 59.897.395,03
Bancos Conta Movimento	R\$ 296.476,21	R\$ 237.015,03
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	R\$ 3.766.148,90	R\$ 4.034.764,48
TOTAL	R\$ 66.591.475,87	R\$ 64.169.174,54

Fonte: COF/Sudam

A conta **Recursos da Conta Única Aplicados** comporta os recursos aplicados e os rendimentos recebidos dessas aplicações. Em 2021, a Sudam recebeu a título de rendimentos de aplicação financeira **R\$6.051.288,65**. Vale destacar que o valor se refere ao dinheiro que efetivamente entrou em caixa, não se confundido com o total de rendimentos do período.

A conta **Bancos Conta Movimento** comporta as cauções em dinheiro em que a Sudam é beneficiária. Abertas em instituições financeiras como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, essas cauções são referentes a contratos administrativos firmados.

A conta **Limite de Saque** registra a movimentação de caixa da entidade. Ali estão comportados os recursos disponíveis no caixa da instituição para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Integra o Ativo Circulante do Balanço Patrimonial e corresponde aos valores que a Sudam tem a receber ou compensar em curto prazo, como adiantamento de salários e de férias, Termos de Execução Descentralizada em que a Sudam é descentralizadora e rendimentos de aplicação financeira ainda não creditados no caixa.

Tabela 32 – Créditos a Curto Prazo (2020-2021)

Créditos a Curto Prazo	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	R\$ 115.545,52	R\$ 17.814,65
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	R\$ 21.782.950,60	R\$ 61.842.547,08
Remuneração de Recursos Aplicados a Receber	R\$ 167.320,61	R\$103.273,49
TOTAL	R\$ 22.065.816,73	R\$ 61.963.635,22

Fonte: COF/Sudam

Estoques

Integra o Ativo Circulante do Balanço Patrimonial e corresponde ao material de consumo comprado e mantido em almoxarifado para consumo interno da instituição. Vale destacar que os saldos de Estoques estão devidamente conciliados com o RMA – Relatório de Movimentação de Almoxarifado.

Tabela 33 – Estoques (2020-2021)

Estoques	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Bens de Consumo	R\$ 378.954,88	R\$ 422.296,60

Fonte: COF/Sudam

Investimentos da Extinta Sudam

Integra o Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial e corresponde às participações acionárias da extinta Sudam que foram transferidas para o patrimônio da nova Sudam. Estão avaliadas pelo Método de Custo, haja vista que a Sudam não tem significativa influência sobre as empresas.

Tabela 34 – Investimentos da Extinta Sudam (2020-2021)

Investimentos	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	R\$ 683.607,17	R\$ 683.607,17

Fonte: COF/Sudam

Conforme apontado no Relatório Contábil de 2020, além de carecerem de atualização do seu valor de mercado, esses investimentos compõem indevidamente o patrimônio da nova Sudam, conforme Medida Provisória N°. 2.157-5/2001, art. 21°. A Sudam vem tentando resolver essa questão junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, e a expectativa é pela resolução no decorrer do exercício seguinte.

Imobilizado - Bens Móveis

Integra o Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial e corresponde aos bens de existência material e que podem ser transportados sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, como máquinas, equipamentos de informática e veículos.

Conforme apontado no Relatório Contábil 2020, existem divergências entre contas de bens móveis no SIAFI e suas respectivas contas no RMB – Relatório de Movimentações Patrimoniais que persistiram em 2021.

Tabela 35 – Imobilizado Bens Móveis (2020-2021)

SIAFI		RMB	
Imobilizado - Bens Móveis	Depreciação Acumulada	Imobilizado - Bens Móveis	Depreciação Acumulada
R\$ 8.321.214,73	-R\$ 4.371.362,81	R\$ 8.305.646,82	-R\$ 4.561.660,08

Fonte: COF/Sudam

Vale destacar que essas divergências são fruto de erros contábeis e inconsistências do sistema de patrimônio e almoxarifado ocorridos em exercícios anteriores.

A depreciação é calculada mensalmente pelo sistema de patrimônio, utilizando o método de quotas constantes. Esse método encontra respaldo na Macrofunção 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND, do Manual SIAFI. Entretanto, os cálculos do sistema não são inteiramente confiáveis.

Vale destacar também que a Sudam já se encontra em processo de implantação de um sistema de patrimônio e almoxarifado mais moderno e eficiente, que deverá corrigir as divergências e conciliar os saldos do SIAFI e do RMB. A expectativa é pela resolução do problema no decorrer do exercício seguinte.

Imobilizado - Bens Imóveis

Integra o Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial e corresponde aos bens vinculados ao terreno ou imóvel e que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Atualmente a Sudam não possui imóveis em seu patrimônio, de modo que os valores registrados a título de Bens Imóveis referem-se apenas a benfeitorias realizadas no imóvel que a instituição ocupa.

Essas benfeitorias são amortizadas mensalmente pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que são concluídas. A parcela mensal de amortização é calculada a partir da data de conclusão da benfeitoria, dividindo-se o valor dela pelo número de meses que ainda restam para o

término da concessão do imóvel. Esse método encontra respaldo na Macrofunção 020330 - DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND, do Manual SIAFI.

Tabela 36 – Imobilizado Bens Imóveis (2020-2021)

Imobilizado – Bens Imóveis	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Bens Imóveis	R\$ 2.550.189,80	R\$ 2.550.189,80
(-) Amortização de Bens Imóveis	-R\$ 1.041.310,17	-R\$ 890.422,29

Fonte: COF/Sudam

Intangível

Integra o Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial e corresponde às aquisições de softwares realizadas pela Sudam. Não é registrada amortização para os bens intangíveis da instituição, haja vista que não possuem vida útil definida.

Tabela 37 – Intangível (2020-2021)

Intangível	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Softwares	R\$ 1.328.659,89	R\$ 1.228.356,29

Fonte: COF/Sudam

Passivo Exigível – Circulante e Não-Circulante

Integram o Balanço Patrimonial e correspondem às obrigações a pagar, como salários, tributos, transferências voluntárias e despesas administrativas. O Passivo Circulante corresponde às obrigações que serão pagas ou compensadas até o fim do exercício seguinte e o Passivo Não-Circulante, ao que será pago ou compensado após o fim do exercício seguinte.

Tabela 38 – Passível Exigível (2020-2021)

Passivo Exigível	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Circulante	R\$ 107.008.744,38	R\$ 106.869.296,91
Não-Circulante	R\$ 0,00	R\$ 41.135,00
TOTAL	R\$ 107.008.744,38	R\$ 106.910.431,91

Fonte: COF/Sudam

Rendimentos de Aplicações Financeiras

Integram as Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras das Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP). Correspondem ao rendimento total das aplicações no período, não correspondendo necessariamente aos valores recebidos em caixa, já mencionados no item “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Tabela 39 – Rendimentos de Aplicações Financeiras (2020-2021)

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Rendimento de aplicação financeira	R\$ 6.115.335,77	R\$ 4.433.344,35

Fonte: COF/Sudam

No exercício de 2021 as aplicações financeiras da Sudam renderam **R\$ 6.115.335,77**, um aumento de aproximadamente 37,94% em relação a 2020.

Receitas Realizadas

Integram o Balanço Orçamentário, correspondendo ao ingresso de dinheiro no caixa da instituição aumentando o seu saldo financeiro, exceto as transferências governamentais.

Tabela 40 – Receitas Realizadas (2020-2021)

Receitas Realizadas	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Receita Patrimonial	R\$ 6.051.288,65	R\$ 4.411.006,54
Receitas de Serviços	R\$ 2.520.838,65	R\$ 10.494.029,99
Outras Receitas Correntes	R\$ 446.320,05	R\$ 447.856,03
Amortização de Empréstimos	R\$ 167.938,33	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 9.186.385,68	R\$ 15.352.892,56

Fonte: COF/Sudam

Destaca-se o valor de **Receita Patrimonial**, R\$ 6.051.288,65, que corresponde aos valores recebidos de rendimentos de aplicações financeiras. Conforme mencionado anteriormente, esse valor se refere ao dinheiro que efetivamente entrou em caixa, não se confundido com o total de rendimentos do período.

Destaca-se também o valor de **Receita de Serviços**, R\$ 2.520.838,65, que corresponde ao somatório dos valores arrecadados de taxa sobre reinvestimentos e dos 2% sobre liberações financeiras do FDA.

No exercício de 2021 a Sudam arrecadou **R\$ 9.186.385,68**, uma redução de aproximadamente 40,16% em relação a 2020.

Despesas Empenhadas

Integram o Balanço Orçamentário, correspondendo às despesas empenhadas no período.

Tabela 41 – Despesas Empenhadas (2020-2021)

Despesas Empenhadas	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 33.220.541,83	R\$ 34.906.693,64
Outras Despesas Correntes	R\$ 11.740.167,85	R\$ 14.691.734,33
Investimentos	R\$ 26.830.937,79	R\$ 249.382.745,58
TOTAL	R\$ 71.791.647,47	R\$ 298.981.173,55

Fonte: COF/Sudam

Destaca-se a redução significativa no valor empenhado de **Investimentos**, R\$26.830.937,79. Essa redução corresponde à redução dos valores empenhados a título de transferências voluntárias no período.

No exercício de 2021 a Sudam empenhou **R\$ 71.791.647,47**, uma redução de aproximadamente 76% em relação a 2020.

Transferências Voluntárias Pagas (Convênios)

Integram as Transferências Concedidas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, precisamente os valores registrados como *Intergovernamentais* e *Outras Transferências Concedidas*. Esses valores correspondem aos valores pagos no período a título de transferências voluntárias na modalidade Convênio.

Tabela 42 – Transferências Voluntárias Pagas (2020-2021)

Transferências Concedidas (TV)	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Intergovernamentais	R\$ 114.671.728,03	R\$ 159.819.674,06
Outras Transferências Concedidas	R\$ 310.000,00	R\$ 4.129.333,83
TOTAL	R\$ 114.981.728,03	R\$ 163.949.007,89

Fonte: COF/Sudam

Vale destacar que os valores registrados como *Intergovernamentais* são aqueles cujos convenientes são Municípios e Estados e os valores registrados como *Outras Transferências Concedidas*, aqueles em que o conveniente é um ente privado sem fins lucrativos ou um ente público multigovernamental.

No exercício de 2021, de despesas do exercício e de restos a pagar, a Sudam pagou **R\$ 114.981.728,03** referente a convênios, uma redução de aproximadamente 29,87% do montante pago em 2020.

5.5. Gestão de Custos

Na Sudam não há sistemática de apuração dos custos da instituição, tendo em vista que não há servidores responsáveis pelo acompanhamento dos custos no Sistema de Informação de Custos (SIC), ferramenta gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional e disponível apenas para servidores públicos de órgãos superiores da Administração Pública Federal.

5.6. Conclusões de auditorias independentes ou órgãos de controle e as medidas adotadas

Não se aplica, haja vista que não houve auditoria interna e externa da contabilidade da Sudam referente ao exercício de 2021.

5.7. Indicações de locais ou endereços eletrônicos de publicação ou acesso de informações contábeis

As informações referentes às Demonstrações Contábeis da Sudam poderão ser acessadas no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>.

APÊNDICE

Glossário

Amazônia Legal: constitui a área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão, perfazendo 5 (cinco) milhões de km².

Aporte: subsídio, qualquer tipo de auxílio que se destina a um propósito.

Autarquias: são entes administrativos autônomos, criados por Lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

Convênio: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, para órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, consórcios públicos, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de projeto ou atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Contrato de repasse: instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

Diagrama de Gestão: trata-se de uma ferramenta de gestão da qualidade que apresenta os principais fornecedores, entradas, processos, produtos e clientes de uma organização.

Dotação Orçamentária: toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos.

Conformidade Contábil: consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Conformidade de Gestão: consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e na existência de documentos que respaldam as operações é um instrumento de controle essencial para a boa execução orçamentária e financeira.

Controles internos da gestão: processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, de forma integrada, conduzido pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para a consecução da missão da Sudam

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia: fundo criado pelo Decreto nº 7.839, de 09 de novembro de 2012, cuja finalidade é participar financeiramente de investimentos na área da Região Amazônica em projetos que promovam a efetiva geração de um círculo virtuoso na Região.

Gestão de Integridade: na Administração Pública corresponde ao conjunto de arranjos institucionais que visam à entrega dos resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente.

Gestão de Riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos da Sudam.

Governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da Sudam, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os objetivos.

Incentivos e Benefícios Fiscais: são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos na Amazônia Legal, reduzindo a carga tributária, promovendo a melhoria da competitividade das empresas e gerando crescimento e desenvolvimento econômico regional.

Lauda Constitutivo: documento emitido pelo Superintendente, fornecido à empresa interessada após a aprovação da Diretoria Colegiada, para fins de reconhecimento do direito à concessão do incentivo pela Receita Federal.

Lei de Diretrizes Orçamentárias: tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

Lei de Diretrizes Orçamentárias: estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

Lei Orçamentária Anual: é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano.

Planejamento estratégico: configura o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida para a empresa, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada.

Planejamento Plurianual: é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

Política de gestão de pessoas: documento institucional que objetiva estimular o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal e que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/90.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional: tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Recursos discricionários: incluem todos os outros fastos que não são obrigatoriamente previstos em Lei, tais como contas de água, luz, serviços terceirizados etc.

Relatório de gestão: relatório composto por documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica e da conformidade da gestão dos responsáveis por um ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro, prestado ao Tribunal de Contas da União.

Sistema Eletrônico de Informações: é um sistema informatizado, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região, de gestão de processos e documentos eletrônicos, com a finalidade de gerir o conjunto de procedimentos e operações técnicas relacionadas aos processos e documentos administrativos.

Sustentabilidade ambiental: define o modo como o homem age na utilização dos bens naturais e providencia soluções para as necessidades de si mesmo e dos outros, de forma que não agrida o meio ambiente e garanta a utilização do mesmo por futuras gerações.

Termo de Execução Descentralizada: instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho.

ANEXOS

ANEXO I – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SUDAM 2019 A 2021

Tabela – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2019 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Cíveis da União		29.096.502,00	26.851.202,58	26.764.711,27	24.856.813,79
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis		7.331.108,00	6.848.699,40	6.848.699,40	6.358.142,67
2004 - Assistência Médica e Odontológica		2.579.463,00	2.577.749,04	2.334.584,70	2.333.713,50
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	76.372,00	74.531,41	73.342,80	67.805,55
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	72.096,00	62.345,40	62.071,23	57.802,07
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.174.644,00	1.084.702,91	1.079.501,76	1.001.391,94
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	58.804,00	28.466,68	28.466,68	28.466,68
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência		3.939.000,00	3.321.691,89	3.321.691,89	3.321.691,89
Subtotal Administrativo obrigatório		44.327.989,00	40.849.389,31	40.513.069,73	38.025.828,09
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas	8.399.930,00	8.288.384,55	5.416.629,94	5.380.235,61
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	154.160,00	136.175,24	136.175,24	136.175,24
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.211.410,00	915.617,96	212.327,16	210.318,16
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		190.000,00	69.980,00	69.980,00	61.580,00
Subtotal Administrativo discricionário		9.955.500,00	9.410.157,75	5.835.112,34	5.788.309,01
20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial		1.600.000,00	1.548.996,48	177.709,90	177.709,90

214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas	73.152.825,00	72.799.840,68	51.206,62	51.206,62
7K66 - Apoio à Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	51.910.677,00	50.094.783,77	14.200,00	0,00
8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	5.975.000,00	5.931.095,76	0,00	0,00
6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, social e Produtiva na Faixa de Fronteira	1.900.000,00	1.900.000,00	0,00	0,00
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	395.502.456,00	395.502.456,00	0,00	0,00
Subtotal Finalístico	530.040.958,00	527.777.172,69	243.116,52	228.916,52
TOTAL GERAL	584.324.447,00	578.036.719,75	40.513.069,73	44.043.053,62

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022 - elaborado por CPO/DPLAN.

Tabela – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2020 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Cíveis da União		24.422.580,00	23.119.153,64	22.761.175,61	21.335.130,29
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis		8.753.985,00	8.553.985,00	8.502.840,13	7.816.943,74
2004 - Assistência Médica e Odontológica		1.327.957,00	1.258.252,50	1.253.183,85	1.250.325,99
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	71.823,00	68.843,73	68.298,03	62.744,73
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	49.055,00	34.443,85	33.906,60	30.457,42
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.104.861,00	1.003.306,78	999.564,85	923.682,59
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	70.846,00	26.571,18	26.571,18	26.571,18
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência		3.233.555,00	3.233.555,00	3.016.701,20	3.016.701,20
Subtotal Administrativo obrigatório		39.034.662,00	37.298.111,68	36.662.241,45	34.462.557,14

2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas	8.553.352,00	7.718.784,02	3.286.135,91	3.274.375,51
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0,00	0,00	0,00	0,00
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.700.520,00	1.390.179,02	258.480,99	258.480,99
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		205.546,00	205.546,00	205.546,00	187.566,82
Subtotal Administrativo discricionário		10.459.418,00	9.314.509,04	3.750.162,90	3.720.423,32
20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial		652.665,00	0,00	0,00	0,00
214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas		45.274.206,00	39.074.682,82	0,00	624.000,00
4542- Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica		1.336.075,00	1.334.858,37	0,00	0,00
10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas		97.127.886,00	97.127.886,00	0,00	0,00
7K66 - Apoio à Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado		24.200.999,00	23.600.999,00	0,00	0,00
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia		358.440.717,00	358.440.717,00	0,00	0,00
Subtotal Finalístico		527.032.548,00	519.579.143,19	0,00	624.000,00
TOTAL GERAL		576.526.628,00	566.191.763,91	40.412.404,35	38.806.980,46

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022 - elaborado por CPO/DPLAN.

Tabela – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2021 (R\$ 1,00).

Ação orçamentária	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Cíveis da União	22.214.407,00	21.152.046,78	20.836.807,90	19.322.688,88
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis	9.296.387,00	9.259.795,53	9.259.795,53	8.489.871,62
2004 - Assistência Médica e Odontológica	2.426.993,00	1.935.811,31	1.528.079,90	1.499.566,90

212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados	83.572,00	63.801,69	63.801,69	58.606,84
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos	51.487,00	33.179,05	33.179,05	30.390,06
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos	1.025.552,00	913.006,46	913.006,46	840.275,27
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	33.846,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência		3.170.582,00	2.808.699,52	2.808.699,52	2.808.699,52
Subtotal Administrativo obrigatório		38.302.826,00	36.169.490,34	35.446.520,05	33.053.249,09
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas	7.530.884,00	5.900.359,00	1.750.704,00	1.750.704,00
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	28.735,00	27.049,39	27.049,39	27.049,39
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.954.609,00	1.172.966,11	502.964,30	502.964,30
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		621.051,00	431.789,63	431.789,63	410.909,77
Subtotal Administrativo discricionário		10.135.279,00	7.532.164,13	2.712.507,32	2.691.627,46
20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial		1.800.000,00	1.800.000,00	191.000,00	191.000,00
214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas		698.724,00	263.841,76	0,00	0,00
10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas		5.489.993,00	5.489.993,00	0,00	0,00
1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária		50.000,00	0,00	0,00	0,00
7K66 - Apoio à Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado		3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia		383.123.918,00	291.851.574,90	73.564.823,29	73.564.823,29
Subtotal Finalístico		394.662.635,00	302.905.409,66	73.755.823,29	73.755.823,29
TOTAL GERAL		443.100.740,00	346.607.064,13	111.914.850,66	109.500.699,84

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022 - elaborado por CPO/DPLAN



SUDAM

www.gov.br/sudam